

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários  
à obtenção do grau de Mestre em *Migrações, Interetnicidades e Transnacionalismo*  
realizada sob a orientação científica da Prof. Doutora Marta Vilar Rosales

**Para uma compreensão da segregação residencial:  
o Plano Especial de Realojamento e o (Anti-)Racismo**

Ana Rita Lopes Alves

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa  
Lisboa, Outubro 2013

*Ao meu pai, Lourenço*  
*(1960-2011)*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe por tudo o que não pode ser escrito ou dito e pela incondicionalidade do seu amor. À minha avó pela ternura enorme, pelo saber e pela curiosidade e por me ensinar que nada é imutável. Ao João por todo o carinho e apoio. À minha restante família, uma espécie de entidade concreta de amor e generosidade. À minha casa, à Quintinha, uma entidade abstracta com subjectividades particulares Marta, Vânia, Márcio, Tiago, Ricardo C. e Susana por partilharem tudo o que há de difícil e de belo e por toda a ajuda durante a elaboração da tese. Ao António e ao Nuno por serem partes constitutivas de mim, pelas leituras e críticas. Ao Mamadou por muito do que sei e do que hoje sou e porque desde o início se sentou para pensar comigo tanto do que aqui está escrito. À Livia e ao Nicola porque são família que tenho longe e por tão boa literatura. À Ana por tudo. À Marta e à Sílvia por muito daquilo que com elas aprendi, pelas conversas a todas as horas e pela cumplicidade. À Filipa pela amizade e o apoio. Ao Olivier, ao LBC e ao Sérgio por todas as conversas. Ao Zé F. por ser como é. À Miye porque sempre me disse que era por aqui. Ao Zé e ao Eurico pelas horas, pela generosidade e por tudo o que me ensinaram e comigo partilharam. À Rita e à Gaby pela ajuda incondicional e pelo entusiasmo. À Mónica e à Margarida pela ajuda imensa. Ao Francisco, ao Manuel e à Matilde pela atenção e partilha de angústias. A todos os moradores do bairro de Santa Filomena que tornaram este trabalho possível. À Professora Marta Rosales pelo entusiasmo com que acompanhou sempre as minhas ideias e as minhas dúvidas e pela orientação.

# Para uma compreensão da segregação residencial: o Plano Especial de Realojamento e o (Anti-)racismo

Ana Rita Lopes Alves

**Resumo:** Esta dissertação tem como principal objectivo analisar a forma como as políticas públicas de habitação social e, em particular o Plano Especial de Realojamento (PER), têm contribuído para a perpetuação de uma segregação espacial e residencial de base racial/étnica. A partir da revisão do contexto político, académico e mediático procura perceber-se a forma como as populações etnicamente marcadas (i.e. portugueses negros e imigrantes) têm vindo a ser progressivamente empurradas e afastadas do centro da cidade de Lisboa - processo que concorre para uma *(re)territorialização histórica das relações coloniais*. Num primeiro momento, parte-se da análise do *discurso público* com o objectivo de perceber o processo de *reconhecimento* e *racialização* da periferia e os processos de (in)visibilização do racial. Considerando as latitudes particulares deste discurso, este projecto equaciona o papel do Estado Moderno na definição e na “*gestão do racial*” através da operacionalização da “*raça*” enquanto categoria política de segmentação de populações. Por fim, partindo do trabalho de campo elaborado no Casal de Santa Filomena (Amadora) – que se encontra hoje sob ameaça de desaparecimento - ensaia-se uma abordagem ao processo de contestação dos moradores, a partir de dois contextos diferentes: aqueles que têm direito a realojamento e os que não têm.

**Palavras-Chave:** “Raça”; *racialização*; (anti-)racismo; segregação residencial; políticas sociais de habitação; Plano Especial de Realojamento, Casal de Santa Filomena (Amadora); discurso público; história; colonialismo; poder.



# Understanding residential segregation: The Special Re-housing program and (Anti-)racism

Ana Rita Lopes Alves

**Abstract:** This essay seeks to understand the way in which public housing policies, the Special Housing Program in particular, have contributed to the perpetuation of an ethnical/racial spatial and residential segregation. Considering the analysis of the political, academic and media contexts, we aim to understand the way in which ethnically marked populations (e.g. black Portuguese and immigrants) have been pushed away and withdrawn from Lisbon city centre – this process gives rise to an *historical (re)territorialization of colonial relations*. First, we engage on the analysis of public discourse in order to realize the process of *acknowledgement* and *racialization* of the periphery and the simultaneous (in)visibilization of race. Taking into account the *locus* where these categorisations come from, this project questions the role of the modern state in the definition and *racial managing* through the operationalization of *race* as a political category for segmentation of populations. At last, departing from the field-work at Santa Filomena (Amadora) district – currently facing the threat of disappearance – we set sights on the contestation process led by the dwellers, out of two different contexts: the ones that have right to re-housing and the ones who have not.

**Keywords:** Race; *racialization*; (anti-)racism; residential segregation; public housing politics; Special Housing Program; Casal de Santa Filomena (Amadora); public discourse; history, colonialism; power.



## ÍNDICE

### PRÓLOGO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
1. Objectivos .....	1
2. Metodologias .....	4
3. Enquadramento Teórico .....	12
 <b>I. O PER: ONTEM e HOJE</b> .....	35
1. Pré-textos e Contextos: segregação, academia e media .....	35
2. Pressupostos e Execução: uma análise anti-racista .....	55
 <b>II. SANTA FILOMENA: A MATERIALIZAÇÃO DE UM PROCESSO</b> .....	80
1. Uma história de resistência .....	84
 <b>CONCLUSÃO</b> .....	104
 <b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	107
 <b>GLOSSÁRIO</b> .....	121
 <b>ANEXOS</b> .....	124



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

Alto-Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas – **ACIDI**

Área Urbana de Génese Ilegal – **AUGI**

Área Metropolitana da Lisboa – **AML**

Câmara Municipal da Amadora – **CMA**

Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial – **CICDR**

Decreto-Lei – **D.L.**

Decreto Regulamentar – **D.Reg.**

Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana – **IHRU**

Plano Especial de Realojamento – **PER**

Região Metropolitana de Lisboa – **RML**

## PRÓLOGO

Este projecto pretende constituir-se como uma imersão necessária no acervo das inquietações teóricas que me povoam, fruto de narrativas (contra-)hegemónicas da teoria académica, do discurso público e das experiências que reconstruíram sistematicamente as minhas concepções sobre o mundo, bem como as dúvidas que as mesmas me foram merecendo.

Uma vez que o tempo (para investigar), o espaço (para transcrever) e a experiência (de operacionalização de conceitos) não o permitem, procurarei, aqui, cingir-me ao possível, acreditando que, paradoxalmente, se deve sempre desejar o impossível. Assim, o meu trabalho pode ter esboços de impossibilidades, reflectindo o que considero ser o grande dilema epistemológico: a (re)visão do passado e a tentativa de reclamar o futuro a partir do desenho de uma linha contínua com incidências contemporâneas, anti-essencialista e reflexiva – uma tentativa de reclamar, em fragmentos, interpretações de análise do real. A síntese, essa, ficará para mais tarde, quando o conhecimento o permitir e a tinta o agarrar.

Por ora reconto a história do percurso de um trabalho que advém de uma situação que, de alguma forma, transformou a maneira como olho e valorizo uma estrutura composta por um tecto e quatro paredes, para os muros (in)visíveis que coexistem nos espaços habitados e para as histórias que nos contam não só sobre aqueles que os habitam mas também sobre quem nunca os (re)conheceu.

Foi em finais de Junho de 2012 que me *apercebi* que o Programa Especial de Realojamento (PER) se encontrava ainda em curso, após ter sido noticiado que – no decorrer de uma acção de protesto – a polícia tinha carregado sobre manifestantes que se encontravam à porta da Câmara Municipal da Amadora<sup>1</sup>. As fontes de informação afirmavam que um conjunto de moradores e activistas tinha entrado nas instalações da autarquia numa tentativa de pressionar a Câmara a suspender as demolições no Casal de Santa Filomena (Freguesia da Mina, Concelho da Amadora) e

---

<sup>1</sup> “Amadora: Mulher ferida em Manifestação junto à Câmara – INEM”; “Manifestação de meia centena de moradores. Câmara da Amadora invadida por moradores de bairro”.

a iniciar um diálogo com a associação de moradores, de forma a ser encontrada uma solução para um conjunto de 285 pessoas (84 famílias, das quais 105 são crianças)<sup>2</sup> que não se encontravam ao abrigo do PER.

Alguns dias depois, saí de casa em direcção à Amadora uma vez que tinha sido convocada uma concentração no bairro com o intuito de evitar o avanço das máquinas sobre as casas, até que a Câmara garantisse que todas as pessoas teriam direito a ser realojadas. Era cedo, saí de casa com destino à Estação do Rossio. Chegada, comprovo que o movimento que traçava – em conjunto com pequenos grupos de turistas – era contrário ao da maioria. Uma maioria que enche o percurso ferroviário traçado de Sintra a Lisboa, recontando histórias de (des)emprego, (i)mobilidade e (i)migração.

Passados quinze minutos estava no centro da Amadora, a partir de onde caminhei até ao Bairro de Santa Filomena, paredes meias com a estrada militar e o centro da cidade. As *bulldozers* estavam já estacionadas numa das entradas do bairro e havia grades a demarcar as fronteiras do mesmo. Havia algumas pessoas barricadas dentro de uma das casas e outras a ocupar o espaço em frente às mesmas. Após um tempo de resistência o frágil ‘cordão’ é desfeito, as pessoas são retiradas do interior das casas – em conjunto com alguns objectos pessoais – e a casa começa imediatamente a ser destruída, após a remoção das portas e janelas. As pessoas acumulam-se em torno da área demolida, o ambiente é tenso – dada a presença armada da polícia – e o desânimo absoluto, perante a incapacidade de resistência. O espaço começa também a ser povoado por algumas técnicas de acção social da Câmara, e em menos de nada, as casas são memória, as pessoas não têm soluções que ultrapassem dois/três meses de apoio a renda e um sítio provisório para porem os seus bens. Perante esta situação, uma onda de indignação leva as pessoas a permanecerem ali, uma a uma, em frente aos escombros, depois de tudo estar partido. É neste momento que uma das pessoas que tinha acabado de ficar sem casa é *aleatoriamente* identificada e levada para a esquadra por alegadamente

---

<sup>2</sup> *Colectivo Habita* (2012) “Comunicado nº 5. Amanhã, pelas 15h, no ACIDI. Moradores/as do Bairro de Santa Filomena reúnem com a Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural”, 23 de Julho.

não ter os papéis em ordem. A história prolonga-se pela tarde, entre a esquadra e o tribunal, de onde acaba por sair ao final da tarde.

É neste ponto que a nacionalidade passa para o plano do visível, em que ser imigrante (e negro) parece ser um factor essencial para perceber a forma como se diferencia e se (re)desenha o direito à cidadania, ao espaço e à cidade e, de repente, esse é o sentido que passo a querer analisar: como é que o imaginário racial opera e se operacionaliza quando se fala de direito à habitação quando todos os discursos teimam em negar a sua existência e, no entanto, todas as imagens parecem indicar o contrário.

Como activista, por um lado e como cientista social, por outro, tento observar a realidade a partir da utilização de um conjunto de instrumentos metodológicos que me permitam percebê-la da forma mais intersubjectiva possível, consciente, simultaneamente, que as minhas perspectivas sobre a realidade são próprias (e ideológicas) e posicionam-se, por isso, em espaços específicos da história.

Neste trabalho tentarei que os factos falem por si, apresentados na ordem apropriada, para que quem lê possa entender e, a partir daí, conhecer. Este trabalho é um esforço para abrir um debate, em diálogo com um conjunto de outros trabalhos já realizados. Embora na qualidade de dissertação este trabalho se enquadre, num primeiro momento, no âmbito estritamente académico, a realidade é que se almeja aqui contribuir para um diálogo entre ciência e sociedade na medida em que a primeira, filha do seu tempo, deve reunir esforços para pensar e reflectir sobre os processos emergentes e urgentes que caracterizam as sociedades contemporâneas.



## INTRODUÇÃO

### 1. Objectivos

As cidades e os discursos sobre as mesmas tendem a funcionar como o espelho da ‘nação’, montras da construção liberal e democrática das sociedades modernas, em que a “metrópole colonial” foi substituída pela “capital (pós)colonial”, assente em *regimes de verdade* particulares, que se sedimentam sob a autoridade que as sustenta e a *subalternização* dos discursos que as questionam. A cidade representa o repositório das aspirações da *sobremodernidade* (Augé, 1994) e continua a ser projectada no imaginário hegemónico enquanto *locus* de desenvolvimento e de materialização do *progresso* e da organização da vida colectiva, por excelência. As cidades têm vindo a constituir grande parte da literatura das ciências sociais, numa relação dialéctica com o espaço, a economia política e as identidades (Simmel, [1903]1997; Park, [1952]1990; Wirth, [1928]1980; Lefebvre, 1968; Foucault, 2002; Harvey, 2010).

Enquanto repositório de síntese das *geografias do capital*, o Estado tem vindo a impor a sua racionalidade utilizando o espaço como instrumento privilegiado (Lefebvre, 1968: 226), tanto através da produção do espaço nacional enquanto *metageografia*, como através de uma divisão do território nacional, particularmente relacionada com a produção e a divisão do trabalho. Neste sentido, percebe-se que a organização do espaço ocupa um papel fundamental na organização do Estado e que consequentemente o mesmo foi encontrando, ao longo do tempo, formas de regulamentação de fronteiras internas e externas.

Paralelamente, os processos de apartamento de populações no espaço público aparecem como uma constante na continuidade da história, evidenciando a importância que o espaço tem tomado no estabelecimento, perpetuação e materialização das relações de poder. O espaço tem servido igualmente à fixação de categorias de continuidade e segmentação, em particular, a partir da *racialização* das populações. Neste sentido, este projecto pretende perceber qual tem vindo a ser o papel do Estado moderno – essencialmente a partir da segunda metade do século XX – na definição e na “gestão do racial” (Goldberg, 2002) através da operacionalização da “raça” enquanto uma categoria política de segmentação

populações. A análise incidirá sobre a forma como esta “gestão” se tem materializado no espaço através da promulgação e implementação de políticas públicas de urbanização e habitação e, em particular, do desenho e aplicação do Programa Especial de Realojamento (PER).

Propõe-se através da elaboração de um levantamento sumário da criação de um imaginário (essencialmente, académico e mediático) sobre a presença negra em Portugal radicado em espaços específicos da cidade de Lisboa perceber e repensar as incoerências de uma narrativa histórica (dis)sonante que têm vindo a contribuir para re-ancorar uma determinada ideia de identidade nacional e nativismo. Concorrendo a última para a construção e a invisibilização do papel da “raça” como um factor fundamental na materialização do acesso a recursos e bens escassos.

Esta clivagem reside num processo de racialização das populações ainda operante na conjuntura actual e tem contribuído para a construção de ideias de *diferença, fronteira, cidadania e reconhecimento* (ou não) da legitimidade de uma ocupação do espaço urbano (e nacional).

Considerando-se que as questões ligadas ao estudo do espaço a partir de uma perspectiva anti-racista – enfatizando as implicações do colonialismo nas concepções sobre o mundo contemporâneo – são até hoje pouco estudadas em Portugal e que o “espaço” é uma categoria de análise emergente na contemporaneidade (Foucault, 1998) torna-se essencial perceber de que forma as categorias raciais foram espacializadas (e, através de que dispositivos), tal como a forma como esta configuração espacial contribuiu, simultaneamente para a naturalização institucional do racismo (Goldberg, 1993).

A presente dissertação divide-se em dois Capítulos para além da Introdução (que descreverá os objectivos do projecto, a metodologia utilizada e o enquadramento teórico do trabalho) e da Conclusão final.

O I Capítulo, “O PER: ontem e hoje” convoca, num primeiro momento, uma discussão sobre o contexto político, académico e mediático no qual emerge e se desenvolve o Plano Especial de Realojamento. Num segundo momento, atenta-se à implementação e ao desenho do programa através da análise da sua matriz de

execução e do quadro legal, centralizando o racismo como legado colonial e factor central de análise.

O II Capítulo, “Santa Filomena: a materialização de um processo” procurará ilustrar o processo de implementação do programa no Casal de Santa Filomena, sublinhando a relação entre a Câmara e os Moradores do bairro, com especial atenção para o processo de contestação realizado pelos últimos, em dois períodos distintos.

Este trabalho é ainda composto por um pequeno glossário e uma breve contextualização das políticas de habitação social em Portugal desde o início do século XX até ao contexto de implementação do Programa Especial de Realojamento.

## 2. Metodologias

Numa abordagem inicial tudo parecia importante. Considerando as latitudes e as intenções específicas do projecto, a abordagem metodológica escolhida foi de cariz sócio-antropológico. Tal espelhava a necessidade de articulação de dois níveis de análise que se relacionavam, por um lado, com o quadro conceptual e político-ideológico de emergência, desenho e implementação do Plano Especial de Realojamento e, por outro, com as consequências da aplicação do plano num espaço particular, o Casal de Santa Filomena, destacando as posições dos sujeitos políticos envolvidos.

Considerando que o método confere às disciplinas um conjunto de ferramentas que lhes permite suplantar o campo meramente descritivo da realidade, possibilitando mapear e aceder a um conjunto de relações sociopolíticas complexas, assim como aos respectivos processos e causalidades (Gilbert, 2008: 81), a metodologia utilizada determina as particularidades do olhar, concorrendo para uma construção multidimensional dos sujeitos e objectos em estudo. Como tal, o projecto privilegiou quatro momentos: i) revisão da literatura e construção de um quadro conceptual; ii) compilação e análise de documentação institucional; iii) preparação e realização do trabalho de campo, a dois tempos – nove entrevistas semi-directivas<sup>3</sup> e observação directa; iv) tratamento dos dados recolhidos. Esta abordagem de cariz indutivo – comum aos estudos desenvolvidos no âmbito das ciências sociais – permitiu que a elaboração do quadro teórico emergisse de um processo exploratório, ancorado na realidade social (*idem*: 82). A tabela que se segue procura ilustrar iconograficamente as tarefas desenvolvidas ao longo do projecto:

Tarefas	2012			2013									
	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Estado da Arte													
Análise de Documentação													
Preparação Trabalho de Campo													
Trabalho Empírico													
Análise de Dados													
Redacção da Tese													

<sup>3</sup> Os guiões das entrevistas efectuadas encontram-se todos em anexo.

## **2.1. Revisão da Literatura e Trabalho Empírico**

### **2.1.1 O Discurso Público: Academia, Política e Media**

De acordo com Michel Rolph-Trouillot (1995) os debates sobre os eventos históricos e os seus significados envolvem um conjunto de actores importantes que excedem o campo estritamente académico e materializam-se no discurso de um conjunto de líderes éticos e religiosos, de políticos, de jornalistas, de associações da sociedade civil e, no limite, de cidadãos independentes. Esta assunção concorre para a ideia de que todos somos historiadores amadores, com diferentes graus de consciência da nossa produção (Rolph-Trouillot, 1995: 20). Não obstante a ubiquidade da produção, a realidade demonstra que, entre todos, existem alguns segmentos da população, que Teun van Dijk (2007) denomina, para o efeito, *élites simbólicas*, que têm um acesso privilegiado ao *discurso público*, designadamente, a esfera académica, política e mediática. Foi nesse sentido que, num primeiro momento, a análise incidia sobre a sua produção discursiva dado que são estes sectores que estabelecem os termos da discussão pública e que concorrem para a (re)produção e consolidação do *consenso social* (van Dijk, 1996). E, simultaneamente porque a leitura é uma parte substancial do trabalho académico, constituindo uma ferramenta de abordagem e problematização aos temas em análise.

#### **a) A Academia**

Os livros que habitavam as estantes das bibliotecas e dos centros de documentação pareciam abrir possibilidades infinitas de abordagem e enquadramento. Como tal percorreram-se corredores, tactearam-se lombadas e índices com o indicador e amontoaram-se pilhas de livros em secretárias. Aí leram-se uma vez mais os índices com outra atenção, conferiram-se referências e aos poucos emergiu – da revisão da literatura – um quadro teórico. Começou aqui a primeira história, aquela da produção do discurso académico.

Da incursão a um universo fértil em produção de estudos sobre habitação em momentos históricos e políticos particulares, facilmente se percebeu a quase inexistência de produções científicas que especificamente entrecruzasse as duas grandes variáveis em análise: políticas públicas de habitação e racismo. Neste

sentido, parte da teoria crítica utilizada sobre segregação residencial e racismo advém de imaginários políticos apartados do contexto em análise (i.e. Estados Unidos e Reino Unido), contemplando igualmente, os trabalhos que, embora partindo de perspectivas teóricas distintas, se debruçassem sobre esta problemática em Portugal. Simultaneamente, o facto de o trabalho se espriar sobre um cruzamento de espaços disciplinares ditou que a bibliografia seleccionada atravessasse um conjunto de objectos e áreas das ciências sociais (i.e. antropologia, a sociologia e a geografia) cruzando diferentes tipos de saber. Da imersão neste universo interdisciplinar compilou-se um conjunto de reflexões contemporâneas sobre História e Eurocentrismo, Conhecimento e Poder, Colonialismo e Segregação, (Anti-)Racismo e Cidadania, Políticas Públicas de Habitação Social em Portugal e o Plano Especial de Realojamento (PER).

Na esfera mais pública do debate académico destaca-se ainda um conjunto de encontros e conferências sobre habitação e cidade que permitiram mapear a actualidade da discussão, designadamente o *Ciclo de Debates «Encontros de Habitação»*, ISCTE-IUL – Lisboa, o *Urban (ir)rationalities: between global dynamics and local collective actions*, CES – Lisboa, o Seminário Pensamento Crítico Contemporâneo e Cidade UNIPOP – Lisboa e o Encontro *19 de Outubro: Dia Europeu de Acção pelo Direito à Habitação e à Cidade – As Casas para as Pessoas e não para o lucro e a especulação* – Lisboa. Sublinhe-se ainda a participação na Mesa Políticas públicas de urbanização: lutas pelo direito à moradia, no *II Seminário Internacional Cidade e Alteridade: Convivência Multicultural e Justiça Urbana*, CES – Lisboa e a Elaboração do texto “O discurso sobre o ‘outro’” – 1º Boletim do Colectivo Habita.

Foram igualmente realizadas duas entrevistas a académicos de relevo no âmbito dos estudos sobre políticas de habitação, com ênfase no estudo e acompanhamento do Plano Especial de Realojamento. Destaque-se que estes falam sobre espaços distintos, a partir de tempos e de áreas disciplinares também elas distintas (Sociologia e Antropologia).

Admitindo ainda a existência de uma relação dialéctica entre conhecimento e poder (Foucault *apud* Hall, 1997), alturas há em que a eleição do objecto de estudo dos trabalhos académicos acontece através de encomendas do poder político ou é

por este promovida. Considerando o âmbito de pesquisa deste trabalho foi analisado um conjunto de estudos encomendados pelo Instituto Nacional de Habitação (IHRU) ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), pelas Autarquias e Centros de Estudo, bem como algumas publicações académicas elaboradas no âmbito das edições do Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI). No plano internacional destacam-se os relatórios do *European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia* (EUMC). Estes trabalhos constituíram-se como espaços importantes para analisar os termos do diálogo entre o poder político e a academia, uma vez que os trabalhos académicos informam, muitas vezes, a produção das políticas públicas.

## **b) A Decisão Política**

Após uma revisão metódica da literatura produzida sobre os conceitos e os contextos em análise o olhar deteve-se numa primeira pesquisa e análise crítica da documentação institucional relevante. O discurso que se seguiu foi, portanto, aquele do decisor político e do legislador. Para tal foram compiladas e analisadas as diferentes resoluções, leis, decretos e planos que permitam compreender a concepção e o escopo de acção do poder público. Esta análise concentrou-se, por um lado, nas directrizes e nos objectivos do PER enquanto uma das mais relevantes políticas públicas de habitação social e, por outro, na maneira como esta espelha a forma como o Estado olha para aqueles que marca etnicamente, designadamente, as minorias étnicas e os imigrantes. Para tal foi elaborada uma pesquisa e análise de legislação relevante através do sítio do Diário da República e consultados um conjunto de juristas especialistas nas áreas em análise (i.e. habitação; anti-racismo) que permitissem um melhor entendimento do discurso jurídico. Acrescenta-se também a análise dos dois Planos para a Integração dos Imigrantes do ACIDI que contemplam pontos específicos relativamente à habitação, um conjunto de documentos disponibilizados no sítio do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) que permitiram mapear a discussão institucional sobre acesso à habitação pública em Portugal e, finalmente, os diversos documentos de execução, diagnósticos e relatórios produzidos ou encomendados pela Câmara Municipal da Amadora no sentido de mapear a discussão ao nível local.

Foi realizada uma entrevista semi-directiva com um decisor político, colaborador de um instituto público responsável pela áreas da habitação que permitiu consolidar conhecimentos e esclarecer alguns pontos da análise anterior. Sublinhe-se que esta seria uma de três entrevistas previstas na esfera da decisão política. No entanto não foi possível estabelecer contacto com um órgão autárquico contactado e, embora o instituto público ligado aos assuntos da imigração e da discriminação racial tenha aceite responder a uma entrevista por escrito, até ao momento não foi entregue qualquer resposta.

### **c) Os Media**

Mas como nem só de academia e de decisão política se faz a história e considerando que na era da reprodutibilidade técnica (Benjamin, 1992), os media assumem um papel cabal no estabelecimento dos termos do *discurso público*, da produção do conhecimento e do *consenso social* (van Dijk, 1996), perante os objectivos do projecto, a análise do discurso mediático procurou perceber a forma como se estabeleceram os termos do debate sobre os *bairros* e sobre a implementação do PER. Na impossibilidade de mapear uma discussão que dista pelo menos quarenta anos da actualidade, estabeleceram-se duas janelas de tempo: i) a década de 90 com especial ênfase para o reconhecimento da periferia e o início da implementação do PER; ii) os dois últimos anos (2012-2013) que permitiram enquadrar a discussão específica em relação ao processo de implementação do programa no Bairro de Santa Filomena, Freguesia da Mina, Amadora.

A análise crítica do discurso mediático foi realizada a partir da compilação de um conjunto de artigos da imprensa escrita encontrados no Arquivo do Movimento SOS Racismo, da Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINENSO) e da Hemeroteca Municipal. A leitura dos artigos deteve-se, essencialmente, no enquadramento mediático de determinados acontecimentos e temáticas, em diálogo com a teoria crítica sobre a questão racial:

“The ways in which the media frames events are important in terms of how they are understood in the public sphere. Issue framing is a selective process (a certain narrative necessarily needs a frame, and therefore the selection of what is ‘relevant’ rather than ‘irrelevant’), but this selective process is



neither coincidental nor accidental. As suggested above, the media in Portugal largely presents news on racism within a framework of understanding that actively produces the denial and perpetuation of racism. When the media frames news events in particular ways, it participates in a social process of sense-making, and also becomes involved in political processes, not only by highlighting specific problems at the expense of others, but also by framing certain problems in specific ways. (...) Issue framing thus considers the ways in which a story or narrative is ‘packaged’ in specific ways, employing rhetorical devices which encourage or discourage specific interpretations (Scheufele 2000, Gitlin 1980). Combined with race critical theories, issue framing is useful for analysing racism in the media because it allows us to take into account not only the ways in which some issues are rhetorically dealt with, but also what is left out of the frame, which is thereby constructed as irrelevant or inexistent” (Suárez-Krabbe, 2012: 18).

Por último, ainda no que contempla a esfera mediática, destaque-se o visionamento de três filmes. O primeiro, uma ficção da autoria de Rui Simões, denominada *Ilha da Cova da Moura* (2011) que procura documentar a história do bairro; o segundo, um documentário de Nathalie Mansoux, *Via de Acesso* (2008) sobre o desalojamento da população da Azinhaga dos Besouros e, por último, a produção recente de Leonor Areal, *Aqui tem Gente* (2013) que retratou o processo de luta dos Moradores da Quinta da Torre aquando da ameaça de demolição do bairro.

### **2.1.2. A Contestação**

Perante as evidências de um processo em curso, existe um conjunto de vozes que se levantam, vozes de protesto que espelham o desacordo: as vozes da contestação. No processo em análise – implementação do PER – muitas foram as personalidades e os intelectuais que contestaram activamente o programa na esfera do *discurso público*. No entanto fora deste ficaram muitas vezes os textos e as vozes dos Moradores dos *Bairros* e do Movimento Associativo e esta é outra história.

Com o objectivo de resgatar estas vozes para o *espaço público* foram, nesta fase, elaborados três tipos de recolha de dados: i) compilação de publicações, agendas, boletins, textos e comunicados de comissões de moradores e de associações; ii) análise dos inquéritos realizados pelo grupo de advogados sobre a caracterização do bairro; iii) realização de trabalho etnográfico.

#### **a) Trabalho Etnográfico**

O trabalho de terreno concentrou-se, essencialmente, nos meses de Agosto e Setembro, assinalando idas regulares a Santa Filomena desde o dia 26 de Julho de 2012, data que marca a primeira ida ao *bairro*. Assinale-se também a presença num conjunto de acontecimentos e debates organizados pelo Colectivo Habita e Amnistia Internacional, bem como a presença nas reuniões do grupo de advogados responsáveis pelo processo de usucapião, agora em curso.

Para a realização do terreno optou-se por técnicas de recolha de informação etnográficas clássicas que permitissem, por um lado, aferir sobre as relações entre os moradores do bairro e câmara municipal no âmbito da implementação do PER e, por outro, sobre o processo de contestação dos moradores (em conjunto com outras associações) face ao processo de demolição do lugar. Deste trabalho, apoiado na observação participante, ressaltem-se as idas ao bairro nas tardes quentes e tantas vezes ventosas de Verão que me permitiram conhecer o espaço e as pessoas e conversar informalmente com os mesmos; a presença nas reuniões de moradores que fortaleceram o conhecimento sobre o processo de contestação, em curso; as concentrações convocadas contra as demolições e uma ida conjunta à Câmara Municipal. Para além do diário de campo, procurou-se fazer uma recolha de documentos e mapas sobre o espaço do bairro e um registo visual através de fotografias antigas e actuais do *bairro*.

Foram também realizadas duas entrevistas semi-directivas a moradores do bairro de Santa Filomena e três entrevistas às seguintes entidades: associação anti-racista, associação de imigrantes e associação pelo direito à habitação.

Denote-se aqui alguma desconfiança inicial à minha presença no bairro, fora das convocatórias, justificada numa descrença face à academia e à forma como a

mesma trata os seus sujeitos enquanto objectos de estudo, o que expressa a dimensão unilateral de muitos dos trabalhos académicos.

## **2.2. Os Métodos de Tratamento de Informação**

Com o objectivo de sistematizar esta recolha, do ponto de vista metodológico, o projecto ancorou-se na ‘Grounded Theory’, elaborada por Barney Glaser e Anselm Strauss, em 1967. Denote-se que a criação desta abordagem metodológica traduziu uma necessidade de desafiar as reivindicações exclusivistas de legitimidade científica das abordagens dedutivistas, na altura hegemónicas, procurando permitir de forma sistematizada aos cientistas sociais, a elaboração de novas teorias a partir dos dados empíricos do terreno (Gilbert, 2008: 83). De acordo com a ‘Grounded Theory’ todas as asserções teóricas devem emergir directamente do terreno, utilizando para tal um conjunto de abordagens sistematizadas que obrigam a constantes imersões empíricas de recolha e análise de dados. Note-se, no entanto, que esta abordagem foi amplamente criticada por um conjunto de teóricos (Gilbert, 2008: 92). Estas críticas vão no sentido de debater: i) o seu carácter potencialmente prescritivo ao presumir que todas as conclusões teóricas emergiram directamente dos dados recolhidos; b) a possibilidade de possuir um poder explicativo limitado; c) o seu cariz tendencialmente positivista, considerando a realidade como a única fonte viável a partir da qual se pode construir conhecimento, almejando, de certa forma, a existência de uma neutralidade por parte do investigador (Gilbert, 2008: 92-94).

Por todas as razões apresentadas – e porque em termos pragmáticos, a extensão desta pesquisa não comportaria temporalmente a possibilidade de seguir este método de forma precisa, tal como foi desenhado – durante a investigação, privilegiar-se-á alguma simultaneidade na recolha e na análise de dados e recorrer-se-á codificação dos dados de acordo com algumas directrizes da ‘Grounded Theory’, atentando sempre ao contexto discursivo a partir do qual esses dados emergem.

### 3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

#### 3.1 “Raça”, História e Poder

Recontar a História de uma Lisboa Africana e Negra escolhendo traçar uma linha de continuidade nas representações dos percursos forjados, dos antípodas (colonialistas e escravagistas) da globalização até à contemporaneidade, parece desencadear, de imediato, um conjunto de anacronismos e paradoxos.

Em primeiro lugar, embora um conjunto de trabalhos académicos (Bluteau, 1712; Tinhorão, 1988; Henriques, 2009) e de obras iconográficas e escritas (Loude, 2005; Agualusa *et al.*: 1993) apontem para que o crescimento do número de população negra, em Portugal, remonte ao século XV, esta existência está ausente das narrativas dominantes sobre a construção de Portugal enquanto espaço *metageográfico*<sup>4</sup>. A invisibilização desta presença (negra) em Portugal, contrasta com a hiper-visualização histórica da presença (branca) nas ex-colónias que estudos recentes apontam como tardia e diminuta (especialmente, no continente africano) (Castelo, 2007; Vale de Almeida, 2006). Segundo o antropólogo Michel Rolph-Trouillot (1995), os silenciamentos na história operam através de *fórmulas de apagamento* e *fórmulas de banalização* (pp. 96) e não se limitam a reproduzir as posições políticas dos produtores da história; pelo contrário, permitem perceber o que o autor denomina de “poder do arquivo”, ou seja, o poder de definir aquilo que deve ou não ser objecto de pesquisa e conhecimento, aquilo que deve ser divulgado ou, pelo contrário, ignorado (pp. 99). Sublinhe-se que estes silêncios – parte integrante da narrativa dominante – não requerem uma conspiração nem um consenso político, as suas raízes são ontológicas e estruturais<sup>5</sup>.

Em segundo lugar, é no mesmo modelo de racionalidade específica – o *Eurocentrismo* – que se reproduz constante e contemporaneamente a exaltação do

---

<sup>4</sup> Como se poder notar nas narrativas dos manuais escolares, designadamente através das análises elaboradas no âmbito do projecto “‘Raça’ e África: uma análise sobre manuais escolares de história” (Araújo e Maeso, 2011, 2012, 2013).

<sup>5</sup> “The narrative structures of Western historiography have not broken with the ontological order of Renaissance. This exercise of power is much more important than the alleged conservative of liberal adherence of the historians involved” (Trouillot, 1995: 106).

*contributo civilizacional* do colonialismo português<sup>6</sup>, que se tornou, a partir do século XIX, “a peça central da doutrina colonial” (Meneses, 2010). Tudo isto acontece na esteira de uma narrativa que continua a ignorar as teses de que: i) a “imaturidade para a autodeterminação’ é falsa e que a opressão não é nem será nunca uma escola de virtudes e habilitações para nenhum povo” (Cabral, 1976); ii) “da *colonização* à *civilização* a distância é infinita” (Cesáire, 1978 [1955]: 15-16).

Argumenta-se que o *apagamento* da presença negra<sup>7</sup>, a invisibilização do papel dos negros e negras como actores da história e o *mito da modernidade*<sup>8</sup> (responsável pela ocultação da violência que a constituiu), permitiram uma certa descontinuidade narrativa (emancipatória) do *Ocidente* face ao *Resto do Mundo* (Dussel, 1993). Estes fenómenos concorreram para: i) ocultar os processos de violência tais como o tráfico de escravos e a escravatura, a cristianização, a *racialização* e a hierarquização das populações, bem como encobrir os fenómenos de expropriação cultural que dirigiram os diferentes projectos de dominação colonial; ii) silenciar ou criminalizar as narrativas do protesto, ou seja, a história da resistência durante o período colonial; iii) *subalternizar* as vozes dos pensadores que, desde cedo, contestaram o projecto colonial, como é o caso de Mário Domingues<sup>9</sup> ou Amílcar Cabral (1976); iv) edificar o projecto de construção dos Estados-nação e das democracias liberais do Ocidente como espaços de emancipação, progresso e tolerância.

Esta matriz eurocêntrica, na qual se enquadra o *Luso-tropicalismo* – tese eleita para narrar a excepionalidade do “*Modo Português de Estar no Mundo*” (Castelo, 1998) – tende a tornar oclusos ou a naturalizar os processos de violência física e simbólica do projecto colonial, enfatizando a ideia da *relação*, forjada fora do

---

<sup>6</sup> Tal como demonstra M. Jerónimo (2010) no seu trabalho *Livros Brancos, Corpos e Almas Negras: a “Missão Civilizadora” do Colonialismo Português (c. 1870-1930)*.

<sup>7</sup> Sublinhe-se que outras presenças - como a presença dos ciganos, em Portugal - parecem ter sido igualmente apagadas.

<sup>8</sup> Consultar Glossário, em Anexo.

<sup>9</sup> Através das crónicas publicadas no Jornal “A Batalha”, entre 1919-1926. Cf. Garcia, José Luís (2012). “Um mulato contra o império português. Descobrir Mário Domingues no século XXI”, in Gaspar, C.; Patriarca, F. e Matos, L S. de (eds.), *Estado, regimes e revoluções: estudos em homenagem a Manuel de Lucena*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 457-483.

espaço europeu – da nação e da república – nos *trópicos*. Este discurso, “*has long become common sense, an everyday theory and an integral part of the Portuguese representations of nationality*” (Vale de Almeida, 2006: 18), definindo, em parte, o discurso pós-colonial sobre as relações raciais em Portugal<sup>10</sup>.

Deste modo, a edificação dos silêncios e dos discursos passados está profundamente implicada com a *forma de produzir Portugal*. Tal demonstra, por um lado, como é que determinada visão do mundo pode suplantar factos históricos (Trouillot, 1995: 93) e contribui, por outro, para a (re)invenção sistemática de um *difusionismo*<sup>11</sup> *eurocêntrico*, factos estes que alimentam uma teoria de *Ascensão Autónoma da Europa* (Blaut, 1993) e, neste caso particular, de Portugal. O país, à imagem do espaço europeu, surge assim representado como uma comunidade histórica, cultural e racialmente (euro)imaginada como matricialmente homogénea: greco-romana, cristã e branca.

Desta forma, começa a tornar-se evidente o papel da “raça” enquanto categoria essencial para produzir noções de *distância* e de *proximidade*. Os processos de *racialização*, embora edificados no espaço colonial, têm vindo igualmente a coexistir no espaço nacional, desde os tempos da monarquia à democracia liberal. No entanto, parecem não ser *reconhecidos*.

---

<sup>10</sup> Serve aqui acrescentar que à imagem do que aconteceu com os negros - construídos politicamente como o “outro colonizado” - os ciganos foram também *diferenciados* através de operações que os constituíram como o “outro europeu” (Maeso e Araújo, 2011: 18) o que, conjuntamente, devolveu a Portugal e à Europa a imagem de si mesmos enquanto espaços geopolíticos e identitários<sup>10</sup>. Para tal, foi construído, em Portugal, um corpo legislativo de excepção para as populações ciganas, que remonta ao século XVI. Tal como nos demonstra o antropólogo Pereira Bastos numa incursão genealógica a este espaço, estas leis estenderam-se da monarquia ao fascismo, persistindo no espaço democrático (Bastos, 2007). Este quadro legal, bem como as representações racistas que surgiam no discurso público e na literatura, produziram sistematicamente os ciganos como *não-europeus* (Maeso & Araújo, 2011: 18), assentes num limbo cambiante de nacionais-estrangeiros: “They have been governed by a colonial regime *in Europe*, regulated by “systems of state governance of populations” (Amin, 2010: 3) specific ruling *uncivilized, dangerous and deviant subjects*. This is central, in order to avoid decoupling the history of colonial administration from the history of nation-formation; both processes have shaped the marginalization of Roma/Gypsy communities and their construction as the unfit other” (Araújo e Maeso, 2011: 20).

<sup>11</sup> Consultar Glossário, em Anexo.

### 3.1.1. “Raça” e Nação

De acordo com David T. Goldberg (2002), a relação entre a formação do Estado-nação moderno e a definição de categorias raciais tem sido sobejamente negligenciada na literatura académica exceptuando casos extremos, como o Nacional-Socialismo Alemão (Nazismo), o Apartheid Sul-Africano e a Segregação Racial nos Estados Unidos (pp. 3)<sup>12</sup>:

“[There is few work] focused explicitly on how the modern state comes to be racially conceived, on the historical co-definition of race and the state in their modern manifestations, and on state articulation of racially configured and racist commitments (...)” (*idem*).

Pelo contrário, o autor argumenta que a ideia de “raça” ocupa um papel central no projecto moderno de *invenção da nação*. Esta noção parece ser empregue para estabelecer critérios de *inclusão* ou de *exclusão*, já que a mesma serve de matriz – através da construção de uma relação ontológica entre o conceito de “raça” e a ideia de raiz/origem – para designar os que *pertencem* ao corpo da nação e quais são os seus *estrangeiros* (2009: 7). Simultaneamente, o autor argumenta a partir da obra de Tilly (1994) que estas configurações raciais – inauguradas e edificadas no decorrer do período colonial – configuram “a produção discursiva e a racionalização ideológica do poder do Estado moderno” (Goldberg, 2002: 4, *tradução minha*):

“Race marks and orders the modern nation-state, and so state projects, more or less from its point of conceptual and institutional emergence. The apparatuses and technologies employed by modern states have served variously to fashion, modify, and reify the terms of the racial expression, as well as racist exclusions and subjugations” (*idem*).

Com o desenvolvimento do liberalismo económico, a ideia de “raça” é reafirmada e operacionalizada enquanto doutrina definitiva da modernidade. O liberalismo “*has served to make possible discursively, to legitimate ideologically, and to rationalize politico-economically, prevailing sets of racially ordered conditions and racist exclusions*” (Goldberg, 2002: 5) fazendo do pensamento racial/racista um dos

---

<sup>12</sup> À excepção de trabalhos como aquele de Michel de Omi e Howard Winant (Goldberg, 2002: 3-4), há pouco trabalho

elementos centrais da moral, da política e da jurisprudência moderna (*idem*). Desta forma, a perpetuação de compromissos raciais e racistas tem sido essencial na manutenção do domínio do liberalismo no último século e meio por via de uma (re)invenção sistemática da dominação:

“(...) [R]anging from constitutional endorsements of slavery to formalized segregation, colonial rule and its aftermath, affirmative action, immigration policy, and crime policy (...)” (Goldberg, 2002: 5) .

É assim que o *Estado*<sup>13</sup> se configura através de um conjunto de poderes que conceptualiza, designadamente, o poder de incluir e excluir em “*racial ordered terms, to set aside by setting apart*” (Goldberg, 2002: 9) – configurando a “raça” como um marcador de inclusão e exclusão social que se materializa como factor determinante no acesso à cidadania (*idem*). Estes processos de invenção e naturalização da ideia de fronteira são auxiliados pelo poder da lei e pela elaboração de políticas públicas, aparatos burocráticos e tecnologias governamentais (como as categorias dos censos), pela história e tradição, pelas cerimónias e imaginários culturais particulares (Goldberg, 2002: 9).

### 3.1.2. “Raça” e Racismo

Devido aos processos históricos de *racialização*<sup>14</sup> e *subalternização* de segmentos da população anteriormente mencionados, a “raça” revela-se uma categoria política essencial na análise da contemporaneidade. Esta categoria tem sido operacionalizada enquanto mecanismo básico de poder exercido pelos Estados com a pretensão de fragmentar e controlar (Foucault, 1996), que parte de uma ideia de *relação* (biológica e cultural<sup>15</sup>) e de *distinção*.

---

<sup>13</sup> Consultar Glossário, em Anexo.

<sup>14</sup> Consultar Glossário, em Anexo.

<sup>15</sup> “This racism that aspires to be rational, individual, genotypically and phenotypically determined, becomes transformed into cultural racism. The object of racism is no longer the individual man but a certain form of existing. At the extreme, such terms as "message" and "cultural style" are resorted to. "Occidental values " oddly blend with the already famous appeal to the fight of the "cross against the crescent"” (Fanon, 1964: 32-33).



O *trabalho da raça* configura-se, desta forma, através da operacionalização da categoria “raça” de forma a efectivar e a racionalizar arranjos sociais de poder, exploração, violência e expropriação (Goldberg, 2009). Este processo transformou a (categoria) “raça” num *código fundacional*, fixado através da proliferação do *pensamento racial*<sup>16</sup> (*idem*: 4) que mapeia e recorta o mundo em categorias gerais – “*entidades que coexistem em tensão, produzidas por aquilo que se entende serem diferenças radicais*” (Said, [1978] 1995: 45). Este processo de construção de conhecimento conduziu à polarização da *distinção*, que através de processos de essencialização gerou ideias de *incompatibilidade*, *distância* (e hierarquia) para as quais a organização do mundo em categorias binárias se tornou essencial (*idem*: 46-47).

Também Miguel Vale de Almeida (1997) defende que as “*classificações raciais serviram sempre para legitimar desigualdades de poder*” (pp.20). O autor atribui o surgimento da categoria a “*um desejo de classificar*” e não ao “*produto lógico de um impossível pensamento científico puro*” (*idem*). Num contexto em que o conhecimento e o poder se inscrevem numa relação dialéctica de informação e controlo, as categorias produzidas pela ciência têm servido “*recorrentemente para legitimar determinados ordenamentos políticos, legislações, parâmetros para a educação*”, entre outros (Almeida, 1997: 21):

“[T]he durability and power of the race idea is based on the ways in which it makes sense of the world for people. It can provide an easy, if wholly inaccurate, label for physical, social and cultural difference, it may provide a means of asserting superiority, purity and exclusion and it may also provide a platform for the assertion of justice, equality and related freedoms. In these ways, ideas of race have been mobilised to construct both racist and anti-racist ideas over many centuries” (Law, 2002: 1).

De acordo com Walter Mignolo, a erradicação do racismo na epistemologia moderna só pode ser conseguida através da *descolonização do conhecimento*, de uma alteração dos termos da conversa e não dos conteúdos, defendendo que

---

<sup>16</sup> Produzido por todos aqueles que procuram avançar com as representações raciais: cientistas, filósofos, escritores e críticos literários, intelectuais públicos e artistas, jornalistas e clero, políticos e burocratas (Goldberg, 2004).

enquanto as regras do jogo se mantiverem inalteradas, o controlo do conhecimento não é posto em questão (Mignolo, 2009). Neste sentido é fundamental perceber quem têm sido os enunciadores e a partir de que espaços as enunciações têm vindo a ser produzidas, mais do que aquilo que tem vindo a ser enunciado. O autor defende que aquele que ‘(re)conhece’ está sempre implicado com o ‘conhecido’ embora a epistemologia moderna venha dizer o contrário através da proclamada neutralidade científica que, controlando as regras disciplinares, se coloca numa posição privilegiada para avaliar e ditar (*idem*: 4).

“[L]oci of enunciation have been located by and through the making and transformation of the colonial matrix of power: a racial system of social classification that invented Occidentalism, that created the conditions for Orientalism: distinguished the South of Europe from its centre (Hegel) and, on the long history, remapped the world as first, second and third during the Cold War. Places of non-thought (of myth, non-western religions, folklore, underdevelopment involving regions and people) today have been waking up from the long process of westernization. The anthropos inhabiting non-European places discovered that s/he had been invented, as anthropos, by a locus of enunciations self-defined as *humanitas*’ (Mignolo, 2009: 2-3).

É na senda deste enquadramento histórico e ideológico de estabelecimento e legitimação de relações de poder que o racismo deve ser entendido e analisado. Kwame Ture e Charles Hamilton, no seu livro *Black Power: The Politics of Liberation* (1992 [1967]) entendem por racismo<sup>17</sup> “*the prediction of decisions and policies on considerations of race for the purpose of subordinating a racial group by maintaining control over that group*” (pp. 3). Embora considerem que o racismo tem uma expressão individual, os autores são pioneiros na definição da sua dimensão institucional (e colonial) afirmando que comparativamente com o que denominaram racismo individual, o racismo institucional é “*less overt, far more subtle, less identifiable in terms of specific individuals committing the acts. But it is no less destructive of human life. [It] originates in the operation of established and respected forces in society, and thus receives far less public condemnation*” (Carmichael e Hamilton, 1992 [1967]: 4).

---

<sup>17</sup> Consultar Glossário, em Anexo.

Elaborando sobre este conceito, Barnor Hesse (2004a) nega peremptoriamente o carácter excepcional do racismo e traça uma linha de continuidade histórica, enfatizando que o racismo é um legado colonial e que deve ser entendido na ontologia histórica e política das democracias liberais (pp. 133) e não como um desvio ao iluminismo ocidental (pp. 138):

“Where it became influential, the Eurocentric rewriting of colonial racism had three telling consequences for what was to be considered democratically acceptable and accredited discourse of antiracism in the field of western public reason. Firstly, racism was understood outside of the particularities of western history and defined as an aberrant yet universal phenomenon; an ahistorical evil exemplified in the racially segregated Southern States and apartheid South Africa, both of which could be ranked along side the exceptionalism Nazi Germany. Secondly, the anticolonial critique, particularly with the passage of civil rights legislation (and the formal dissolution of Empire) was now foreclosed and replaced by Cold War liberalism; shifting the analysis of racism from the colonial political economies of dominant institutions to the social psychology of prejudices and race relations [and] with the impact and formation of racism no longer so readily depicted in its global governmentalities it was increasingly associated with extremist forms of domestic nationalist ideologies” (Hesse, 2004a *apud idem*: 140).

Neste sentido a manutenção de “boas relações raciais”, que se torna mais evidente na Europa e em Portugal no período pós-II Guerra Mundial, pareceu servir, essencialmente, para evitar que os não-europeus (e acrescente-se aqui, europeus não brancos) se tornassem racialmente conscientes da sua subordinação e exploração (Hesse, 2004a: 144). É através da eliminação da demonstração pública de sentimentos racistas e da opção por um comportamento diplomático que emerge o que Furedi (1999) apelidou de “protocolo silencioso” das relações raciais (*idem*: 144-145), estágio a partir do qual “*racism no longer dares to appear without disguise*” (Fanon, 1969: 26). Assim, argumenta-se que o racismo é um dos processos de classificação e opressão através do qual se têm operacionalizado e legitimado

relações de poder e processos de violência face àqueles constituídos como ‘outro colonizado’ ou ‘outro europeu’. O racismo é aqui definido como:

“[A] political phenomenon embedded in the history of the modern European nation states. Accordingly, we define racism as the interrelation of processes, structures and ideologies that activate and reproduce unequal power relations, thus conducting access to (socio-economic, cultural, political) resources by populations defined as inferior in relation to notions of Europeaness and non-Europeaness” (Maeso e Araújo, 2012: 17).

Em suma, reconhecendo o racismo como parte da ontologia da edificação dos Estados Modernos, é essencial investigar a forma como o (anti-)racismo está presente no campo da política e da elaboração das políticas públicas já que, ao que tudo indica, as mesmas têm vindo a contribuir para a negação do racismo enquanto categoria fundamental para pensar situações de exclusão e marginalização (Araújo e Maeso, 2011), o que frequentemente se manifesta *“as a form of neo-liberal colorblindness”* (Weiner, 2012: 332-333).

Tecidas que estão algumas considerações, o poder revela aqui ser o argumento central. Pensar o racismo na senda dos trabalhos discutidos, corresponde ao traçar de duas linhas paralelas que – partindo de Bernhard Riemann e não de Euclides – se podem afinal encontrar no plano, num ponto infinito: a história e o poder, o colonialismo e o racismo. É aqui também, nesta história de poder, de dominação e de resistência que a política económica assume relevo e o paradigma do preconceito deve ser superado, de forma a reenquadrar o que a produção do conhecimento teima tantas vezes em desenquadrar.

### **3.2. As Cidades e o Projecto de *Dominação Racial***

#### **3.2.1. Do Colonialismo às Independências: as Políticas de Segregação Habitacional**

“Widespread discrimination in housing, and the consequent segregation *is not* an unpleasant aberration in an otherwise free and egalitarian nation.

Instead contemporary housing discrimination and residential segregation are the modern descendents of Monticello's Spartan slave quarters. As the 21<sup>st</sup> century approaches, Americans still live in a country where white racism remains the core reality. Housing segregation is only of the critical manifestations of reality" (Feagin, 1999: 79).

De acordo com J. Feagin (1999), o controlo espacial através da segregação habitacional é parte integrante do sistema de opressão racial e *"embora o carácter, a extensão e a manutenção dessa segregação"* tenha variado ao longo do tempo, já durante a escravatura, a maioria das pessoas escravizadas vivia em espaços apartados da restante população (pp.81).

Segundo M. Swanson (1977) e W. Bissell (2011) a origem dos projectos de segregação sócio-espacial e racial acontece no decurso do projecto de dominação colonial, em África, essencialmente no século XX, através da constituição de aglomerados habitacionais segregados nas cidades. Este mapeamento e separação do território e das pessoas que nele habitavam assentava num síndrome sanitário. Assim, o que de início era entendido como uma questão ambiental – ligada às propriedades do ambiente tropical e à inadequação dos europeus às suas condições – passa a ser entendido como 'um problema nativo', em que a ideia de risco é transferida do espaço/clima para as pessoas, projectando, no corpo e no espaço que estes corpos ocupavam, um imaginário de poluição (Bissell, 2011), de 'corpo poluído' (Goldberg, 1993):

**"Whether the bodies of the racialized other were to be killed or colonized, slaughtered or saved, expunged or exploited, they had to be prevented at all costs from polluting the body politic of sullyng civil(ized) society. Impurity, dirt, diseased, and pollution, (...), are expressed by way of transgressing classificatory theories, as also are danger and the breakdown of order. Threatening to transgress or pollute established social orders necessitates their reinvention, first by conceptualizing order anew and then by reproducing spatial confinement and separation in the renewed terms"** (Goldberg, 1993a: 187, ênfase minha).

Este imaginário – associado a situações de emergência epidémica, como foi o caso da peste bubónica, no início do século XX – alargou-se a várias geografias, tais

como o Zimbabwe, África do Sul e Senegal (Swanson, 1977), operacionalizando a “raça” como categoria política de segregação (embora a mesma já co-existisse no sistema colonial, i.e. escravatura). Destaque-se que, no caso do Senegal, em 1931, chegou mesmo a ser concebida a construção de um “cordão sanitário” cujo objectivo seria separar a “Dakar Nativa” da “Dakar Europeia”, através da constituição de um Bairro Africano<sup>18</sup>. Esta é a primeira vez que, em termos formais, é fixado, através da disciplina de planeamento urbano, o paradigma *cidade “branca”/cidade “negra”* (Bissell, 2011: 220) que, embora nunca tenha sido efectivamente materializado no espaço, reflecte concepções particulares sobre o processo de *racialização* das populações, transformando o planeamento urbano numa “[racist] sociospatial tool of colonial power” (Bissell, 2011: 220):

“As fast as the plague spread among urban poor, this ‘sanitation syndrome’ caught hold of the colonial imagination as a general social metaphor for the pollution by the blacks of urban space. ***Uncivilized Africans, it was claimed, suffered urbanization as a pathology of disorder and degeneration of their traditional tribal life.*** To prevent their pollution containing European city dwellers and services, ***the idea of sanitation and public health was invoked first as a legal path to remove blacks to separate locations at the city limits and then as the principle for sustaining permanent segregation***” (Goldberg, 1993a: 190, ênfase minha).

À imagem do que aconteceu noutros espaços colonizados, também em Angola – através da promulgação da Portaria Provincial nº 183, de 28 de Outubro de 1922 – é instaurada, com Norton de Matos, a segregação espacial e habitacional, de base racial. Este projecto determinava que os “bairros indígenas” seriam espaços criados exclusivamente para a residência e pernoita de “indígenas”, e que “fora

---

<sup>18</sup> “But taking such representations seriously does not necessarily entail accepting them at face value. “‘Between European Dakar and native Dakar,’” a French planner named Touissant vowed in 1931, “‘we will establish an immense curtain composed of a great park . . . in which we will plant all trees common to the area, a park adorned with fountains of sea water and several basins of drinking water, and done in different motifs recalling native history and customs of long ago’”. On the face of things, this statement seems like a quintessential expression of colonial dualism, coming at the height of what King has called the dual city era in the 1930s and 1940s, “whether in Dakar, Algiers, Cape Town, Delhi, Nairobi, or Singapore”. But any initial understanding of the significance of Touissant’s program has to be qualified by the fact that his plan remained just that: a proposal, a scheme, a set of intentions that never went far beyond the drawing board” (Bissell, 2011: 219).

*daqueles bairros só poderiam morar os europeus e os naturais de Angola que, pelo seu estado de civilização, fizessem vida europeia e habitassem casas do tipo europeu*”<sup>19</sup>. Este processo resulta na separação espacial e social das populações e (r)estabelece simultaneamente os critérios de *racialização* como matriz e marco de distinção entre “indígenas” e “europeus”.

Esta portaria é uma ilustração paradigmática das incoerências do discurso historiográfico, sociológico e político (produzido e perpetuado em Portugal) sobre o colonialismo português, responsável por mascarar a violência e a hierarquização racial do processo de dominação, através da utilização de uma semântica integracionista e de consolidação de direitos para as populações classificadas racialmente como “indígenas”. Atente-se, como exemplo, à reflexão de António Motta Veiga (último Administrador Geral do Estado Novo) sobre a mesma Portaria, na sua tese de Doutoramento em Direito, *A Economia Colonial e a População Indígena* (1935) – neste excerto o autor descreve a Portaria Provincial nº 183 como uma medida que visa a “*melhoria das condições de habitação e vestuário dos indígenas*” uma vez que a mesma determinava que para “*além das habitações para nativos, cómodas e higiénicas, os bairros compreenderiam também escolas, hospitais, asilos, lavatórios e sanitários públicos, campos para jogos, jardins, fossas e esgotos*” (Veiga, 1935: 86). Ilustrativas da doutrina civilizacional acima descrita e criticada, estas asserções são representativas das incongruências entre o discurso colonial e as suas práticas, já que a orientação para a mestiçagem (posteriormente efectivada como argumento essencial da narrativa luso-tropicalista) era à altura entendida como algo que poderia comprometer o projecto colonial (Castelo, s.d.). O contexto de segregação espacial e residencial de base racial é, no espaço colonial, fundamental para a racionalização burocrática do espaço urbano no imaginário europeu (Goldberg, 1993), regulando de forma protocolar a *racialização* das relações e a clivagem entre “uns” e “outros”. É desta forma que o contexto colonial vê emergir a dimensão racial da ideia de *slum clearance*, associada a um síndrome sanitário relacionado com o “outro” – o “corpo poluído” (Goldberg, 1993).

---

<sup>19</sup> Portaria Provincial nº183/22, de 28 de Outubro, Boletim Oficial da Província de Angola, I Série, Número 43.

Para Feagin (1999) a segregação actual representa exactamente a continuidade de um processo de discriminação, em curso desde o período colonial, agora reforçado: i) tanto pelo Estado – através da promulgação de legislação – e pela utilização do controlo informal dos bens imobiliários, perpetuando a segregação racial e fazendo com que certas áreas residenciais se mantenham maioritária ou totalmente ‘brancas’ (pp. 81); ii) como através de processos concertados de reconversão urbana entre entidades privadas e o Estado que convertem bairros negros em zonas gentrificadas, onde a presença branca passa a ser predominante (pp. 83).

David Theo Goldberg salienta que esta administração segregacionista anteriormente implicada na “gestão do espaço colonial” passa a ser aplicada aos *bairros* – revelando, de alguma forma, que ideias como “exclusão” e “exclusividade” haviam sido internalizadas no decorrer da expansão nas cidades Ocidentais (Goldberg, 1993: 188). Estes processos ocorrem essencialmente nas décadas de 50, 60 e 70, caracterizadas pelo aumento das migrações para o espaço europeu, devido: i) ao final do colonialismo face à vitória dos movimentos de libertação nacional<sup>20</sup>; ii) à instauração da democracia liberal em Portugal; iii) ao início das guerras civis em Angola (1975-2002), Moçambique (1976-1992) e Guiné-Bissau (1998), que desencadearam um movimento de imigrantes e refugiados, designadamente para Portugal<sup>21</sup>.

Na esteira da obra de Aníbal Quijano (2000), sustenta-se que o processo de colonização e a inauguração do capitalismo – enquanto novo poder global – que culminará naquilo a que hoje designamos de globalização é um modelo de dominação que assentou, essencialmente, na classificação das pessoas a partir de critérios ‘raciais’, que serviram como guião e legitimação do projecto colonial e que ‘perme[aram] as dimensões mais importantes do poder global, incluindo a sua

---

<sup>20</sup> Designadamente, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), Frente Nacional de Libertação de Angola (UPA/FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

<sup>21</sup> Denote-se, no entanto, que Portugal se apresentava já como um espaço heterogéneo uma vez que a presença árabe era já multi-centenária e a presença africana/negra passa a ser constante a partir do século XV. Inclusive, Lisboa, era constituída, no século XVI, por cerca de 13% de negros.



racionalidade específica: o eurocentrismo’ (Quijano, 2000). Este eixo racial provou ser mais estável e duradouro que o próprio colonialismo<sup>22</sup> e, consequentemente, “*o modelo de poder que é hoje hegemónico pressupõe um elemento de colonialidade*” (Quijano, 2000: 533).

### **3.2.2. Das independências à Actualidade: Segregação Residencial e *Guetização* na Cidade Pós-Moderna**

“Porquê aqui então? Porque são negros, negras, brancos pobres ou ciganos que não conhecem os seus direitos e são constantemente submetidos à violência deste sistema que nos relegou para o desemprego em massa, para a pobreza, e tem que manter-nos disciplinados nas reservas de mão-de-obra barata ou sucatas dos ex-operários e seus filhos: os desproletarizados, descidanizados e dessocializados” (Anónimo, 2011).

“The dark ghetto invisible walls have been erected by the white society, by those who have power, both to confine those who have no power and to perpetuate their power-less. The dark ghettos are social, political, educational and above all – economic colonies. Their inhabitants are subject peoples, victims of the greed, cruelty, insensitivity, guilty and fear of their masters” (Clark, 1989: 11).

Um conjunto de eventos e de alterações nas geografias sociais das cidades tem transformado muitos dos bairros etnicamente marcados dos centros das metrópoles europeias em zonas turísticas através de processos de renovação, nobilitação (Malheiros *et al*, 2012) e gentrificação urbana. Este movimento reflecte uma tendência hegemónica e global de celebração da diversidade (Keith, 2002: 324) como argumento central na forma de pensar e de fazer cidade na contemporaneidade Ocidental Europeia. Neste sentido, mostras de música, gastronomia e cultura (de “fusão”), têm proliferado um pouco por cidades como Berlim ou Lisboa. Não obstante as transformações que têm ocorrido, as questões

---

<sup>22</sup> Pelo menos nas (diferentes) configurações que o colonialismo teve até às lutas pelas independências (Quijano, 2000).

sobre “raça” e racismo continuam marginalizadas ou silenciadas no debate público sobre o espaço urbano (*idem*):

***“Ethnicity is acceptable, or even celebrated, in the collage of the exotic cultural pick-and-mix, while race remains a taboo vestige of colonial and neo-colonial exploitation*** which was, and is, anything but playful. But like all taboos, it remains ever present, even in the systematic silences and exclusions. What appears at first glance to be missing, the centrality of race to the configuration of the postmodern city, turns out on closer inspection not to be missing at all, only unspoken” (Keith e Cross, 1993: 8, ênfase minha).

De acordo com Michael Keith estes silêncios são etnicamente marcados e relacionam-se com vectores imaginários e poderosos de pensamento e de categorização racial - amplamente relacionados com as técnicas de governação, o mapeamento e a categorização das populações que se sedimentou em léxicos *“ostensivamente objectivos e carregados de valor sobre “raça” e urbanismo”* (*idem*):

“Absence can be as powerful a racializing force as presence. Racism at times works by a process of substitution, a coding of phrases and terms which conveys racist meaning without specific reference to explicitly racist beliefs” (Keith, 2002: 330).

Deste modo o discurso (racializado) revela-se essencial à produção e organização do espaço como categoria de pensamento (Goldberg, 1993) tornando necessário perceber quais as implicações do discurso racista (passado e presente) *“for the spatial location and consequent marginalization of groups of people constituted as ‘races’”* (Goldberg, 1993b: 46), percebendo de que forma as práticas de representação criam os seus próprios sujeitos (Keith, 2002: 325) fazendo da cidade um produto das tecnologias de representação, um teatro para as suas práticas (*idem*: 332) e um espaço de tensão e de materialização do poder:

“Across many of the metropolises of capitalism in every continent, a child’s educational future may be determined by where they live, a settlement pattern structured by a racialized allocation of housing resources that reflects a historically determined ethnic immigration of labor that still bears an imprint on the niched divisions of labor markets and racialized labor

processes in a particular city. The conflicts that result from these histories in particular sites in the city may determine struggles for community rights, the party or movements that individuals are likely to campaign or vote for, and the process of recognition and resource allocation that potentially reproduce social divisions of race and ethnicity as meaningful ways of understanding the social world” (Keith, 2002: 325).

Argumenta-se que estas cartografias do poder racializado na/da cidade pós-moderna remontam ao final do período colonial, uma vez que foi nesta conjuntura que as metrópoles do Ocidente foram directamente confrontadas com *“o problema do racialmente marginalizado”*, uma conjuntura em que a marginalização racial era produzida no interior dos seus domínios (Goldberg, 1993b: 46):

“In the 1950s and 1960s slum administration replaced colonial administration. Exclusion and exclusivity were internalized within the structures of city planning throughout the expanding (cos)metropolises of the emergent ‘West’. (...) Local differences notwithstanding, the racial poor were simultaneously rendered peripheral in terms of urban location and marginalized in terms of power (Goldberg, 1993: 188).

Segundo Douglas Massey (2002) a segregação *“is the differential location of two or more groups within distinct categories of a social structure”*, podendo ser voluntária, involuntária ou uma combinação de ambas (pp. 348). O autor argumenta igualmente que a segregação residencial corresponde a uma distribuição de grupos raciais/étnicos por diferentes bairros da cidade, o que influirá um papel importante no acesso a um conjunto de recursos (pp.349):

“(...) the combination of a rising rate of poverty and a high level of racial or ethnic segregation inevitably yields a geographic concentration of poverty that markedly lowers the odds of socioeconomic success for individual minority members. This finding implies that residential segregation is a key factor within broader processes of racial and ethnic stratification, and centrally implicated in the reproduction and maintenance of social inequality” (Massey, 2002: 352).

A segregação passa, neste sentido, a integrar o planeamento urbano a partir de meados do século XX, fazendo da cidade moderna uma cidade segregada. Estes

processos de circunscrição espacial estão directamente implicados na limitação do acesso a poder, a direitos, a bens e a serviços que, segundo Goldberg, podem ser de dois tipos: intencionais ou estruturais. Enquanto que os primeiros correspondem a imposições dos urbanistas através de planos urbanos (*idem*: 188), os segundos “*may be insinuated into the forms of spatial production and inherent in the terms of social rationalization*” (*idem*). Ambos os processos implicam deslocação, mudança e divisão e tornaram-se o principal modo “*by which the space of racial marginality has been articulated and reproduced*” (*idem*) o que tem contribuído formal e informalmente para a constituição de *guetos* nas franjas dos grandes centros urbanos. Estes espaços de exclusão socioeconómica são no geral classificados como “*filthy, foul smelling, wretched, rancorous, uncultivated and lacking care*” (Goldberg, 1993b: 49). Quando ao *bairro* se acrescenta o vector racial, o espaço passa a ser duplamente determinado “*for the metaphorical stigma of a black blotch on the cityscape bears the added connotation of moral degeneracy, natural inferiority and repulsiveness*”. Neste sentido, “*the slum locates the lower class, the racial slum the underclass*” (*idem*).

Perante a complexidade dos processos de segregação e *guetização* no espaço urbano são aqui avançadas duas propostas de análise que embora convoquem debates semelhantes, radicam os seus argumentos em contextos históricos e políticos distintos. Por um lado, a ideia da persistência de áreas afastadas através de um processo de apartheid social no qual se sublinha o cariz (pós-)colonial do *gueto* (Goldberg, 1993a, 1993b) e, por outro, o *gueto* como uma prática de segregação originada na Europa medieval, com a apartamentação dos judeus da sociedade maioritária (Wirth, 1928, Bernasconi, 2004; Wacquant, 2004).

#### **a) Apartheid**

Goldberg (1993) afirma que o apartheid “*will be shown to be the logical implication of racialized space throughout the legacy, colonial and postcolonial, of the West’s hidden hand (and Reason)*” (pp. 185).

Assumindo que a experiência racial na África do Sul se constitui como uma excepção e que a utilização do termo não pretende normalizar o apartheid sul africano, o autor pretende com esta denominação chamar a atenção para a prática

reiterada de reinvenção do *gueto* (Goldberg, 1993: 192) enquanto uma racionalidade específica das práticas de urbanização no Ocidente, enfatizando que estas práticas lidas como excepção podem acontecer mais vezes do que aquelas que a história nos faz crer. D. Theo Goldberg salienta também que há diferenças basilares na concepção destas práticas: i) não considera a intencionalidade dos planeadores urbanos ou dos governantes, como aconteceu na África do Sul; ii) a precisão dos planos não se revela a mesma que no contexto sul-africano; iii) o facto de os projectos habitacionais não serem considerados uma solução específica para o “problema negro” (*idem*).

O autor avança também cinco características que corporalizam o que denominou de “pragmáticas do espaço segregado”: i) separação de zona residencial por grupo racial<sup>23</sup>; ii) existência de fronteiras (físicas e imaginárias) fortes; iii) O acesso ao trabalho e a serviços é feito sem ter de se entrar na zona residencial de outro grupo; iv) a indústria tem de estar disposta em cordão e não em blocos; o centro económico da metrópole mantém-se sob controlo branco (Goldberg, 1993: 193). Para a formação destes espaços concorre um conjunto de factores que embora maioritariamente relacionados com as informalidades do sector privado são facilitadas pelo Estado (*idem*: 195):

“(…) Power is ceded to residents, local authorities, and to a board with wide-ranging powers to be appointed by a cabinet minister. Effective control thus remains in the hands of whites. The aim of the law is to furnish the state, its agents, and those it represents with power, first, to contain the dramatic spread of informal, shantytown residential space by black urbanizing poor and second, to maintain and manage the boundaries of rigidly racialized neighbourhood space within urban settings (...) The segregated space of formalized racism is over determined. Not only is private space restricted (if not completely unveiled) by the constraints of poverty, so too is public institutional space, and purposely so: cramped corners of upper galleries in movie theatres and court houses, the back seats of buses or minibus taxis,

---

<sup>23</sup> Note-se que “‘racial groups’ (...) are most widely interpreted as being constituted by ‘whites’ and ‘blacks’ (Goldberg, 1993: 193) por um lado, e que a definição do que é ser negro depende do contexto o que “(…) underlines what I have been insisting upon, namely, that race is fabricated” (*idem*).

overcrowded classrooms, emergency rooms, and prison facilities (...)“In every case the construct of separate (racial) group areas, in design or effect, has served to constrain, restrict, minor, and regulate urban space and its experience. The spatial economy thus constituted along racial lines determines a discipline, a ‘type of power [or] technology, that traverses every kind of apparatus or institution, linking them, prolonging them, and making them converge and function in a new way’. Apartheid circumscribes township ‘locations’ with barbed wire fences and entry checkpoints. Racialized urban sites throughout Europe and the United States are distanced, physically or symbolically, in the master plan of city space” (Goldberg, 1993: 195-196).

Estes processos concorrem para a consolidação de cidades polarizadas (Goldberg, 1993: 202) a partir de um regime que promove o apartheid residencial daqueles que são etnicamente/racialmente marcados concorrendo para a reprodução e renovação de um sistema de clivagem étnica/racial. Neste sentido, a distância deve ser interpretada não só em termos espaciais ou geográficos mas sim de diferença construída através da articulação de conceitos racistas (*idem*: 204)<sup>24</sup>.

“Universal norms are circumstantially qualified and so delimited in terms of the racialized metaphors that are insinuated into the historical formation and reproduction of special differences. In racializing part of the population, the autonomy of the group thus “othered” is mediated, if not completely denied. Recasting the terms of the moral in the postmodern fashion or community, tradition and localized particular may serve here solely to magnify the racially exclusionary effects” (*idem*: 204)

## **b) Guetização**

O *gueto* fixa-se definitivamente na literatura das ciências sociais no final da década de vinte do século passado, a propósito da obra de L. Wirth, *The Ghetto*

---

<sup>24</sup> Embora a classe seja uma questão estrutural na hierarquização das populações, é preciso notar que tal como enfatizado por Kwame Nimako e Stephen Small a partir de Chris Mullard (1980:7), “race as a socio-cultural category has appeared historically to be relatively independent of class” (Nimako e Small, 2009). Deste modo e considerando que ambas as categorias são utilizadas como formas de categorização, estratificação e hierarquização das populações, este trabalho, atentarà à questão racial em detrimento da questão de classe, sublinhando o seu contexto histórico de emergência e os contornos da sua operacionalização e materialização no quadro de dominação.

(1928). Procurando explorar e analisar a genealogia do *gueto* moderno, fixando a sua origem na segregação racial dos judeus no espaço urbano europeu medieval (pp.3), o autor sublinha um conjunto de transformações na configuração do *gueto*. Assim, na (sua) contemporaneidade o *gueto* tornara-se ora num sítio de fixação de imigrantes recém-chegados aos Estados Unidos, ora numa denominação tendencial para os quarteirões onde habitavam imigrantes (pp. 4). Também Roberto Bernasconi (2004) defende uma redefinição do *gueto* no final do século XIX, nos Estados Unidos. Segundo o autor, o termo *gueto* passa a ser extensível a outros grupos de americanos e de afro-americanos (pp. 343), numa altura em que se fazia sentir um aumento da migração nos e para os Estados Unidos.

O *gueto* foi-se constituindo enquanto um objecto central para pensar a cidade, uma vez que representava um espaço de isolamento prolongado e, simultaneamente, um instrumento de controlo social (pp.6). No entanto, a tese de Wirth, de acordo com Loic Wacquant (2004), contribuiu para a naturalização da existência do *gueto* na medida em que a sua constituição é apresentada como espaço que resume “um desejo universal de diferentes grupos de preservar seus hábitos culturais peculiares” (pp.156), que cumpria “a sua função específica no grande organismo urbano” (*idem*).

Na sua obra *Dark Ghetto* (1965), Kenneth Clark vem afirmar, por sua vez, que os negros eram relegados a espaços e que esta circunscrição estaria directamente relacionada com um menor acesso destas populações a direitos, o que contribuía para perpetuar o privilégio branco no acesso à cidade e, no limite, ao poder, através da constante *subalternização* das populações negras.

Na senda deste debate, Wacquant argumenta que apesar das diferentes perspectivas sobre a origem e perpetuação do *gueto*, todas elas, até à desindustrialização dos anos 90, sublinham o racial como categoria política indissociável na definição deste espaço<sup>25</sup>. L. Wacquant (2004) avança uma definição de elementos essenciais à constituição do *gueto*, numa fase inaugural e prolongando-se também até à actualidade:

---

<sup>25</sup> Com a desindustrialização, o traço racial desaparece da definição de *gueto* e este passa a ser um termo equivalente a “bairro de lata” (Wacquant, 2004: 157).

“Podem ser detectados nesse momento inaugural os quatro elementos que constituem o gueto, isto é, *o estigma, o limite, o confinamento espacial e o encapsulamento institucional*. O gueto é um meio sócio-organizacional que usa o espaço com o fim de conciliar dois objectivos antinómicos: maximizar os lucros materiais extraídos de um grupo visto como pervertido e perversor e minimizar o contato íntimo com seus membros, a fim de evitar a ameaça de corrosão simbólica e de contágio. Esse mesmo raciocínio duplo de *exploração económica com um ostracismo social* dominou a génese, a estrutura e o funcionamento do gueto afro-americano na metrópole fordista na maior parte do século XX” (pp. 157).

Afirmando que “*os guetos não são naturais*”, que a guetização não encerra uma “*manifestação da natureza humana*” parte integrante da história das migrações, o autor denota que se trata “*de uma forma muito peculiar de urbanização modificada por relações assimétricas de poder entre grupos etnoraciais: uma forma especial de violência colectiva concretizada no espaço urbano*” (2004: 158). Neste sentido, segundo o autor, o gueto é um processo desenhado pelas políticas públicas, pela renovação urbana e pelo desenvolvimento económico das periferias (*idem*): “*O gueto é o produto de uma dialética móvel e tensa entre a hostilidade externa e a afinidade interna que se expressa como uma ambivalência no nível do consciente colectivo*” (pp.159). O autor destaca a dimensão racial da guetização, através de uma distinção ontológica entre *gueto*, *bairro de lata (slum)*, áreas segregadas e bairros étnicos, salientando diferenças de estrutura e de função. É aqui que o argumento de Goldeberg e de Wacquant se encontram.

Não descurando que o planeamento urbano obedece a lógicas centrais da materialização do capital nas cartografias da urbanidade e não pretendendo, de forma alguma, dirimir ou silenciar as questões de classe, procura-se aqui centralizar a forma como a dimensão racial se tem constituído enquanto vector transversal ao desenho das cidades e à sua concepção.

“Planning ideology did not develop in this way either solely in response to or as a directive for the concerns of racial marginalization. Nevertheless, it seems clear that concerns of race have played some considerable part in the unfolding of planning rationale (Goldberg, 1993: 190).



R. Bernasconi (2004), por sua vez, afirma que há quatro pré-condições necessárias para a *guetização* – diversidade étnica, racismo, pobreza e urbanismo, no qual o racismo se apresenta como factor decisivo, demonstrando, desta forma que a *guetização* é uma das manifestações do racismo institucional contemporâneo, “*a racism that is enshrined in the social fabric and that would continue to exist even if the antiblack racism of individuals will cease tomorrow*” (pp.345), uma estrutura que serve a manutenção do privilégio de “uns” sobre “outros”. Deste modo, o autor centraliza a implicação dos brancos na existência do *gueto* argumentando que a sua criação e manutenção é responsabilidade de instituições brancas e que a sociedade majoritária – também ela branca – os tolera (pp. 335):

“(…) [Ghetto] arises as the dominant group solution to the problem of how to contain that which it wants to exclude but is unable to do without or eradicate. The Jews were a source of finance and blacks, like the various immigrant groups are a source of cheap labor. The ghetto is the location handed over to “the others” so that they disappear into it” (*idem*: 336)

Assim, periferia, o subúrbio, os *bairros* (de lata, de barracas, clandestinos, pobres, precários, degradados, de génese ilegal, problemáticos, críticos, africanos, de ciganos, de realojamento e sociais), o *bidonville*, o *slum*, a favela, o *musseq*, o *shantytown*, os *asentamientos precarios*, as *chabolas*, as *townships* e o *gueto* são parte de uma semântica essencializadora que perpetua os termos de uma conversa que se assume como ontológica à criação e reprodução dos grandes centros urbanos. Os bairros têm vindo a ser construídos como o espaço de excepção à edificação e maturação do capitalismo, da modernidade e da urbanização. Não obstante, constituem-se como espaços de exclusão social perpetrados pelas elites do capital, espelhando genealogias da exclusão racial e de classe que (re)contam histórias de poder e êxodo – das marés que devolvem ao Ocidente os “sujeitos coloniais” (tantas vezes sem fôlego) numa continuidade (i)lógica da violência de uns sobre os outros; que devolvem às cidades o campo que o poder público abandonou e aqueles a quem o capitalismo evacua dos seus centros. Estas trajectórias de afastamento e dispersão materializam lógicas de estratificação, controlo social e dominação. Os espaços segregados – fruto da urbanização e da industrialização, da

modernidade, do liberalismo e da urbanização do Ocidente – parecem traduzir uma continuidade histórica mais material do que aparente na forma como se tem feito cidade.

“Just as spatial distinctions like ‘West’ and ‘East’ are racialized in their conception and application, so racial categories have been variously spatialized more or less since their inception into continental divides, national localities, and geographic regions. Racisms become institutionally normalized in and through spatial configuration, just as social space is made to seem natural, a given, by being conceived and defined in racial terms” (Goldberg, 1993: 185).

Não obstante, o *gueto* é também uma “*máquina de identidade colectiva*”, uma *arma* e um *escudo* (Wacquant, 2004: 161-162). Os moradores destes espaços, não sendo receptáculos passivos da violência estrutural de que são alvo – constituídos como espaços de excepção à ordem vigente – e embora com uma voz reduzida no espaço público, utilizam o espaço como forma de desenvolvimento de organizações e de contracultura (Bernasconi, 2004: 336).

## I. O PER: ONTEM E HOJE

### 1. Pré-textos e Contextos: segregação, academia e media

O Plano Especial de Realojamento (PER) foi legislado pelo Decreto-Lei 163/93 de 7 de Maio com o objectivo de alterar, de forma radical, o desenho das periferias de Lisboa e Porto, através de um programa que propunha *erradicar os bairros de barracas* e realojar *todos* os seus moradores em habitação social. Passados 20 anos, aquela que é considerada a política pública de habitação mais ambiciosa do Portugal democrático, continua por cumprir.

Desde a sua concepção que o PER foi alvo de críticas formuladas tanto pela sociedade civil como pela academia. Embora as análises possam contemplar um conjunto amplo de questões e perspectivas – nem sempre coincidentes – interessa perceber que estes debates contribuíram para a construção de um quadro de análise multidisciplinar e multiperspectivista sobre o Plano, que se estendeu até à contemporaneidade e que permite olhá-lo através de um conjunto de latitudes particulares.

Em primeira instância, é essencial salientar a mobilização do movimento associativo a propósito da implementação do PER no que toca: i) à elaboração de iniciativas de contestação pública por parte das associações de imigrantes (e.g. Associação Guineense de Solidariedade Social e Associação de Defesa dos Angolanos); ii) à formação de um Grupo de Direito à Habitação da Associação Solidariedade Imigrante (2005); iii) à constituição da Plataforma Artigo 65 (2006); iv) e à organização de associações e comissões de moradores de diversos bairros, que se estendeu da Quinta da Serra ao Casal de Santa Filomena, passando pela Azinhaga dos Besouros, Bairro das Marianas, Fim do Mundo e Quinta da Torre. Destaque-se que todos estes movimentos representaram e representam processos de luta e contestação face à forma de implementação do Plano Especial de Realojamento, advogando a universalidade do direito à habitação e que, no contexto do PER, se opuseram, essencialmente: i) à ausência de soluções habitacionais para todos aqueles que, por motivos diversos, não se encontrassem ao abrigo do programa mas que habitassem os espaços intervencionados; ii) ou à ausência de poder de escolha

face ao local e à forma de realojamento, para aqueles que tivessem sido recenseados no âmbito do plano.

No espaço académico, destaque-se, numa primeira fase, a publicação do número da Revista Sociedade e Território, *As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas* (1994), bem como os trabalhos de António Fonseca Ferreira, Isabel Guerra ou Maria João Freitas. Estes contributos concorreram para a consolidação de um campo de estudos sobre a habitação – até então inexistente em Portugal ou reduzidos ao âmbito do Programa SAAL – e criticaram o desenho do PER, designadamente a forma e a concepção do realojamento. Mais recentemente, assinalem-se os trabalhos de Rita D’Ávila Cachado e Eduardo Ascensão que têm procurado continuar, através da elaboração de estudos de caso, um debate sobre memória e ao direito à cidade, à habitação ou à autoconstrução em espaços abrangidos pelo Plano Especial de Realojamento, analisando os seus contextos e contornos específicos numa perspectiva pós-colonial.

Evidencie-se que é também nos anos 90 que se consolida um campo de estudos sobre imigração e minorias étnicas – numa altura em que a imigração ganhava visibilidade no contexto político português com a emergência dos trabalhos de Maria Ioanis Baganha, Beatriz Rocha Trindade, Lucinda Fonseca, Margarida Marques, José Gabriel Pereira Bastos e Susana Trovão, entre outros. Assinale-se também o surgimento da figura do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (1996), que daria origem ao Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) (2002), que se transformaria no actual Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) (2007). Esta instituição daria um contributo importante para o alargamento desta área de estudo através da publicação de um conjunto de trabalhos académicos e da realização de conferências sobre o tema da imigração.

Destaque-se igualmente a emergência, na segunda metade da década de 90, dos trabalhos de Jorge Macaísta Malheiros e de Lucinda Fonseca que, de alguma forma, procuraram fazer uma síntese dos campos da habitação e dos estudos da imigração enfatizando o primeiro, processos de segregação espacial e residencial em contextos migratórios.

É também neste período – com o assassinato de José Carvalho (1989), a criação do Movimento SOS Racismo (1990), o homicídio de Alcino Monteiro (1995) e a constituição de manifestações e milícias populares contra a presença de população cigana em Vila Verde (1996) e em Francelos (1997, 1999) – que começa a edificar-se um campo de discussão pública sobre o racismo, em Portugal, essencialmente através de um conjunto de publicações e da denúncia de casos de discriminação racial efectuadas pelo SOS Racismo e por algumas associações de imigrantes, designadamente, pela voz do então deputado do PS, Fernando Ka.

Neste contexto, começam a ser realizados alguns trabalhos sociológicos, tais como os de Fernando Luís Machado e João Filipe Marques. Posteriormente, é incontornável o trabalho de Miguel Vale de Almeida que restabelece os termos do debate sobre o racismo no campo da Antropologia, abrindo uma discussão sobre colonialismo, lusotropicalismo e racismo. Recentemente, saliente-se o trabalho de Marta Araújo e Silvia Rodríguez Maeso que vieram representar um contributo importante para o estudo do (anti-)racismo na epistemologia moderna, essencialmente, a partir de uma análise crítica da produção académica, em Portugal.

No entanto, e apesar de um conjunto de autores e relatórios (Malheiros, 1998; RAXEN, 2003) apontarem para a hipótese de existência de processos de segregação residencial de base “étnica/racial” em Portugal – que limitariam, igualmente, o acesso à cidade e à mobilidade – denota-se que esta análise nunca foi uma prioridade nas intenções de trabalho da academia portuguesa, ao contrário do que aconteceria noutros países, tal como afirma o Relatório *Migrants, Minorities and Housing: Exclusion, Discrimination and Anti-Discrimination in the 15 Member States of the European Union*, sobre Portugal:

“In Portugal, there has been little tradition of academic research into migrant and minority ethnic segregation, and its implications for social integration, whereas there is a well established tradition of research in this field in the UK, the Netherlands and Austria, giving rise to a strong, although inevitably piecemeal, evidence base’ (EUMC, 2005: 48).

“The authors of many of the reports express frustration at the lack of rigorous, systematic research into both direct and indirect housing

discrimination. The comments of the authors of the Portuguese housing report are fairly typical: “It is difficult to give a definitive answer to this question [of discrimination] since racial discrimination in housing has been a fairly neglected object of research in Portugal”, which has led to ‘almost non-existent data concerning housing discrimination’. They point out that “the lack is a double one: of official statistics and academic studies” (EUMC, 2005: 53-54).

Considerando a quase ausência de um debate sobre segregação residencial e espacial de base étnica/racial, conjuntamente com a ausência de dados quantitativos sobre a situação habitacional das populações, procurar-se-á perceber de que forma os bairros da cintura externa da cidade de Lisboa foram, a partir de determinado período histórico, reconhecidos não só como a sua periferia mas imaginados como espaços de (*outras*) *etnicidades*: chãos exteriores ao espaço urbano (e nacional), maioritariamente habitados por população imigrante e nacional negra, cigana (e branca). Como ideia, invoca-se a possibilidade de um processo (in)visível de *racialização* do espaço (re)produzido e difundido através do *discurso público*, leia-se, académico, mediático e político-legal.

Entende-se que a *racialização* do espaço corresponde a um processo social hegemónico que fixa uma relação entre o espaço e os corpos que nele habitam, a partir de um imaginário racial e racista, que, de alguma forma, contribui para a perpetuação, justificação ou exacerbação (Weiner, 2012) de uma ideia de hierarquia racial, legitimando a perpetuação, neste caso, do privilégio branco no acesso à cidade. Este processo obedece a um conjunto de dispositivos narrativos profundamente enraizados numa leitura eurocêntrica da história (colonial).

### **1.1 Da Produção da História: a Academia e os Media**

A História é uma construção narrativa, um projecto sociopolítico de enquadramento e revisitação da realidade. Como tal, concorrem para a sua consolidação enquanto disciplina um conjunto de pensadores que densificaram correntes e perspectivas ao longo do tempo. É necessário considerar, no entanto, que a produção da história excede, em larga medida, as fronteiras do espaço

académico, coexistindo no sistema educativo, político e mediático, alargando, desta forma, o conjunto de actores que participam na construção da narrativa histórica (Trouillot, 1995). Se por um lado, esta polifonia permite antecipar a existência de diferentes interesses e perspectivas no estabelecimento dos termos do debate, convém não esquecer que devido à existência de uma matriz de pensamento dominante, pode admitir-se a existência de um denominador comum na *diferença* inerente às narrativas produzidas no espaço público. Acrescente-se ainda que da produção académica aos meios de comunicação social as representações ditas *científicas, objectivas e neutras* ou mesmo aquelas que se admitem *ficcionadas* sobre a realidade foram fruindo no seio das sociedades modernas, consagrando-se ora como *verdades absolutas* ora como *aproximações à realidade* e, desta forma, constituindo argumentos e justificações ontológicas das sociedades contemporâneas e das suas políticas (Alves, 2012). É nesta linha que se considera que o discurso é iminentemente ideológico e produz posições (Hall, 1992), o que faz com que “o conhecimento não possa ser considerado uma ‘simples reflexão’ sobre o mundo exterior” (Wolf, 1999: 3), já que as ideias têm um papel fundamental no estabelecimento de relações de cooperação ou de conflito entre as pessoas (*idem*, *ibidem*: 4), fazendo com que o discurso e, em particular, o *discurso público* – tutelado pelas *elites simbólicas* (van Dijk, 2007) se constitua como um campo de batalha. Não obstante, “cada sociedade tem os seus regimes de verdade, a sua política geral de verdade”, isto é, “os tipos de discurso que aceita e operacionaliza como verdade” (*idem*), como se pode notar através dos discursos académicos e mediáticos. Em relação a ambos persiste, em parte, a ideia de que se limitam, através da instrumentalização do método e da objectividade, a analisar e a reportar uma *verdade* que provém directamente de um facto real (de um acontecimento). Ora, estas concepções ignoram o processo de recorte do *real*, contribuindo para a perpetuação de um ideia de neutralidade da produção do conhecimento e do *consenso social* (van Dijk, 1996). Este processo de produção de conhecimento constrói um conjunto de *realidades* que servem determinadas disposições de poder

(Alves, 2013). A produção do conhecimento está, portanto, num processo dialéctico entre metodologia e ideologia<sup>26</sup> e é neste sentido que deve ser analisado.

A década de 90 é marcada pela abertura pública de um debate sobre a cidade, com especial ênfase nas condições habitacionais que existiam na periferia das grandes metrópoles de Lisboa e Porto, pautada por um discurso académico que *reconhece* a existência de áreas degradadas e segregadas fora do centro da cidade e que é desenvolvido, essencialmente, pelas disciplinas da Geografia, da Sociologia e da Arquitectura. Embora os estudos sobre Lisboa, uma cidade segregada, não se acumulem nas estantes das bibliotecas, a realidade é que houve sempre alguém que olhou para os acontecimentos e que discorreu sobre os mesmos. Uns optaram por sínteses históricas mais longas, a maioria optou por começar num tempo longo, num tempo de mudança. Cada um à sua maneira traçou as linhas da continuidade, a exposição dos acontecimentos. No caso específico dos bairros posteriormente abrangidos pelo PER, o recuo estava maioritariamente no tempo pós-PREC (Processo Revolucionário em Curso), um período que traduzia as consequências do pós-guerra, do final do colonialismo, do fim do fascismo e do início das guerras civis em Angola e Moçambique.

A vinda de pessoas dos países então independentes, lançava um novo conjunto de debates, nos quais a habitação parece não ter tido lugar, pelo menos imediato. No entanto, é certo que a vinda conjunta de cidadãos brancos e negros veio introduzir algumas alterações na geografia sociocultural das cidades, essencialmente de Lisboa, dado que grande parte destas pessoas se estabeleceram na AML (EUMC, 2003: 21). Este fluxos deram continuidade a outro processo em curso impulsionado pelo êxodo rural, nomeadamente, a edificação daqueles que seriam conhecidos como os *bairros de génese ilegal*. Alguns destes espaços seriam alvo de um processo excepcional de reconversão urbana – as AUGI (Lei nº 91/95, de 2 de Setembro), enquanto que outros seriam intervencionados no âmbito do PER.

---

<sup>26</sup> Para um debate aprofundado sobre questões relacionadas com ideologia, consultar: Essed, 1991; Althusser, 1999; Hall, 1996; van Dijk, 2000.



É com a pretensão de perceber os espaços de tempo e os acontecimentos que *deram forma* a estes espaços que se procurará estabelecer aqui um fio condutor – do passado ao presente – com especial ênfase na chegada e na consolidação dos anos 90 enquanto a década de *reconhecimento* e de intervenção sobre o que estava ocluso: a *periferia* e os *bairros*. Com isto espera poder sintetizar-se o contexto histórico, político, social e discursivo que antecede e caracteriza o período da implementação do programa PER.

Considerando que a visibilidade nem sempre é um fenómeno positivo (Brighenti, 2007), tentar-se-á traçar a história de algumas oclusões que teimam em permanecer no silêncio da tinta, das pontas dos dedos e da história, subtraídas ao debate sobre o passado e secundarizadas no presente.

Numa sociedade caracterizada pela celeridade da produção e pela importância do arquivo – na qual o conhecimento sempre assumiu um papel central – a imensa quantidade de trabalhos realizados jamais caberia na extensão do papel, por isso escolheu contar-se aqui uma narrativa abreviada da segregação espacial e residencial em Lisboa. Para tal, seguir-se-ão histórias escritas por outros, analisadas criticamente. Da síntese dos trabalhos editar-se-á uma espécie de história portátil de alguns dos acontecimentos que desenharam Lisboa até à actualidade, numa linha de discussão sobre a cidade segregada. A escolha dos autores revela não só a centralidade da sua produção mas também o facto de os seus trabalhos contemplarem a segregação espacial e residencial como um factor central na análise da construção do espaço. Simultaneamente, tentar-se-á perceber de que forma “raça” e racismo são contemplados enquanto categorias de análise, já que de acordo com as sociólogas Marta Araújo e Sílvia Maeso:

“(…) as theoretical reflections on ‘race’ and racism are quite marginal and linked to the differentiation between biological and cultural racism, on the one hand, and lacking a thorough discussion of the close relationship between routine forms of racialised governance and nation-formation, on the other hand, ***much academic work continues to focus on the opposing stereotypical representations of majority and minority groups.*** The sociological and political question is framed as one that is related to the

acceptance, understanding and recognition of the culturally different 'other'. ***The state systems of bio-political administration are generally left out of the analysis or superficially mentioned as a problem concerning the gap between laws/policies and their effective application***" (Maeso e Araújo, 2011: 27, ênfase minha).

## 1.2 A Academia, a Cidade Segregada e o Racismo

No capítulo "Segregação social e os espaços de vida" da obra *Lisboa, Periferias e Centralidades* (2001), a geógrafa Teresa Barata Salgueiro defende que no espaço *metropolitano*, designadamente na Lisboa pré-industrial, a segregação espacial era essencialmente étnico-religiosa, materializada através da obrigatoriedade de judeus e muçulmanos habitarem espaços apartados da restante população (Barata Salgueiro, 2001: 179). A autora não descarta, no entanto, que a partir do século XV – com a massificação da *importação* de escravos africanos – "é provável que (...) populações com esta origem se tivessem concentrado em determinadas áreas, como a toponímia parece revelar" (*idem*). A autora defende posteriormente que o século XIX vem acentuar uma tendência manifesta já no século XVIII<sup>27</sup>, argumentando que fenómenos como: i) a valorização capitalista do solo; ii) as operações de loteamento e urbanização; iii) a constituição da propriedade urbana como uma fonte de negócio; iv) e abertura de vias de comunicação, fizeram com que a segregação espacial comesse a atingir contornos mais nítidos (Barata Salgueiro, 2001: 180). Estas transformações acabaram por conduzir ao esboço de um desenho urbano que dividiu Lisboa numa parte Oitocentista e Ocidental<sup>28</sup> e numa zona Oriental<sup>29</sup>, o que ilustra a relação entre o processo de segregação social e a mercadorização capitalista do território urbano (pp.181). Este processo acaba por conduzir a que, aos poucos:

---

<sup>27</sup> Posicionando as classes altas na zona oeste da cidade (S. Roque, Bairro Alto, Av. Liberdade e Rato) (*idem*).

<sup>28</sup> Essencialmente burguesa e organizada em "beaux quartiers" - exceptuando Alcântara e a Zona Ribeirinha (Barata Salgueiro: 2001: 180).

<sup>29</sup> Povoadas por fábricas, "vilas" e pátios onde habitavam as classes operárias (*idem*).

“(…) as barracas se concentrem na zona oriental e norte da cidade, bem como no Vale de Alcântara, e outras construções ilegais se tenham multiplicado na primeira coroa suburbana entre os eixos do caminho de ferro, ou seja, nos terrenos menos valorizados porque com pior acessibilidade” (Barata Salgueiro, 2001: 183)

Teresa Barata Salgueiro encerra o seu argumento afirmando que a cidade segregada deu origem à cidade fragmentada, acabando por defender a ideia da existência de uma ruptura na organização da cidade em que há espaços que podem aparecer enquanto enclaves discordantes do tecido que os cerca (Barata Salgueiro, 1997 *apud* Malheiros, 1998):

“Deve notar-se que, para nós, a fragmentação se opõe à segregação essencialmente pela escala a que opera, especialização a nível micro por oposição à especialização extensiva da segregação, mas também pela sua natureza. Enquanto que a segregação de raiz social era hierárquica, pois traduzia o escalonamento social baseado na divisão tradicional em classes, a nova fragmentação social dos territórios responde a uma diferenciação social dos indivíduos e grupos mais complexa que nem sempre é hierárquica, porque é baseada num leque mais amplo de factores de estratificação (...)” (Barata Salgueiro, 2001: 186).

Ora, embora a proposta da autora de complexificar os factores em jogo nos processos de segregação seja interessante – procurando desessencializar a discussão de uma perspectiva exclusivamente classista – entende-se que o espaço e os processos de urbanização da cidade são sempre processos de dominação, estabelecadores de hierarquias no acesso a recursos escassos variados (e.g. mobilidade, qualidade de vida), bastante presente no caso da segregação de base étnica. Além do mais, a ideia de fragmentação atribui uma excepção à segregação na malha urbana. Por outro lado, a dimensão racial – enquanto categoria política – está ausente da análise da sua análise através da sua *quasi* invisibilização, não permitindo perceber as (des)continuidades do processo histórico que se manifesta na contemporaneidade, reduzindo-o a um fenómeno ubíquo, sem debater a sua historicidade. Atente-se ainda à proliferação de vestígios de uma ideologia lusotropicalista no discurso que reifica a ideia de que devido a constrangimentos

histórico-geográficos particulares a Portugal e, neste caso Lisboa seria um espaço com uma vocação para o contacto e para a aceitação do “estrangeiro”:

“Lisboa sempre combinou espaços segregados com bairros mais heterogéneos e abertos à convivialidade talvez devido à tradição de abertura ao exterior, características de uma cidade marítima, ao hábito de receber e conviver com forasteiros, à cultura que cruza influências cristãs, as quais combatem a ostentação e os símbolos exteriores de riqueza, com influências muçulmanas de introversão, de interiorizar, na casa e na família as vivências e os sucessos (com os insucessos) de cada um. Talvez ainda isto se explique pelo baixo nível de vida geral e pelo pequeno número dos que em cada época se podiam considerar muito ricos. A sua fraqueza numérica não justificaria muitas vezes a formação de áreas exclusivas” (Barata Salgueiro, 2001: 179).

Macaísta Malheiros (1998), por sua vez, admitindo que há fenómenos de segregação étnica no espaço nacional, argumenta que os níveis de segregação são inferiores nas cidades da Europa do Sul quando comparadas com outras geografias<sup>30</sup>. Defendendo a incorporação do factor étnico como uma variável a ter em conta nos processos de segregação, em particular, na Área Metropolitana de Lisboa, acrescenta que devem ser equacionados como um fenómeno recente, a partir das décadas de 70 e 80 (Malheiros, 1998). Denote-se que o autor relaciona o fenómeno da segregação com a precariedade laboral dos imigrantes e com a existência e proliferação de redes de solidariedade imigrante, em determinados espaços da cidade:

“A vulnerabilidade laboral da maioria dos imigrantes oriundos dos países em desenvolvimento associadas a um poder de compra limitado e aos mecanismos de funcionamento dos mercados habitacionais público e privado (custos, localização, condições de acesso,...) contribuem para a

---

<sup>30</sup> Apesar de não possuir dados quantitativos que, de alguma forma, possam desafiar estas narrativas, a partir da minha observação empírica parece-me pertinente abrir aqui um parêntese evocando realidades como aquela de *Castel Volturno* (Nápoles) ou de zonas da AML em relação às populações negras, imigrantes e ciganas e, em particular, processos seculares de discriminação, designadamente no campo da mobilidade e da habitação. Neste sentido, enquanto projecto de dominação, a segregação espacial das populações não deve ser comparada desta forma, incorrendo no risco de despolitização destes processos.

concentração das comunidades imigradas em determinadas áreas das cidades. Por outro lado, a segregação acaba por ser acentuada por mecanismos inerentes ao próprio funcionamento dos grupos de imigrantes: as redes de solidariedade e os laços comunitários convergem no sentido de reforço da proximidade e da auto-protecção dos membros do grupo numa sociedade estranha, frequentemente com resultados ao nível de algum isolamento societal e de concentração espacial” (Malheiros, 1998: 95).

Prosseguindo, J. Macaísta Malheiros assinala que a instalação de imigrantes na Região Metropolitana de Lisboa (RML) acontece, portanto, nos anos 60, devido a um conjunto de factores, em particular, ao crescimento da indústria e da construção civil e à necessidade de mão-de-obra gerada pela emigração e pela guerra, que impulsiona e conduz processos de recrutamento de força de trabalho imigrante (Malheiros, 1998: 100). Ilustrando, Malheiros afirma que por esta altura o triângulo das Ruas de São Bento, dos Poiais de São Bento e do Poço dos Negros, assim como os jardins circundantes da Estrela e de São Bento, tornam-se pontos de referência para a população cabo-verdiana, em Lisboa (*idem*: 101). O aumento da população imigrante, que se fez sentir no pós-25 de Abril, materializada na entrada de cerca de 500.000 pessoas contribuiu, segundo o autor, para uma forte pressão habitacional (Malheiros, 1998).

Rita Ávila, por sua vez, afere que o aumento da construção clandestina, na década de 70, em toda AML se relaciona com a inexistência da promoção da habitação, desencadeada por factores como o acordo de Portugal com o FMI que – procurando desacelerar o endividamento – “suspendeu o lançamento de novos empreendimentos no sector público e cooperativo” (Ferreira, 1988: 60 *apud* Ávila, 2013: 139), levando *inevitavelmente* a que a construção civil se centrasse “sobretudo na construção de bairros clandestinos, que permitia satisfazer as necessidades familiares face à ausência de alternativas”<sup>31</sup> (Paiva, 1985: 75 *apud idem*). Estes constrangimentos financeiros e políticos, em conjunto com o aumento do número de imigrantes, terá levado à criação de uma grande parte dos bairros clandestinos, conhecidos sob a designação de “bairros de barracas”:

---

<sup>31</sup> Que, no caso da Área Metropolitana de Lisboa (AML), aconteceu, essencialmente, junto à Estrada Militar, uma espécie de fronteira da cidade. (Ávila, 2013: 139).

“Muitos imigrantes sem capacidade económica assentaram nestes bairros de *barracas*, onde, numa situação de ausência de loteamento formal, compraram casas ou terrenos a baixos custos aos primeiros ocupantes, refizeram ou construíram de raiz, e melhoraram a construção conforme a disponibilidade para adquirir novos materiais. No caso específico da AML, a construção informal terá beneficiado do estatuto equívoco da antiga Estrada Militar, onde os bairros cresceram fortemente” (Ávila, 2013: 139).

É desta forma que, segundo Macaísta Malheiros (1998), nos anos 80 e 90, uma dinamização da economia urbana que se traduziu na necessidade de um maior número de trabalhadores e também na polarização dos salários (1986-1994), conduziu a uma aceleração da segregação de base étnica (Malheiros, 1998).

Embora o trabalho de Jorge Malheiros se tenha revelado essencial pela originalidade da abordagem, a realidade é que a segregação residencial de base étnica/racial é menos analisada na perspectiva racial e mais a partir dos constrangimentos e das necessidades do processo de urbanização e de capitalização do espaço urbano. Este trabalho segue uma linha de pensamento dominante que parece reduzir o crescimento da demografia e da heterogeneidade cultural no Ocidente à segunda metade do século XX (Goldberg, 2002: 14). Fenómeno que concorre para a ideia de que a heterogeneidade (dita) racial e cultural entre as populações ocidentais é uma consequência directa da ampliação do processo de *globalização* impulsionado pelo pós-II Guerra Mundial, as sucessivas declarações de independência dos povos colonizados e a consequente alteração das relações coloniais (*idem*). De acordo com D. Goldberg, esta linha narrativa canaliza a heterogeneidade e a diferença para o espaço colonial (*idem*), contribuindo para a ideia de que os espaços nacionais eram internamente homogéneos até então (Goldberg, 2002: 15). Embora admitindo o que testemunham os dados – o crescimento do número de imigrantes nas décadas mencionadas – é necessário sublinhar que a heterogeneidade é ontológica às fronteiras imaginadas e não um processo que se origina na segunda metade do século passado.

Denote-se também que embora a ausência de situações económicas privilegiadas seja uma das razões conducentes aos processos de segregação

habitacional, é necessário sublinhar que a classe e as redes de solidariedade imigrante são insuficientes para analisar a complexidade dos fenómenos de segregação e em particular quando se fala de segregação étnica/racial. Neste sentido, parece necessário perceber a possibilidade da existência de fenómenos de discriminação racial, a ser entendida mais como um processo ontológico das sociedades contemporâneas e menos como resultado de lógicas intra-grupais exclusivas dos grupos que se encontram menos bem posicionados na estrutura social ou enquanto consequência *natural* da relação entre o ‘*nós*’ e o ‘*outros*’

Refira-se ainda que o racismo parece ocupar um espaço residual na análise do autor e jamais é analisado numa óptica de legitimação e perpetuação de acesso a bens escassos, descartando a hipótese do racismo enquanto um legado do projecto de categorização e dominação racial que emerge durante o período colonial. Além do mais, o processo de exclusão tende a ser discutido a partir de uma perspectiva estreita que o explica sobretudo como uma inevitabilidade do liberalismo económico ou como resultado de lógicas internas às dinâmicas grupais accionadas pelos migrantes.

Da história abreviada da literatura sobre a cidade segregada cedo se percebe que a invisibilidade do racial, transversal à maioria dos estudos académicos sobre habitação e cidade parece perpetuar-se mesmo quando os trabalhos admitem tratá-la. Tal tem vindo a contribuir para a impossibilidade de um debate que cruze ambos os espaços, um físico e outro imaginado: o “espaço da casa” e o “espaço da ‘raça’”. A ausência de uma análise da relação entre espaço, segregação e racismo parece contribuir para a perpetuação de um conjunto de silêncios, ocupados através da consensualização social, para a qual têm concorrido, em grande parte, os media.

### **1.3 Os Media e a segregação: do *reconhecimento* à *racialização***

Os anos 90 vêem crescer os netos de Abril, vêem consolidar a Europa no imaginário português, recebem os subsídios dessa Europa e vêem a face das cidades a mudar: estradas, pontes, centros comerciais e todo o tipo de infra-estruturas povoam os céus de Lisboa espelhando um meio rural que materializa a

desertificação de um país (des)orientado para oeste. Destacado destes imaginários, há outro – a década de 90 representa (também) a inauguração de um debate localizado: uma hiper-visibilidade mediática que *reconhece* a ideia de *periferia*.

Este recorte é inaugurado com a II Presidência Aberta de Mário Soares quando, nos últimos dias do mês de Janeiro de 1993, o então Presidente da República visita, entre outros espaços da periferia, Camarate (Loures) – deixando ao país vislumbrar fragmentos do processo de despejo que ocorria no *Lar Panorâmico de Camarate*, retratando uma realidade de dezenas de pessoas que dormiam na rua e às quais não tinha sido dada qualquer solução habitacional<sup>32</sup>. As imagens desta visita – amplamente difundidas pela comunicação social – conduzem ao *reconhecimento público* da existência de uma *periferia* em Lisboa enquanto espaço de precariedade habitacional e exclusão social, relançando um debate sobre a habitação social, em Portugal, nestes termos:

“Mário Soares iniciou pelo penúltimo dia de Janeiro uma Presidência Aberta na Grande Lisboa. Se existir isso a que se chama de “lisboeta médio” ele terá ficado assustado: a capital está sitiada por dezenas de “Camarates”, bairros de lata cheios de pretos, ciganos, marginais, vendedores de droga” (“Legalização, Racismo e Gangs” *in* Público, 1993).

A promulgação do Decreto-Lei 163/93 de 7 de Maio materializava uma resposta urgente – localizada e específica – às carências habitacionais, transversais à história de um país. Com o Programa PER vê-se definitivamente reaberto o debate pelo direito à habitação e, em particular, sobre os espaços que seriam alvo desta intervenção governamental. São os termos deste último debate, no espaço mediático, que se procurarão aqui analisar.

Como se fez já notar, embora a discussão tenha sido inaugurada pelo movimento associativo e pela academia, o envolvimento posterior das esferas do poder central e autárquico, através da iniciativa legislativa e autárquica, abrem igualmente um espaço de debate na agenda mediática, o que contribui para uma ampliação pública efectiva da discussão.

---

<sup>32</sup> Estas pessoas foram posteriormente realojadas na Quinta das Sapateiras, em Loures.



Numa fase inicial, que corresponde à visibilização dos espaços periféricos da cidade, as peças jornalísticas procuraram dar conta da realidade socioeconómica e demográfica dos bairros que pontilhavam a cintura de Lisboa, em particular, os concelhos da “Amadora, Lisboa, Almada, Seixal, Moita, Loures, Oeiras e Sintra”<sup>33</sup>.

Inerente à caracterização do espaço, assistia-se uma caracterização dos seus habitantes, bem como das moradias que, ao longo do tempo, aí haviam sido erigidas e reconstruídas. E, neste sentido, a nomeação dos bairros enquanto “bairros de lata”<sup>34</sup> ou “bairros de barracas”, correspondia sempre a uma extensão da classificação dada às habitações que aí existiam, sintomaticamente classificadas enquanto precárias – descritas como “barracas”<sup>35</sup>, construções “degradadas” e “clandestinas”<sup>36</sup>.

Por outro lado, e quando descritos em função daqueles que os habitavam, os bairros eram classificados enquanto espaços de imigração – muitas vezes clandestina e essencialmente africana – consequentemente apelidados como “ilhas negras”<sup>37</sup> ou “guetos”<sup>38</sup> testemunhando um processo de *racialização em curso* que se prolongaria até à contemporaneidade, perpetuado através de discursos escritos e iconográficos:

“Ao certo ninguém sabe quantos são os cidadãos de origem africana ou asiática residentes em Portugal. Globalmente com os mais de 20 mil ciganos nacionais, constituem as chamadas minorias étnicas e situar-se-ão entre as 200 e as 300 mil pessoas. Em comum têm o facto de ser diferentes da população autóctone portuguesa: na cor da pele, na cultura e muitas vezes na religião. Simultaneamente, são quase todos pobres e quase todos integram o universo mais vasto dos excluídos e dos marginalizados” (Cerejo, 1993a).

“Um cheiro a haxixe queimado impregna o ar. Casas abarracadas de várias cores e com *grafittis* de “intervenção” povoam a encosta onde se planta

---

<sup>33</sup> Cerejo, 1993b.

<sup>34</sup> Gomes, 1993.

<sup>35</sup> Paixão, 1996.

<sup>36</sup> Dionísio, 1991.

<sup>37</sup> Cerejo, 1993b.

<sup>38</sup> Miguel, 1993.

uma das “favelas” da cintura de Lisboa, o bairro cabo-verdiano de Santa Filomena, no concelho da Amadora” (Coelho, 2012).

Este processo de *racialização* da imigração fez com que “*migrant status and racial categorization become aligned*”, podendo substituir-se um ao outro e reforçando-se mutuamente (Smith, 1993: 129). Este processo contribuiu para que a categoria “imigrante” se tornasse um eufemismo para “negro” concorrendo para um fenómeno que legitima a ideia de “raça”, utilizando a imigração como *testemunho da diferença racial* e contribuindo para que “*problems rooted in white racism, and eliciting black resistance*” fossem definidos como uma consequência do projecto migratório. Este processo não só invisibiliza a matriz eurocêntrica e racista das sociedades ocidentais, como serve, muitas vezes, para justificar políticas que restringem a imigração em geral, e a de negros em particular (*idem*).

É importante assinalar que por esta altura proliferou, em paralelo, uma discussão pública sobre os processos de regularização extraordinária dos imigrantes, que centralizou também o debate sobre a imigração, a entrada e permanência de estrangeiros e no qual, “ser imigrante” era “ser clandestino”.



Legenda<sup>39</sup>

Sintetizando ambos os debates, os *bairros* eram descritos enquanto espaços de *clandestinidade* e *transgressão* que se relacionavam tanto com a forma de

---

<sup>39</sup> Figura 1 - Nos bairros Degradados dos arredores da capital concentra-se cerca de 80 por cento dos imigrantes ilegais” (Diário de Notícias, 1993).

Figura 2 - “Africanos vivem em barracas” (Público, 1995).

apropriação do espaço e das construções, como também com a situação dos moradores, descritos de acordo com o estatuto e o enquadramento legal da imigração, em Portugal:

“Na Damaia, na Buraca, em Carnaxide, Oeiras ou Setúbal, os bairros onde vivem os cabo-verdianos são idênticos e lá quase tudo é clandestino: habitações, endereços, números de portas e muitos, muitos moradores.”  
(*Diário de Notícias*, 1996).

Esta narrativa contribuiu para a criação da ideia de *margem*, de que os bairros eram espaços descontínuos do resto da sociedade. Esta descontinuidade parece ser descrita como algo que se relaciona mais com a própria *natureza* dos *bairros* e menos como fruto de um processo de segregação racial e económica:

“(…), as barracas, sublocações, sobreocupação de alojamentos, construções degradadas e casas clandestinas que se espalharam, segundo a Câmara Municipal, por 236 bairros da Grande Lisboa. É um universo de centenas de milhares de pessoas que enchem a crónica da sobrevivência rotineira, entre psicoses, solidão, violência, profissões não qualificadas ou o puro e simples desemprego, o roubo, a prostituição, a arte do desenrasca em espaços que sofrem a carência generalizada de infra-estruturas, equipamentos e a desertificação lúdica” (Dionísio, 1991).

Estes discursos contribuem para o desenho destes bairros no lado de lá da fronteira da modernidade das cidades europeias. Comparados a “aldeias africanas”, espaços desarticulados com o resto da cidade, através do traçado de uma *linha abissal* que divide a realidade social em dois lados distintos (Santos, 2007), em que o outro lado da linha é constituído como um universo “que se estende para além da legalidade e da ilegalidade, para além da verdade e da falsidade”. Em conjunto, “estas formas de negação radical produzem uma ausência radical, a ausência de humanidade, a sub-humanidade moderna” (Santos, 2007: 10) à imagem do que sucedeu durante o período colonial, no qual “a humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna. A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal” (*ibidem*):

“Só em Lisboa e Setúbal existem nove “aldeias” de africanos com mais de 2000 pessoas e 20 com mais de mil. As condições de vida são as piores” (*Público*, 1995).

Numa continuidade narrativa, a hipótese de contacto é concebida como *perigo*, dado que os bairros são descritos como possível ameaça, espaços de tensão permanente, “barris de pólvora” gradualmente gerados pela pobreza, *pelo desenraizamento cultural e pela convivência conflituosa entre as diferentes comunidades étnicas que partilham o espaço (idem)*. Esta narrativa contribui para a proliferação de uma narrativa que constrói o *outro*, o *estrangeiro*, no *desvio*, enquanto ameaça potencial, responsabilizando-o exclusivamente pela sua condição de excluído:

“Terreno de conflitualidade ora latente ora expressa, estas minorias juntam aos antagonismos comuns a especificidade do seu desenraizamento cultural” (Dionísio, 1991).

No mesmo artigo o jornalista não deixa de assinalar os fenómenos de discriminação racial de que estas populações são alvo, sublinhando que a “revolta” pode advir de um processo de resistência que deve ser considerado e que é aqui, de certa forma, legitimado, revelando o *racismo quotidiano* (Essed, 2002) de que estas populações são alvo, tanto de cariz individual, como económico:

“Concentradas nestas ilhas e discriminadas económica e socialmente, as minorias desenvolvem no seu seio problemas de perda de identidade, sobretudo nos jovens, e defrontam-se com dificuldades crescentes no relacionamento com o resto da população. Uma parte significativa dos portugueses brancos olha-as de lado e começam a surgir manifestações de xenofobia e de racismo aberto” (Cerejo, 1993a).

“(…) o sentimento de rejeição com origem racial pode transformar-se num rastilho, sobretudo para os jovens” (*idem*).

“(…) um processo gradual onde o factor raça começa a aliar-se perigosamente à discriminação económica e social” (*idem*).

No entanto, começa também a ampliar-se a ideia de que a referida *marginalidade*<sup>40</sup>, parece relacionar-se, cada vez mais, com a *segunda geração de imigrantes*, ou seja, jovens portugueses – embora muitos não possuam nacionalidade – que começam a ser caracterizados, nos media, iminentemente como desordeiros e violentos, um perigo *racializado* para a cidade:

“Os bandos harlemianos das grandes metrópoles, dos EUA à Europa, entrincheirados na violência como um fim em si mesma – zulus e feujis, blacks e beurs, gaulois e cailleras – ainda não amedrontam a pacata Lisboa, apesar dessas sextas feiras redentoras em que descem à cidade, ostentando uma transgressão que a maior parte das vezes não passa de arruaça verbal” (Dionísio, 1991).

Esta imagem proliferaria no imaginário colectivo até aos dias de hoje. Na senda do trabalho de S. Sayyid (2004), denota-se que este processo contribui para a perpetuação de uma distinção ontológica entre o *imigrante* e a *sociedade de acolhimento*, perpetuada no discurso sobre aqueles que já nasceram em Portugal. Este mesmo discurso do *imaginário migrante* (Sayyid, 2004), descreve e critica os discursos sobre a imigração enquanto algo que assume a assimilação como a  *direcção* para a qual a *integração* na *sociedade de acolhimento* aconteceria por fases, materializada na ideia de “gerações” (*idem*). Sublinhe-se que é num enquadramento de criminalização que as experiências dos imigrantes são também exotificadas ou banalizadas – esvaziando o “outro” de qualquer particularidade e enfatizando, consequentemente, a genética ou a cor da pele (*idem*). Este processo implica que aquele que é *eticamente não-marcado* sirva como referencial estrutural de comparação:

“Both modes of appropriating the immigrant, despite their superficial opposition, are based on the assumption that the ethnically unmarked provide the norm by which the immigrant is to be judged. The ethnically unmarked represents the quintessential human” (Sayyid, 2004: 151).

---

<sup>40</sup> Constatação da “existência de patrulhas de defesa”- milícias populares/criminalização e racialização da criminalização/ menção do crescimento da tensão social e racial devido a “jovens negros” (Marcelino, 1995).

A presença de um discurso etnicizado/racializado, através do qual as minorias étnicas são “dirigidas” e nas quais o seu carácter estrangeiro é domesticado e não erradicado, intenta regular e disciplinar – neste discurso – a identidade dos imigrantes (Sayyid, 2004), *justificando* que é *necessário* policiá-los, “cercar os guetos”, de forma a poder controlá-los:

“O ministro da Administração Interna mandou o corpo de intervenção patrulhar certos bairros de Lisboa e Porto, para tranquilizar a população e os dirigentes autárquicos. Afinal, há mesmo guetos, mas até os polícias duvidam desta solução” (Rui Pereira (1998), “Cerco aos Guetos”, in Público 31 de Janeiro).

Este discurso, centrado por um lado, num ideário de ‘cultura da pobreza’, foi posteriormente discutido e criticado, no sentido em que perspectivou uma visão reducionista dos ‘bairros’, traçando uma *linha abissal* (Santos, 2007) entre o bairro e a cidade, a produção do bairro e a (ausência) de políticas de habitação, que de certa forma impediu a ligação entre “a história do bairro e a história da AML” (Ávila, 2012). Este imaginário constituiu também os bairros como “ilhas”, espaços de pobreza e imigração, espaços de *desvio, tensão, violência e criminalidade, doença e ilegalidade* – corpos poluídos da cidade pós moderna.

Por fim denota-se que conforme o PER vai sendo implementado, três novas temáticas são abordadas. Por um lado questiona-se até que ponto o PER será capaz de “Transformar os guetos em bairros”<sup>41</sup> e consequentemente, a efectividade e validade do programa. Por outro, reporta-se um conjunto de situações em que os vizinhos criticam e organizam acções de protesto e milícias contra a construção e fixação dos bairros sociais perto de sua casa e, por último, até ao presente, figuram intermitentemente um conjunto de notícias que reportam a demolição de bairros e de habitações de pessoas que por não estarem recenseadas no PER não têm qualquer direito a uma habitação. É sobre este caso específico que se debruçará o trabalho após uma análise do Plano Especial de Realojamento.

---

<sup>41</sup> Cidrais, 1995.

## 2. Pressupostos e Execução: uma análise anti-racista

Os anos 90 assinalaram os termos da discussão sobre a periferia e o seu *reconhecimento* como espaço *racializado* de precariedade habitacional e de exclusão sócio-espacial e económica. Apesar das evidências e das vozes que se levantavam, a abertura de um debate sobre a discriminação racial parecia não ter lugar num país barricado em espaços particulares da história e da memória. Embora a retórica da colonização tivesse sido recentemente contestada pelos movimentos de luta pela independência e pelos seus pensadores, a narrativa edificada ao longo dos séculos – através da construção de discursos sobre o colonialismo e sobre o *outro* – parecia persistir no imaginário de uma sociedade que se imaginava agora enquanto moderna, europeia, desenvolvida, universalista e tolerante. Não obstante, este processo corre em paralelo com a consolidação de Portugal enquanto parte integrante da Comunidade Europeia, espaço também este *metageográfico* com modelos sociais próprios que deveriam funcionar como referência para todos os países membros. Portugal era agora um país que se havia refundado sob o *mito da modernidade* e do lusotropicalismo e consequentemente onde a naturalização do argumentário racial teve como corolário a (in)visibilização do racismo enquanto processo ontológico à formação da nação.

É esta conjuntura política particular que antecede as iniciativas *Lisboa Capital da Cultura* 1994 e a *Exposição Mundial* de 1998 e na qual o Plano Especial de Realojamento começa a ser pensado e implementado<sup>42</sup>. À imagem do que tinha acontecido com o Programa *Casas Desmontáveis* do Estado Novo, que precede a exposição colonial *Mundo Português*, também o PER acontece num espaço-tempo em que o país, e em particular, a cidade de Lisboa, se prepara para um período importante de projecção internacional<sup>43</sup>. Ambas as políticas são paradigmáticas de momentos históricos em que o país – pela mão dos seus governantes e intelectuais –

---

<sup>42</sup> O Estado disponibilizou 150 milhões a fundo perdido para o PER e lançou, à mesma data, um Programa de Habitações Económicas para o sector privado. Disponibilizando um total de 270 milhões de contos para a habitação (*A Capital*, 1993).

<sup>43</sup> Houve ainda quem, na oposição - embora apoiasse o reforço de verbas para a habitação - acusasse o então primeiro Ministro, Cavaco Silva, de que esta política seria uma forma de “reagir à quebra de popularidade” face à proximidade das eleições autárquicas (*Diário de Notícias*, 1993).

se reinventa, *performando* narrativas sobre si próprio. Aqui, o espaço e em particular a cidade, parecem servir de montras de recriação da *portugalidade* a partir de recortes precisos do passado imaginado colectivamente, mas também naquilo que projecta como possibilidades de futuro através da mostra da contemporaneidade. Simultaneamente, ambas ilustram uma continuidade na intervenção do Estado Português (do fascismo à democracia) face ao espaço e à habitação. Tal como indica uma revisão das políticas sociais, a promoção da habitação tem sido transferida, *grosso modo*, para o sector privado (Baptista, 1999; Serra, 2002). Como atestam Jorge Macaísta Malheiros e Lucinda Fonseca (2011), pelo facto de o Estado assumir um papel essencialmente regulador e de promoção de mecanismos de acesso à habitação, resulta que somente 3% do parque habitacional é público:

“Mais do que ‘produtor de novas habitações’, o Estado português assume o papel de regulador do mercado e promotor de mecanismos de acesso a famílias carenciadas. O Estado é o principal agente no que respeita à definição de políticas de habitação, trabalhando em articulação com os municípios e organizações sociais, cooperativas e privadas. O instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) é a entidade responsável pela aplicação das políticas de habitação definidas pelo Governo. No plano Estratégico de Habitação, cuja aprovação nunca chegou a verificar-se, os municípios assumem um novo e importante papel na definição e execução destas políticas (...). Apesar desta opção poder parecer inovadora, na verdade apenas amplia o processo de transferência das responsabilidades na implementação e gestão de habitação pública para os municípios, orientação já implementada desde a segunda metade da década de 80 (...)” (Malheiros e Fonseca, 2011: 76).

De acordo com os investigadores, em meados da década de 80 a promoção pública da habitação começa a ser gradualmente transferida para as autarquias<sup>44</sup> envolvendo, em alguns casos, instituições de solidariedade social, de utilidade pública e cooperativas. Considerando o desinvestimento público na habitação, o PER constitui uma excepção à iniciativa governamental, num tempo em que a mesma

---

<sup>44</sup> Sabendo que as responsabilidades foram transferidas, resta inquirir quais as competências detidas pelas autarquias em termos de recursos e conhecimento sobre o território e de quadros com formação para a implementação e regulamentação destes processos também o teriam sido.



parece ser inevitável. Simbolicamente assinala-se a visibilização do processo de desalojamento do Lar Panorâmico de Camarate que pôs a descoberto as fragilidades das situações de precariedade habitacional que proliferavam nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, as quais urgia colmatar:

“A procura de soluções para este problema [habitacional] leva a considerar a necessidade da implementação urgente de medidas prioritárias, com incidência especial nas zonas em que tais carências mais se fazem sentir, ou seja, nas áreas de Lisboa e Porto” (Decreto-Lei n.º163/93 de 7 de Maio, DR, I Série - n.º 106 07-05-1993, p. 2381).

Neste contexto, será interessante perceber de que forma o Plano Especial de Realojamento se materializou e quais as principais críticas que lhe são tecidas, sublinhando as contribuições recolhidas no decorrer do trabalho de campo. Uma vez que o PER é um *assunto cansado*<sup>45</sup> esteja este a decorrer ou implementado, a realidade é que jamais será finalizado. As matrizes ideológicas que o consolidaram e a sua capacidade de modificar as geografias das cidades, alterando de forma radical o curso das histórias de vida de determinados espaços, concorre também para a abertura de outras histórias e debates nos novos espaços que edificou.

Embora sempre invisibilizada, a questão racial é relevante uma vez que parece permear todo o processo. Neste sentido, a análise que agora se apresenta incidirá sobre a matriz de desenho e execução do PER, assim como a forma como o mesmo contribuiu para a perpetuação de um processo de segregação espacial e residencial de base racial/étnica e de exclusão no acesso à cidadania.

## **2.1. Matriz de Execução e (Anti-)racismo**

O PER pretendia solucionar, inicialmente, em três anos (EUMC, 2003), o *problema da habitação* em contextos urbanos mais carenciados<sup>46</sup>. Particularmente,

---

<sup>45</sup> Como disse Rita Ávila no seu livro *Uma Etnografia na Cidade Alargada* (2012).

<sup>46</sup> É necessário acrescentar que no decorrer da implementação do PER, em 1995, foram implementadas outras soluções para quem habitava em “bairros clandestinos” que foram considerados requalificáveis - as Áreas Urbanas de Génese Ilegal (Lei 91/95 de 2 de Setembro). Ao contrário de grande parte dos edifícios construídos no âmbito do PER, que obrigaram à deslocação das populações para outros bairros, muitas vezes distante daquele que habitavam, as AUGI

nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, através da “erradicação das *barracas*”, consideradas “uma *chaga ainda aberta no nosso tecido social*”, pressupondo que “o *realojamento daqueles que nelas residem impõe a criação de condições que permitam a sua total extinção*” (Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de Maio DR, I Série - n.º 106 07-05-1993, p. 2381, ênfase minha). De acordo com a concepção do legislador denota-se que os *bairros de barracas* são considerados espaços de excepção à cidade que, enquadrados numa semântica higienista, se torna urgente “erradicar” e “extinguir”.

O sentido de urgência impresso no texto legal, na apresentação pública e na quantia avultada destinada à execução do PER parecia privilegiar dois objectivos principais: por um lado, o PER expressava uma tentativa robusta de suprimir as carências habitacionais de milhares de agregados familiares que habitavam em “barracas”; por outro, ao promover a *erradicação* dos “bairros de barracas” contribuía para uma *limpeza da imagem das metrópoles* numa altura em que o número de barracas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto se estimava entre 16 e 20 mil<sup>47</sup>. Nesta medida, o PER é considerado um plano com contornos e objectivos específicos, no quadro da promoção pública da habitação:

“O outro pecado original do PER é o facto de ele ser um pacote feito para as pessoas que viviam em barracas, não é uma política de habitação ... é um pacote. Portanto, há pessoas com muitos mais problemas de habitação e que não vivem em barracas (não é?), que vivem em casas abarracadas, que vivem em sobrelotação e portanto, isso não é considerado... **isto foi um**

---

permitiram legalizar o edificado que havia sido construído de forma “clandestina”. Embora não haja dados suficientes para aferir sobre este assunto, a questão é que, de acordo com uma académica:

“Voltando a essa questão também... das questões raciais e tudo isso... não só da invisibilidade mas desta nova questão que tu colocaste; isso faz-me lembrar a questão das AUGI, das Áreas Urbanas de Génese Ilegal. Ou seja, foi possível reabilitar bairros de construção informal, porque também são feitos maioritariamente por portugueses... alguns cabo-verdianos, portanto aí também pode haver “mas também está lá...” (...) foi possível reabilitar, não é reabilitar é.... infra-estruturar e reabilitar esses bairros, mas depois não foi possível para os outros bairros, para os bairros ditos de barracas (...) e porquê? Porque é que essas pessoas tiveram mais direito? Por um lado pode ser por as pessoas estarem um pouco mais longe, em áreas mais industriais e que não afectavam tanto a pressão imobiliária como afectavam os que estavam nas franjas... mas isto para dizer que não há... quer dizer, que houve solução... houve mais solução para portugueses de origem do que mais solução para africanos, indianos, etc...” (Académica, 25/06/2013).

<sup>47</sup> C.f. *A Capital*, 1993.

***pacote para apoiar, dizem... dizem... para apoiar a limpeza das metrópoles para a Expo 98*** e, portanto, houve muita gente com necessidades de habitação e continua a haver (...)” (Académica, 4/07/2013, *ênfase minha*).

“O PER em si... ***eu penso que era um programa que tinha pressa em acabar com as chamadas tais barracas***, não é? Tinha pressa de acabar... queria... ***queria mudar a face da cidade em pouco tempo***, (...)” (Activista pelo Direito à Habitação, 15/06/2013 *ênfase minha*).

O PER constitui-se, deste modo, como uma política de habitação orientada para territórios particulares e que, tal como foi analisado no capítulo anterior, haviam sido amplamente *racializados* pelo discurso público. Se estes processos hegemónicos de *racialização* foram responsáveis pela fixação e cristalização de uma representação dominante sobre os *bairros*, é na esteira destas representações que se desenha a percepção política destes espaços, que influirá tanto na implementação do plano como na percepção pública do mesmo. Deste modo, o PER passa a ser conotado essencialmente como um programa dirigido a populações imigrantes, embora a grande maioria da população recenseada no seu âmbito fosse portuguesa (negros e ciganos e brancos). É neste sentido que o processo de *racialização* se efectiva. Uma vez que a categoria *espaço* é discursivamente produzida e organizada (Goldberg, 1993: 185), este processo parece permitir enquadrar diversas manifestações de racismo no contexto português:

***“Houve um mal estar... e já ouvi comentários... “vão construir casa para os pretos e a gente não tem casa” - ouvi isso, várias vezes (...). Não é por causa das pessoas estarem ali mas é porque... isto... a imagem negativa do país... se encontro ali estrangeiros que não tinham outro sítio... foram para ali, os sítios piores. Embora os outros não estejam bem, estes estavam piores. E quando o governo lhes vai dar casa... “então nós aqui da terra temos”... eu vejo a coisa também nesse sentido. Não quero dizer que justifique mas também eu compreendo essas reacções. É evidente, o governo não fez aquilo só para ajudar os imigrantes, não! Tinha de acabar com aquilo e então como é que vai fazer? E as pessoas lá estão... vai deitar aquelas pessoas fora? Embora também existissem brancos - minoritários - em certas barracas. Em Lisboa, ali em baixo, eram maioritariamente os***

*brancos (...) aí não há polémica porque é um grupo só... é uma política social para resolver o problema de toda a gente. Imagine que fosse lá uma maioria de negros... já alguém começava a pensar de outra forma..." O que eu não admiti, por isso é que eu entrei nesse problema com o Demétrio Alves, é que uma pessoa com responsabilidade tenha esse tipo de discurso* (Associação de Imigrantes, 16/09/2013, *ênfase minha*).

*"Na minha opinião a questão da habitação foi (...) uma das grandes provas do racismo institucional. (...), quem volta a ler os preâmbulos do PER 96 e a exposição de motivos da lei de 96 - coisa que eu fiz hoje - da lei da imigração, não tem dúvida nenhuma que nós perante o PER, uma parte... o legislador, as pessoas que pensaram aquilo, pensaram aquilo numa forma... num prisma racistíssimo ou seja, que a habitação... **que quem morava lá nas barracas, quem não sabia morar em condições e não sei quê... ou era cigano, ou era preto ou era pobre...** (...) Se fosse então preto, pobre e cigano então olha, era melhor... era um concentrado do... do... um condensado político do que os gajos... do que é que era o imaginário político da coisa e... e a problemática da habitação veio levantar isso"* (Associação Anti-racista, 19/06/2013).

*"O que me preocupa na análise que se faz, ou seja, no balanço do PER ou na apreciação do PER é que, na verdade, **o PER era para as Minorias Étnicas...** hah... até poderia parecer bondoso em tese, mas na prática e na substância era um projecto muito racista"* (Associação Anti-racista, 19/06/2013).

A persistência de uma epistemologia eurocêntrica – amplamente difundida através da universidade enquanto instituição de poder e de produção de um *conhecimento provincializado* (Grosfóguet, 2012<sup>48</sup>) – permeia os diversos sectores da vida social, designadamente, a opinião pública e a decisão política. É este enquadramento mais amplo que serve de palco aos discursos da *racialização* e da persistência da legitimação de uma hierarquia no acesso a recursos escassos (i.e. espaço, mobilidade, qualidade de vida) a partir da operacionalização da "raça" enquanto marcador e categoria política (assim como acontece com o género).

---

<sup>48</sup> Citação proferida no quadro da *Black Europe Summer School*, Amesterdão, Julho.

Por fim, é relevante sublinhar que decorreram, por esta altura, os dois processos de regularização extraordinária de estrangeiros (1992-1993 e 1996). Este fenómeno parece ter contribuído para a abertura de um debate público sobre imigração e políticas de imigração. Constituído por uma polifonia de vozes (que não integrou, muitas vezes, as vozes dos migrantes), este debate fomentou a recolha e compilação de um conjunto de dados sobre a imigração, visibilizando um conjunto de situações de privação enfrentadas por estes cidadãos, das quais a habitação parecia ser um elemento fundamental. Aqui, uma vez mais, à imagem do que acontecia com as notícias de jornal dos anos 90, o par imigração/precariedade habitacional é uma vez mais reforçado.

### 2.1.1 O Realojamento

A solução arquitectónica encontrada e materializada pelas autarquias foi essencialmente a *construção de grandes edifícios* reconhecidos hoje como *bairros sociais*<sup>49</sup>. A par dos primeiros projectos surge uma chuva de críticas sobre a (in)viabilidade dos mesmos. Equiparados à arquitectura social do pós-II Guerra Mundial, este tipo de soluções arquitectónicas havia já provado contribuir mais para a segregação das populações do que para a sua integração, reproduzindo “pequenos guetos nos subúrbios das áreas metropolitanas” (Ávila, 2012: 148) e restabelecendo as fronteiras físicas e imaginárias entre o *centro* e a *sua periferia*:

“[O PER] é feito desta forma... a construção de grandes bairros de realojamento... e eu acho que é um problema estar a pensar o realojamento desta forma e [...] nessa altura já havia gente que estava a criticar porque já estava a olhar para França e para outros sítios e disseram: ‘Isto não resulta assim!’” (Activista pelo Direito à Habitação, 15/06/2013).

Um conjunto de argumentos, tais como a ausência de terrenos ou a incapacidade financeira das autarquias, serviu de corolário para legitimar estas construções. É importante sublinhar que muitos dos espaços periféricos nos anos

---

<sup>49</sup> A terminologia “Bairros sociais” aplicar-se-á a “bairros de realojamento” de iniciativa estatal.

setenta passam a ser centrais nos anos noventa, o que contribui para um aumento da pressão urbanística (Ávila, 2012: 149). De acordo com Zygmund Bauman (1987) estas opções de realojamento permitiram às Câmaras solucionar um conjunto de problemas burocráticos e, acrescente-se, económicos, como *“lack of vacant sites at the urban periphery, unaffordable centre city plot costs, overwhelming low-income demand for decent housing”* (Bauman, 1987: 130 *apud* Goldberg, 1993: 53). Assim, na tentativa de solucionar alguns problemas as Câmaras Municipais agudizaram outros, como a segregação sócio-espacial e a guetização:

“Porquê segregar mais ainda as pessoas? Não há terrenos, é uma questão de realmente querer fazer as coisas ou não. Eu percebo que na Amadora seja mais difícil ter terrenos do que em Cascais ou em Loures, por exemplo, não é? Mas mesmo assim... porque é que não cruzam os municípios? Porque é que as fronteiras acabam com as coisas. Se foi possível em Loures e em Lisboa, por exemplo, realojar cem famílias num bairro, porque é que isso não é possível mais vezes e as pessoas ficam mais perto de suas casas?” (Académica, 25/06/2013).

“(...) eu não digo [segregacionista] pelo lado de realojar em conjunto porque nas poucas perguntas que se fez à população muitas vezes as pessoas queriam ser realojadas em conjunto. Mas na realidade esse realojamento em conjunto que é mais prerrogativa do PER do que prerrogativa das populações obviamente foi dar em segregação racial. Não só espacial mas segregação racial. Nós... pensando nestas alternativas de realojar pela cidade fora a coisa fica mais esbatida e não há essa ideia de “gueto”, digamos assim. Mas sim, o PER... sobretudo segregação espacial. Uma grande acentuação da segregação espacial. A segregação racial, ela já existia... porque ela estava nesses bairros e as pessoas identificavam “é ali que moram estes, é ali que moram aqueles”... e também foi acentuada por causa da segregação espacial... mas ela... ou seja, no caso do PER não é indissociável, se calhar noutros casos pode ser mas... no caso do PER acho que não é dissociável. Eu acho que sim, que se pode dizer que determinadas políticas são assim. Não é a intenção mas depois na prática isso acaba por ser muito assim...” (Académica, 25/06/2013).

A *necessidade* de construir em grandes aglomerados, justificada pela escassez de espaços disponíveis<sup>50</sup> *naturalizou* o afastamento das pessoas dos centros das cidades da AML e consecutivamente do centro da cidade de Lisboa. A constituição de uma (segunda) periferia correspondeu a uma *(re)territorialização histórica da relação colonial*. De acordo com alguns dos entrevistados, este processo relaciona-se também com o racismo institucional que determinou aqueles que têm direito a aceder ao espaço público ou, pelo contrário, aqueles a quem este mesmo acesso é, uma vez mais, condicionado:

“E depois começámos a perceber o que é que é o realojamento, e depois começámos a perceber que as pessoas estão a ser empurradas, cada vez mais, para longe... e depois estamos a ver bairros PER, que há bocado não disse que o PER... o PER continuou a afastar as pessoas cada vez mais dos centros. Porque o bairro das Marianas ficava ao pé da estação de comboio de Carcavelos, foram realojados lá longe. Porque o Bairro de Santa Filomena, vão ser realojados lá longe (...) O PER ajudou a deslocalizar muitas famílias que viviam em zonas que já foram longe e que já foram muito periféricas mas que entretanto, com a expansão da cidade começara a ter acesso a serviços importantes e a transportes, etc.. e a coisas... e começaram a ficar mais centrais, dentro dos aglomerados urbanos e, de repente o PER vem ajudar também... é, de novo, varrer estas populações de novo para fora... mais longe da cidade. E hoje em dia tens bairros PER que ficam no meio do campo, no meio de um campo de trigo. E hoje vais ao bairro da Fonte e de repente nascem ali duas ruas em T, uma urbanização no meio do nada. Sim, tanto a construção programada de urbanizações como foi do PER – altamente programada – estigmatizou e afastou as populações mais vulneráveis, sendo que dentro destas populações mais vulneráveis tens... os últimos a ser realojados foram os imigrantes e as minorias (...)” (Associação pelo Direito à Habitação, 15/06/2013).

---

<sup>50</sup> Tome-se como exemplo o argumento da Câmara Municipal da Amadora, no Relatório do Estado do Ornamento do Território (2007): “Trata-se por um lado de um território limitado, de 24km<sup>2</sup>, com elevada densidade populacional, com escassez de área disponível para implementar o programa de realojamento” (pp. 143).

“E o PER tinha um problema, que era um problema ideológico e que se prende com o racismo também. É que no fundo, o PER foi uma legitimação do conceito de periferia e... portanto, as minorias não têm o direito a entrarem dentro de... no espaço público, a partilharem o espaço público, porque poderiam ser sempre... representar um perigo qualquer. Tanto por incivilidade ou por incompatibilidade com o que é moderno, o que é... que é modelo de cidade, seja o que for mas o PER, no fundo, é isto também: tu considerares que há determinadas pessoas que não merecem ter direito à cidade, tal e qual como nós a queremos ou como nós a merecemos – nós, os outros... nós os bonzinhos, os que sabemos tratar da cidade, viver na cidade...” (Associação Anti-racista, 19/06/2013).

Por outro lado, uma tentativa da gestão dos recursos parece ter conduzido, em geral, a construções monótonas de baixo custo que se destacam facilmente do restante tecido urbano, servindo como marcador de identificação. A utilização de matérias cuja qualidade transparece na elevada e rápida degradação do edificado, os acabamentos ou o grau de humidade no interior das habitações veio contribuir para a legitimação de uma *arquitectura institucional da pobreza*:

“Agora, a verdade é que... hah... tudo o que se passou à volta do programa, a forma como ele foi concebido, como ele foi executado... sempre teve, no mínimo... numa de serviço mínimo porque literalmente o que era importante, o que era decisivo para o poder político e para o legislador era nivelar por baixo... é que as minorias étnicas, os imigrantes, ciganos e africanos podiam se contentar com o mínimo possível porque não tinham valor socialmente igual do ponto de vista cidadão para aspirarem a mais. E não é por acaso que tanto na concepção arquitectónica, como na concepção física das casas, os materiais escolhidos, o desenho dos bairros, tudo tinha menos dignidade... porque na cabeça de quem pensava esse programa, o que era importante era fingir que estava a resolver-se um problema” (Associação Anti-racista, 19/06/2013).

O PER é classificado também enquanto um *processo autoritário* na medida em que a maioria das populações não participou na projecção do espaço no qual iria viver e, em muitos casos, se as pessoas renunciassem à posposta feita incorriam no risco de perder o direito ao realojamento. Não descurando, no entanto, as



especificidades da aplicação de cada processo de acordo com a respectiva autarquia (neste caso, Cascais parece figurar como um exemplo de maior participação do que em outros casos, como o da Amadora):

“As políticas são muito implementadas de forma autoritária, (...). Eu acho que neste processo [as pessoas] deviam ter muito a dizer porque afinal de contas é onde elas vão morar, (...) E isto devia ser um processo muito mais negociado, muito mais participado. Mas nós em geral não temos isso na nossa vida política e social. Agora a participação está na moda. Agora, ou participas da forma que eu quero para dizeres aquilo que eu quero ou então não estão interessados. A Câmara da Amadora tem programas a dizer que é muito participativa mas depois quando chega, por exemplo ao PER, é completamente unilateral, faz chantagem, ameaças, violência, tudo.

O PER, no fundo, *o que é que é o PER?* O PER é obrigar as pessoas a aceitar o realojamento ou, às vezes, há outras soluções que são colocadas em cima da mesa (...). Mas, no fundo é dizer: “A sua casa vai abaixo e você vai ter que aceitar estas alternativas... estas... estas soluções”... e normalmente é só uma: “Vai ser realojado no sítio x”. Ponto. E... pronto, é assim” (Activista pelo Direito à Habitação, 15/06/2013).

Este processo demonstra que alguns decisores políticos parecem não encarar as populações realojadas enquanto sujeitos políticos<sup>51</sup>, o que num contexto público em que se considerava que o PER era um Programa para “para pretos e para ciganos” (Associação Anti-racista, 19/06/2013) é manifestamente discriminatório:

“Eu considero porque para mim é assim, qualquer instrumento político que à partida não tome os seus destinatários como sujeitos políticos é discriminatório (...) portanto, foi o caso do PER porque os gajos pensam: por nós – quando eu digo por nós... estou a falar pelas comunidades – pensam que para as comunidades o modelo será o que as comunidades têm de ter, sem considerar que as comunidades têm uma palavra a dizer sobre a futura cidade que eles vão ter. É como o apartheid, os gajos faziam autocarros para pretos e para brancos” (Associação Anti-racista, 19/06/2013)

---

<sup>51</sup> Não obstante este problema ser transversal ao modelo de cidadania e participação política existente em Portugal, no caso das populações ditas minoritárias ou migrantes, o problema parece acentuar-se.

“Desde o princípio que denunciámos que as políticas de habitação, de segurança e de convivialidade (...) não tinham nada a ver com isto... com esta política de guetização, não pode, não pode ser assim, uma cidade não é isso, é mistura, toda a gente está e é isso...” (Associação Anti-racista, 19/06/2013).

Neste sentido, o PER contribuiu para legislar e redesenhar o conceito de periferia, no qual as minorias étnicas, os imigrantes (e os pobres) passam, uma vez mais, a ser empurrados da partilha do espaço público para urbanizações distantes dos circuitos obrigatórios de circulação, com uma maior dificuldade de acesso a transportes e serviços, com estruturas especificamente criadas para o bairro (i.e. escolas e serviços) que empurram estas pessoas para espaços particulares do tecido social:

“[Morador 1] - Os acessos... tu aqui tens tudo, tens logo ali a linha do comboio, tens médico, *Minipreço*, escolas tudo... tens transporte até às tantas, tens autocarro, metro. Agora lá na Mira [Bairro Social Camarário no Conselho da Amadora – Brandoa]... (...) De transportes só há o autocarro... [Morador 2] - é fora de mão...” (Moradores, 23/09/2013).

Embora a formação dos bairros auto-construídos e dos bairros sociais obedeçam a processos com diferentes contornos, sendo o primeiro fruto da ausência de políticas de habitação e de imigração e o segundo da implementação de uma, a realidade é que, a seu tempo, ambos os processos parecem ter complicado o acesso dos imigrantes e das minorias ao centro da cidade. Este afastamento implicou uma dificuldade no acesso a bens e serviços, assim como à partilha do espaço público e à mobilidade, *lato sensu*. Neste sentido, enquanto parte de um processo de urbanização da AML, o PER parece ilustrar a forma como o princípio de segregação urbana racializada do período colonial permeou a definição da cidade dita pós-colonial no Ocidente (Goldberg, 1993). Desta forma, a matriz de execução (i.e. solução espacial e habitacional) parece contribuir para o *prolongamento de uma relação colonial* e para a perpetuação de formas particulares de acesso à cidadania, traçando uma linha (des)contínua entre as categorias de indígena e de imigrante.

Assim, de acordo com um trabalho efectuado pela NUMENA para a *Racism and Xenophobia European Network*, conclui-se que os realojamentos, embora tivessem contribuído, em muitos casos, para uma melhoria das condições de habitabilidade, não parecem ter solucionado a estigmatização de que estas populações eram alvo. Acrescente-se que, em muitos casos, o deslocamento das populações para bairros de realojamento camarários corporizou um conjunto de tensões, reacções e manifestações públicas por parte das populações vizinhas, assentes num ideário e num argumentário racista:

“(...) Although the re-housing process (...) counteracted the housing shortage, many problems that were characteristic of the slums and shantytowns in towns’ peripheries were simply transferred to the new environments”. (EUMC, 2003: 4)

“These programmes allowed many immigrants and ethnic minorities an improvement in their conditions of living. Furthermore, the obligation to survey the populations to be re-housed led to the set up of databases that allow us to identify the nationalities of the beneficiaries. (...) They point generally [the studies made] to an improvement in the lodging conditions of these populations, but not significant advances in socio-economic integration due to the difficulty to break with cycles of exclusion that preceded their re-housing. One of those factors of exclusion was the negative image associated with shantytowns, which were many times carried with to the new re-housing neighbourhoods. The answer from the surrounding population was often the public rejection of the re-housing processes. These public demonstrations took sometimes a racist tone, since they were targeted directly to the ethnic background of the former dwellers. At the same time they could claim that they were protesting not on account of racism but from fear of insecurity since the shanties were publicity associated with violence and drug trafficking” (EUMC, 2003: 11).

### **2.1.2. O Recenseamento**

Uma das medidas que inaugura o PER é um processo de recenseamento realizado pelas autarquias, dirigido a todos os habitantes dos bairros que seriam

abrangidos no âmbito do Plano de Realojamento. Este processo não só permitiu às pessoas a sua inscrição no programa como possibilitou às Câmaras perceber a quantidade de agregados a realojar. Como referido anteriormente, a extensão do processo de implementação do PER e a ausência de actualizações levou a que, em muitas situações, os dados recolhidos em 1993 não correspondessem à realidade sócio-demográfica dos bairros aquando da execução do Programa. Neste sentido, outras das grandes críticas dirigidas ao PER é a sua desactualização:

“Não houve actualizações do PER, quando houve foi para excluir” (Activista pelo Direito à Habitação, 15/06/2013).

Este procedimento conduziu a que muitas das pessoas que habitam os bairros estejam hoje excluídas do processo de realojamento por diversas razões e enfrentem processos de desalojamento, sem que lhes sejam apresentadas soluções alternativas. A linha segundo a qual o realojamento se equaciona, essencialmente como um direito baseado numa “antiguidade” estabelecida pela autarquia, tem vindo a contribuir tacitamente para a exclusão directa do PER de muitos imigrantes que chegaram pós-93, numa altura em que se verificava ainda um fluxo significativo de imigração para Portugal. Na mesma linha, embora durante os períodos de recenseamento muitas Câmaras se tenham escusado ao papel de “polícias de imigração”, recenseando as pessoas independentemente do facto de estarem em situação (i)regular, a realidade é que era obrigatória autorização de residência para aceder ao PER. Assim e não havendo tempo para explorar esta temática, em particular, pode adivinhar-se que neste processo muitos tenham sido os imigrantes excluídos devido à ausência de documentação regularizada:

“Agora, admito que poderão ter sido recenseadas pessoas que à data não tinham a situação ainda legalizada. Portanto, não, não ... julgo que não... que isso não era o critério. Agora...

Investigadora – Posteriormente, para a aquisição...

Técnica – Posteriormente para efeitos de realojamento elas tinham de facto que estar legalizadas e ... e apareceram e aparecem ainda hoje à boca do processo de realojamento pessoas que ainda não têm a sua situação legalizada, mas é obvio que se tiverem prova, porque depois têm outros

documentos complementares e isso os técnicos naturalmente trabalham as famílias nesse sentido de ajudar ... por exemplo, se foram ao centro de saúde em 1993... tinham uma inscrição aberta num sítio qualquer em 93. ainda que estejamos em ... aquela pessoa ... também não se percebe como é que nestes anos todos pudessem andar numa situação... mas acontece. se as pessoas fizessem prova disto, naturalmente que seriam sempre, digamos, legalizados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e para nós seria digamos... o requisito fundamental para lhes atribuir uma habitação.

Investigadora – Mas era essencial que tivessem documentos regularizados Para efeitos de realojamento!

Técnica – Sim” (Técnica de Instituto de Habitação, 10/07/2013).

Acrescente-se ainda que embora não haja dados que o possam expressar quantitativamente, pode afirmar-se, a partir da análise dos processos de contestação que se seguiram à implementação do plano, que a maioria das pessoas excluídas do PER são imigrantes, portugueses negros e ciganos. Na AML servem como exemplos Arcena e a Quinta do Mocho, a Pedreira dos Húngaros e a Azinhaga dos Besouros, o Fim do Mundo e a Quinta da Torre, a Quinta Grande e o 1º de Maio ou mais recentemente o Casal de Santa Filomena. Em todos os casos a maioria dos desalojados eram negros e imigrantes. Na Área Metropolitana do Porto casos emblemáticos como o Bacelo, Aldoar ou Aleixo ilustram situações semelhantes, onde a grande maioria das pessoas é cigana. Denote-se que os processos de contestação e desalojamento da Azinhaga dos Besouros e da Quinta da Torre estão amplamente documentados a partir dos trabalhos “Via de Acesso”, de Nathalie Mansoux e “Aqui tem Gente”, de Leonor Areal, respectivamente. Esta questão será analisada em profundidade no próximo capítulo.

## **2.2 O Quadro Legal do PER**

O Decreto-Lei 163/93 de 7 de Maio é o documento que sintetiza as directrizes iniciais do Plano de Especial de Realojamento. Posteriormente, algumas destas propostas foram alteradas através da promulgação: i) do Decreto-Lei 93/95 de 9 de Maio, que veio alargar o programa a instituições particulares de

solidariedade social e a pessoas colectivas de utilidade pública; ii) da Lei 34/96 de 29 de Agosto, que estabelece os requisitos para a celebração dos contratos-programa entre as autarquias, o IGAPHE e o INH; iii) do Decreto-Lei 1/2001 de 4 de Janeiro, que estabelece a possibilidade de adesão de cooperativas de habitação e construção.

Posteriormente, foram republicadas “as duas principais alterações num sentido de fornecer um quadro legislativo actualizado do PER” (Ávila, 2012: 146): i) do Decreto-Lei 79/96 de 20 de Junho, que cria o regime de apoio à reabilitação ou à aquisição de habitações por parte de famílias recenseadas previamente no âmbito do Programa PER, conhecido como *PER-Famílias*. Num documento que clarifica a necessidade de implementação de alguma celeridade ao processo, passa também a prever-se o financiamento do retorno de famílias às “suas terras de origem” (a que se voltará em seguida); ii) do Decreto-Lei 135/2004 de 3 de Junho, responsável pela criação de um financiamento de acesso à habitação que regula a concessão de financiamento para a resolução de situações de grave carência habitacional, o PROHABITA. Por fim, sublinhe-se o Decreto-lei 271/2003 de 28 de Outubro, que na esteira dos esforços legislativos anteriores, enfatizando a ideia de reabilitação, teria como objectivo impulsionar o cumprimento dos objectivos do PER e simultaneamente recuperar parte do parque habitacional.

### **2.2.1 A possibilidade legislada do retorno**

O Decreto-Lei 79/96 de 20 de Junho legisla a possibilidade de que “*o abandono e consequente erradicação das respectivas barracas se pode conseguir pelo retorno de famílias às suas terras de origem ou outros locais onde apenas necessitem de reabilitar a casa que aí possuam*” (Decreto-Lei n.º 79/96 de 20 de Junho DR, I Série - a n.º141 20-6-1996, p. 1582-1583). Embora no decreto não esteja especificado o facto de se tratar de um programa especificamente dirigido a imigrantes, a sua aplicação, demonstra-o:

“No ano seguinte, em 2001, foi criado o PR – Programa Retorno, como resposta específica à realidade social do concelho conferida pelo número

significativo de imigrantes – em 1993, 50% das famílias recenseadas PER eram oriundas de Cabo Verde. Este programa financia o regresso da família ao país de origem ou outro, em 20% do valor do fogo a que esta teria direito em caso de realojamento” (CMA, 2007: 143).

Esta medida acaba por reflectir axiomáticamente a forma como o Estado conceptualiza a imigração, (re)construindo politicamente o ‘outro’, como entidade exterior ao *corpo da nação*, um processo edificado com base numa distinção matricial de origem, iminentemente racial, que contribui também aqui para reificar uma distinção ontológica entre cidadão e imigrante:

“(...) se olharmos para aquilo [possibilidade legislada de retorno] como uma política de um estado ou [como] a forma como um Estado olha para um imigrante... hah... aquilo é um absurdo, é uma coisa imoral, porquê? Porque não podes pegar nas pessoas e fazer delas máquinas, ok? Agora vêm, constroem e depois amanhã voltam. Sem olhar para as raízes que foram criadas, para as construções que foram feitas... que foram os imigrantes que construíram Lisboa. [...] Não quero dizer Portugal mas construíram Lisboa. Nas grandes obras estiveram sempre presentes os imigrantes e agora, de repente tornas-te pessoa *non grata* por não haver trabalho e um problema que a... que deveria ser... ser... hah... em que deveria haver solidariedade entre todos para conseguirmos atacar o problema, não... hah... torna-se duplamente um problema para os imigrantes. Porquê? Porque para além da dificuldade que tens da falta de emprego, tens a dificuldade por seres de um país diferente, tens a pressão do próprio Estado que não te quer cá e que mostra claramente que não te quer cá... e depois oferecem-te uma casa lá... é como se te... hah... te limitassem os movimentos e te deixassem ali uma saída que não é a mais digna... e depois pensas... ou ficas aí, ou saís por ali que não é a forma mais digna de saíres ou então nós próprios esmagamos-te aqui com as pressões. Ou saís agora, ou saís a bem ou saís a mal... é mais ou menos nesse sentido e... e... e essa solução que dão é mais ou menos isso: nós vamos-te torcer ao máximo ou pressionar ao máximo, por exemplo aconteceu com as técnicas da Câmara (...)” (Morador, 12/09/2013).

Os imigrantes à imagem do que acontecia com o “indígena”, são concebidos como força de trabalho e não como cidadãos de pleno direito. Esta concepção do

poder público demonstra as continuidades da representação e a sua efectivação no acesso a direitos, do colonialismo à democracia, profundamente materializadas nas fronteiras do território, inicialmente externas e agora internas à própria nação. Miguel Jerónimo, Nuno Dias e Nuno Domingos (2010) discutem que no decorrer do processo colonial se edificou e institucionalizou uma hierarquia de cor que cristalizou “uma tipologia de proximidades (físicas e simbólicas) com base na partilha de afinidades fenotípicas” (pp.163). Estas *afinidades* foram “conservadas e representadas como a face visível de uma diferença racial e cultural” (*idem*) que serviu à preservação das fronteiras fictícias do território. Admitindo que durante o período colonial a interacção entre colonizadores (civilizados) e colonizados (indígenas) se confinava ao mercado e às transacções económicas definidas *a priori* por “capitais de negociação desiguais e ‘racialmente estratificados’” (*idem*), a condição de imigrante “marcada por um posicionamento estrutural precário e vulnerável” demonstra uma continuidade entre esta categoria e aquela de “indígena”, no período colonial (Jerónimo, Dias e Domingos, 2010: 163):

“O Pós-império conta-nos uma história complexa de testes à fundamentação ideológica e política da nação na ideia de homogeneidade étnica e conformidade cultural. O estrangeiro enquanto lugar social e marca estigmatizante é inventado, reinventado e resumido à sua condição de Outro, durante e após o período colonial. A aplicação do princípio do *ius sanguini* em Portugal representa o momento em que os limites da pertença são etnicizados – na medida em que remetem para uma ascendência genética restrita e territorialmente ancorada. (...) O império parece então manter-se vivo através das «políticas de reconhecimento» que constituem, assim, o núcleo do processo formal de transformação de imigrantes em cidadãos. Uma transformação conflituosa que subentende a uniformidade quer da sociedade de acolhimento quer das populações imigrantes, e portanto, admite apenas a adaptação ou a aculturação ou a coexistência pela segregação” (*idem*: 164).



### 2.2.2 O Projecto Civilizacional

De acordo com R. Ávila está implícito, no texto legislativo, “*uma estigmatização social dos bairros de barracas*” uma vez que se estabelece uma relação explícita entre “*condições de habitação degradadas*” e “*comportamentos desviantes*”, tornando prioritária a necessidade de uma intervenção social sobre as populações (Ávila, 2013: 142). Esta intenção passa por potenciar uma *mudança do estilo de vida dos moradores* como solução para a exclusão social a que as populações estão sujeitas por habitarem nos bairros de *barracas* (Ávila, 2013: 142), através de a implementação de:

“um programa alargado de inserção social (...) visando a criação de condições a uma plena integração destas populações na comunidade e combatendo os problemas de criminalidade, prostituição e toxicodependência, entre outros, a que a exclusão social motivada pela falta de condições habitacionais condignas as deixou votadas” (Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de Maio DR, I Série – A, n.º 106 07-05-1993, p. 2381).

Desta forma o PER configura-se como um programa de promoção pública da habitação e da “civilidade”, que de certa forma aparece como ausente destes espaços, dado que estes são constituídos na *diferença* e no *desvio* à ordem social estabelecida. É aqui que o discurso legislativo e o discurso mediático se encontram e que se pode perceber a visão institucional do Estado face aos *bairros*, muito semelhante à retórica civilizacional do processo de dominação colonial:

“(...) é um estilo de vida e na lei vem um bocado a ideia de que tem de se mudar esse estilo de vida, e esse estilo de vida é o quê? É onde as situações são mais graves, onde há mais violência doméstica, onde há mais alcoolismo e depois isto... se bem que nem sempre esteja escarrapachado na lei, depois está escarrapachado nos projectos... mais assistencialistas relacionados com estes bairros e a gente percebe qual é a visão institucional sobre os bairros, em geral. Mas há excepções...” (Académica, 25/06/2013).

“(...) a minha perspectiva é que este programa foi muito feito inconscientemente... hah... com prerrogativas muito semelhantes ao projecto civilizacional do colonialismo português. Portanto, se tu morares realmente aqui numa casa em condições, se tratares bem da tua casa e do

teu bairro, se mudares de estilo de vida, porque é isso que é suposto mudar quando se muda da barraca para a habitação social, tu tens de mudar de estilo de vida porque tu não tens um estilo de vida bom e tu não tens um estilo de vida bom porque és imigrante... isto parece que subjaz inconscientemente. Claro que se fores perguntar as pessoas não te vão dizer isso, pronto. Mas acho que infelizmente vai um bocado por aí... (Académica, 25/06/2013).

### 2.2.3. Acesso condicionado à Habitação Social dos Imigrantes

A 12 de Janeiro de 1993 é decretada pelo Tribunal uma ordem de despejo do Lar Panorâmico de Camarate<sup>52</sup> propriedade privada da Fundação Santa Maria da Silva. Nos dois edifícios, inicialmente destinados ao funcionamento de uma clínica e de uma escola de enfermagem, habitavam cerca de 650 pessoas provenientes de Moçambique e da Guiné-Bissau. A grande maioria havia ali sido realojada pelo Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARD), criado em 1975, enquanto que as restantes pessoas teriam chegado posteriormente e ocupado os espaços ainda vagos dos edifícios. Em ano de eleições autárquicas “os desalojados foram arma de luta política entre o Governo de Cavaco Silva e a Câmara Municipal de Loures”, na pessoa do então presidente da Câmara Municipal, Demétrio Alves. Embora o autarca se tenha solidarizado de imediato com os desalojados de Camarate, a sua recusa de realojar os cidadãos estrangeiros abriu um debate sobre o acesso de estrangeiros à habitação social, em Portugal. Segundo o autarca, em causa estaria o Decreto-Lei n.º 797/76, de 6 de Novembro<sup>53</sup> que criou os Serviços Municipais de Habitação e especificamente, no seu Artigo 8º, n.º 2, definia o regime de atribuição das habitações sociais:

***“Têm direito às habitações referidas no número anterior cidadãos nacionais*** que não residam em habitação adequada às satisfações das necessidades do seu agregado e que pretendam domiciliar-se na área de jurisdição do serviço municipal de habitação onde tiver sido aberto

---

<sup>52</sup> Castelo, 2013.

<sup>53</sup> Disponível em <<http://dre.pt/pdf1sdip/1976/11/26000/25272530.pdf>>

concurso” (Decreto-Lei n.º 797/76 de 6 de Novembro DR, I Série - A n.º 260, 06-11-1976, p. 2529, ênfase minha).

A propósito da polémica gerada em torno do mencionado Decreto-Lei, o Jornal *O Público* publica, a 27 de Janeiro de 1993, uma notícia intitulada “Casas só para portugueses” que procura mapear a discussão. Este trabalho jornalístico enfatiza que o caso dos desalojados de Camarate “*trouxe à ribalta a realidade de um texto legal desconhecido e dificilmente compreensível – sobretudo num país que se julga campeão da tolerância*” (Cerejo, 1993b). De acordo com a notícia teria sido já apresentado em Novembro de 1991 um projecto de Lei do Partido Socialista (PS) que pretendia “*ver os cidadãos portugueses e estrangeiros tratados em pé de igualdade*” (*idem*). Acrescenta-se ainda que dois meses depois, em Janeiro de 1992, o Partido Comunista Português (PCP) havia já proposto um aditamento à proposta do PS que defendia que fosse “*igualmente banida a interdição de acesso dos estrangeiros ao crédito à habitação*” (*idem*). De acordo com a mesma fonte, as propostas estariam já na Comissão Parlamentar de Equipamento Social e, nesse sentido, “*a segregação dos estrangeiros em matéria de habitação [seria, à data] exclusiva responsabilidade da Assembleia da República*” (*idem*).

Em seguida veremos como este caso, aparentemente remoto, se pode relacionar com a implementação do programa PER e com a actualidade do acesso dos imigrantes à habitação social em Portugal.

A propósito da análise do PER, foi igualmente analisado aqui o enquadramento legal do programa, com especial atenção para a natureza dos Decretos-Lei e Decretos Regulamentares relacionados com o Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de Maio e que regulamentassem o regime de cooperação entre a administração central e local relativamente ao desenvolvimento de “*programas de habitação social para arrendamento que se destinem ao realojamento de populações residentes em barracas*” (Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de Maio DR, I Série – A, n.º 106 07-05-1993, p. 2381<sup>54</sup>). Este procedimento encontrava-se definido pela articulação do Decreto-Lei n.º 226/87 de 6 de Junho<sup>55</sup>, e do Decreto-Lei n.º 110/85 de 17 de Abril<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> Disponível em <<http://dre.pt/pdf1sdip/1993/05/106A00/23802383.pdf>>

<sup>55</sup> Disponível em <<http://dre.pt/pdf1sdip/1987/06/13000/22582259.pdf>>

Enquanto que o primeiro decreto reforça a cooperação entre o Estado e as Autarquias, no âmbito da promoção de habitação social (Decreto-Lei n.º 226/87, de 6 de Junho DR, I Série, n.º 130. 06-06-1987, pp. 2258), o segundo regula os empréstimos de financiamento para a construção ou aquisição de habitações destinadas ao arrendamento (Artigo 1.º, D.L. n.º 110/85, de 17 de Abril) e regulamenta, entre outros, os procedimentos concursais para o acesso a habitação social, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 50/77 de 11 de Agosto<sup>57</sup> (Decreto-Lei n.º 110/85 de 6 de Junho DR, I Série - n.º 89. 17-04-1985, pp. 1049). Ora, é aqui que o percurso do D.L. n.º 797/76 e o D.L. n.º 163/93 se cruzam, uma vez que o Decreto Regulamentar n.º 50/77 aprova e regulamenta o Regulamento dos Concursos para a Atribuição de Habitações Sociais, na dependência do D.L. n.º 797/76 de 6 de Novembro, substantivando aquilo que era já definido pelo próprio:

“Aos concursos de classificação apenas podem concorrer os cidadãos nacionais maiores ou emancipados cujos rendimentos não ultrapassem o limite máximo indicado no respectivo anúncio de abertura” (Artigo 11.º, n.º 1, Decreto Regulamentar n.º 50/77 de 11 de Agosto DR, Capítulo II, Artigo 11.º, Alínea 1, I Série. n.º 185, 11-08-1977, pp. 1970).

Perante tais asserções e após se ter procedido a uma análise aprofundada de ambos os Decretos-Lei foi encontrado um documento relativo a uma Reunião Plenária da Assembleia da República (Diário da Assembleia da República, I Série - Número 48, de 5 de Fevereiro de 2011) em que o então deputado do Governo PS, Marcos Sá, dava conta da aprovação, em Conselho de Ministros, de um Decreto-Lei que estabelecia um novo regime de atribuição de fogos de habitação social, revogando o D.L. n.º 797/76. As suas declarações sublinhavam o cariz inconstitucional, porque discriminatório, do D.L. n.º 797/76:

“Com esta iniciativa legislativa, elimina-se a injustiça e a inconstitucionalidade do diploma de 1976, que discrimina em razão da nacionalidade, porque previa a nacionalidade portuguesa como requisito exigido para se poder concorrer à atribuição de habitações sociais por parte

---

<sup>56</sup> Disponível em <<http://dre.pt/pdf1sdip/1985/04/08900/10491050.pdf>>

<sup>57</sup> Disponível em <<http://dre.pt/pdf1sdip/1977/08/18500/19681973.pdf>>

das autarquias locais, (...), o que violava o princípio da igualdade consagrado na Constituição da República Portuguesa” (Diário da Assembleia da República, I Série — Número 48, de 5 de Fevereiro de 2011, pp. 25-26).

Dias depois e após serem consultados dois juristas especialistas na área da habitação e da discriminação racial concluiu-se que, também de acordo com Diário da República, o D.L. n.º 797/76 de 6 de Novembro, se encontrava ainda em vigência e, embora tivesse sofrido alterações pelo D.L. n.º 84/77 de 9 de Dezembro e pelo D.L. n.º 261/77 de 22 de Junho, nos Artigos 2.º e 8.º respectivamente, a exclusão por motivos de nacionalidade manteve-se. Não obstante, era de conhecimento público que muitos imigrantes tinham sido realojados ou poderiam concorrer a habitação social. É aqui que se especula, considerando a directriz legal, que a única possibilidade seria a utilização do artigo 9.º do D.L. n.º 797/76 referente às excepções ao regime de atribuição de habitação social:

“Sempre que tal se justifique em virtude das razões a seguir indicadas, os organismos dependentes do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção e as câmaras municipais poderão, relativamente aos fogos da sua propriedade e mediante acto administrativo devidamente fundamentado, excluir tais fogos do regime de atribuição estabelecido por força do artigo anterior, definindo as regras especiais a aplicar nesses casos: a) situações de emergência;” Decreto-Lei n.º 797/76 de 6 de Novembro DR, I Série – A, n.º 260 06-11-1976, p. 2530).

Esta possibilidade viria a ser levantada no decorrer de uma entrevista e posteriormente confirmada por email:

“Então... eu... do ponto de vista ... quando eu tenho .... sim senhora atribua-se a habitação X, este acto é que é feito ao abrigo do critério de emergência eu alego ... é quase como se fosse um chapéu que me suporta a decisão ... como eu não fiz a atribuição ao abrigo do concurso que está no 797 eu socorro-me de uma outra norma do próprio 797 que legitima, habilita a minha decisão. Isto é ... tem sido a prática do IGAPHE. Eu sei que em tempos o conselho directivo que não é do meu tempo, mas ouvi e é essa informação que eu já vou precisar, depois vem o Jorge Dias... que o conselho directivo tentou fazer digamos... e se calhar é por isso que a Rita fala na proposta que

não passou de proposta do PS. (...) Agora, há uma coisa que é verdade: ninguém está a fazer uso da letra relativamente à questão da segregação da família, se é...” (Técnica de Instituto de Habitação, 10/07/2013).

Neste sentido, e embora a grande maioria das atribuições de fogos não ocorra por concurso, a realidade é que o D.L. n.º 797/76 e o respectivo D.Reg. n.º 50/77 regulam a atribuição de habitação social em Portugal e, conseqüentemente, estabelecem princípios regulamentares diferentes no acesso à habitação social entre imigrantes e nacionais. Mesmo que do ponto de vista prático esta exclusão seja contornada através da utilização da própria lei, a aplicação da lei passa a ser discricionária, violando formalmente o princípio de igualdade, consagrado no Artigo 13º da Constituição da República Portuguesa. Este processo ilustra uma forma de *governamentabilidade racial* do estado português face aqueles que marca como estrangeiros.

Em suma, o Plano Especial de Realojamento é ilustrativo da persistência de racismo institucional em Portugal uma vez que, não descurando que grande percentagem da população realojada era nacional e sendo impossível perceber o número de cidadãos negros e ciganos, dado que a legislação portuguesa proíbe a recolha de dados sobre a etnicidade, a realidade é que o processo de *racialização* dos “bairros de barracas”, contribuiu para que estes fossem constituídos como uma parte colonial da chamada pós-colonialidade, delineando formas de acesso a recursos vários. Para mais, no discurso dominante, assiste-se muitas vezes à culpabilização dos moradores pela situação de exclusão na qual se encontram. Argumenta-se que esta concepção acaba por recorrer àquilo que o linguista Teun van Dijk (1992) denominou de ‘*blame the victim*’. De certa forma, este plano discursivo sustenta a invisibilização da violência perpetrada historicamente contra os imigrantes e as minorias étnicas. Esta operação de culpabilização, em conjunto com um discurso meritocrático, desloca o debate da *falta de oportunidades* para o *esforço individual* e do *sistema de discriminação institucional* para o *indivíduo*, despolitizando a discussão e invisibilizando o papel do Estado:

“Eles vão dizer que os pretos e os ciganos que estão nas barracas, estão nas barracas porque querem, porque têm condições para ir viver noutras casas e as pessoas que estão em casas sociais podiam não estar porque também têm condições para irem para preço de mercado...” (Associação Anti-racista, 19/06/2013).

É na esteira destes pressupostos que a utilização de um determinado tipo de semântica tem concorrido para reificar este discurso. Expressões como “barraca”, quando muitas das habitações são de alvenaria, significando um grande investimento económico e emocional na habitação, ou a expressão “dar casa”, em conjunto com o silenciamento dos processos que constituíram os *bairros*, contribuíram para a proliferação de um discurso estruturalmente humanitário, assistencialista e racista.

Por último, um périplo sumário por outros condicionalismos permitem perceber como existiu e persiste um conjunto de situações que tem vindo a conduzir os imigrantes para os ditos bairros de barracas. O parco investimento do Estado português no sector da habitação; a impossibilidade legal de acesso a crédito bancário por parte dos imigrantes, que se prolongou até há pouco tempo atrás – embora se perpetue até à contemporaneidade através de um conjunto de mecanismos que continuam informalmente a mediar este acesso (Dias; Silva; Kumar e Ralha, 2009) –, quando na sua maioria a aquisição de casas em Portugal aconteceu devido à facilitação de acesso dos portugueses ao crédito bancário (Malheiros e Fonseca, 2011: 63); a dificuldade de acesso ao mercado de arrendamento devido à existência de discriminação racial (*idem*), bem como uma situação económica muitas vezes precária; e finalmente, uma discriminação estrutural materializada no acesso à documentação que conduz a situações de precariedade laboral, entre outras. Neste sentido, o PER apresenta-se como uma tentativa de resolução para um *problema* (re)criado constantemente pelo próprio Estado e pelas suas tecnologias de governação que consubstanciam processos de discriminação racial face a uma grande parte da população dos *bairros*, constituídos como espaços de excepção onde o Estado de Direito se encontra, muitas vezes, suspenso (Ba, 2013a, 2013b). São estes os tempos da pós-colonialidade em Portugal.

## II. SANTA FILOMENA: A MATERIALIZAÇÃO DE UM PROCESSO

“Só se liga a habitação ao racismo quando é mesmo para incitar ao racismo, para exacerbar o racismo, se não, não se mostra”: “Isto é uma das coisas que me irrita profundamente porque enquanto não for para... para exacerbar... mostrar que eles são vândalos, que não são modernos, não sabem viver em casas e não sei o quê... o problema da discriminação (...) não existe para o Estado social. Para mostrar que eu sou um incompetente para cuidar do espaço, para viver... para aspirarem viver na cidade com toda a gente (...), ali já aparece.” (Associação Anti-racista, 19/06/2013).

A história do Bairro de Santa Filomena é uma das histórias da democracia portuguesa. É a história de muitos homens e mulheres que em meados dos anos setenta e por motivos variados migraram do continente ou das ilhas dos antigos espaços colonizados – agora independentes – rumo a Portugal. Um Portugal que se industrializava, que se urbanizava e que exteriorizava uma necessidade de mão-de-obra que elevasse pontes e torres, que desenhasse vias de alcatrão, universidades e outras obras que tal. Essas construções, marcadas ao ritmo dos pequenos e grandes eventos, foram ditando de formas diferentes a geografia da cidade de Lisboa: cresciam centros formais e periferias informais que se foram *formalizando* nas décadas seguintes. Eram bairros auto-produzidos que redesenhavam os contornos da cidade e, essencialmente, da periferia de Lisboa.

Ao longo dos anos estes espaços cresceram, transformaram-se e alguns foram erradicados através do Plano Especial de Realojamento. Outros houve que por força das circunstâncias, da vontade política ou pela luta dos moradores ali continuaram, no espaço que um dia foi um sítio e que é hoje um lugar, uma comunidade.

O Casal de Santa Filomena, na Freguesia da Mina – Amadora, é um desses espaços e é sobre ele que se centrará a nossa análise. Não porque se constitua como uma excepção, pelo contrário, porque é uma representação actual da continuidade, um exemplo paradigmático da implementação do PER, com os contornos anteriormente descritos. Não obstante, Santa Filomena é hoje a sombra do que foi em tempos. Reflexo de um processo de demolição em curso, que já levou a que



grande parte do bairro fosse arrasada e uma parte da sua população desalojada. As casas partidas e o entulho espalhados um pouco por todo o bairro não deixam esquecer que o bairro está sob ameaça constante de desaparecimento e de erradicação que se materializou, até aos dias de hoje, em quatro fases de demolição.

Muitos dos moradores chegaram em meados dos anos 70, depois de alguns terem vivido nos casebres da empresa de construção civil J. Pimenta (e em outros sítios) onde *ouviram dizer* que no Casal de Santa Filomena poderiam adquirir habitações ou terrenos a preços razoáveis que permitiriam ora reagrupar as suas famílias, ora construir uma família dado que na sua grande maioria eram jovens, muito jovens. Denote-se que por esta altura o crédito à habitação, assim como o acesso a uma habitação social, era vedado aos imigrantes, a precariedade laboral obtusa tal como hoje e a discriminação no mercado de arrendamento privado era corolário de um racismo quotidiano que marca a experiência de negros, imigrantes e ciganos na sociedade portuguesa.

Na sua maioria cabo-verdianos adquiriram pela mão de portugueses terrenos e habitações. A compra era de cariz informal, não existindo, em muitos casos, qualquer documento que a comprove, mas os valores são certos na cabeça de muitos que os recordam com precisão. Colectivamente, as famílias cujos homens possuíam já uma vasta experiência na construção civil (r)edificaram habitações em alvenaria. Construía-se nas horas vagas. O cimento era feito e circulava de mão em mão permitindo que as paredes crescessem e que as casas se adaptassem económica e organicamente às necessidades dos agregados. Com as casas, estenderam-se e nomearam-se as ruas com nome de letra e foi edificada a igreja, abriram cafés. Com o passar dos anos e a necessidade de água e de luz conta-se que os moradores chegaram a realizar um abaixo-assinado para a Câmara Municipal da Amadora. Com a contínua pressão dos moradores a CMA acabou por ceder, na condição de que todos os terrenos comprados fossem registados nas finanças, e consequentemente, a partir de meados da década de oitenta, documentos há que comprovam a inscrição das moradias, o que passou a exigir o pagamento anual do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). É também a partir desta altura que a água, a luz e os esgotos chegam ao bairro.

Com o tempo, nasceram e cresceram os filhos de Abril, casaram-se pais e filhos, nasceram netos e com eles desdobraram-se as casas para os albergar. Ao mesmo tempo, os grandes e os pequenos eventos em diferentes espaços nacionais continuavam a abrir as rotas da (pós)colonialidade, e as rotas percorridas pelos barcos que um dia transportaram escravos eram hoje as mesmas que traziam os primeiros imigrantes voluntários, a mão-de-obra. Esta (des)continuidade histórica fez com que, com a saída do bairro por algumas pessoas para procurar uma casa no mercado livre de arrendamento ou para migrarem para outros sítios, outras houve que preencheram essas mesmas casas, num fluxo de chegada, agora aéreo, que se fez sentir até recentemente. Estas pessoas que imigravam agora conheciam um país formalmente diferente, mas onde as práticas de discriminação eram tão substanciais como no passado, recorrendo por isso mesmo às estratégias um dia encontradas por outros.

Em comum tinham o facto de serem negros, imigrantes ou filhos de imigrantes, comumente designados como a *segunda geração*. Viviam num espaço constituído na continuidade da urbanização mas visto como uma descontinuidade, e sobre eles discorreram os jornais e as televisões. Aos poucos o bairro foi enunciado pelo exterior como um espaço de marginalidade e de criminalidade<sup>58</sup>. Alvo de um conjunto de intervenções policiais ao longo do tempo o que – à imagem do que aconteceu noutros sítios (i.e. Cova da Moura) – contribuiu para a *desumanização* do bairro face ao exterior. Uma *desumanização* estreitamente relacionada com um processo de *racialização* que agudizou o processo de exclusão social e que acirrou os discursos e as práticas racistas face a estes espaços, conotados com a negritude, mas no sentido contrário àquele enunciado por Césaire. Estes processos de representação concorreram para um processo de essencialização do espaço e dos seus habitantes, constituindo-o como um *espaço de excepção* à ordem social, um espaço enunciado como algo *fora do controlo* das autoridades, como aconteceu com muitos outros espaços (i.e. como o Pedreira dos Húngaros e o Casal da Mira). Estas aceções conduziram também à ideia de que a solução seria o seu desmantelamento. Ao que tudo indicava o mesmo aconteceria através da

---

<sup>58</sup> C.f. Lima, 2009; Varela, 2009.

implementação do Plano Especial de Realojamento, iniciado em 1993 através do recenseamento dos habitantes no programa<sup>59</sup> e efectivado, por acordo de adesão entre a autarquia e o Instituto Nacional de Habitação, a 11 de Junho de 1995. Sublinhe-se, no entanto, que para muitos moradores o PER só se efectivou como programa concreto alguns anos mais tarde, quando a correspondência relativa ao mesmo começa a chegar aos moradores. Conta-se que de início o recenseamento foi classificado perante os moradores como um processo de renumeração e de reclassificação do bairro não permitindo uma leitura das directrizes de um processo que à altura se iniciava.

De acordo com os dados do Departamento de Habitação da CMA, em 2003 existiriam no bairro de Santa Filomena 396 “barracas” que albergavam 397 agregados familiares (CESIS, 2004). Embora chegasse a ser equacionada pelo executivo, em 2002<sup>60</sup>, a manutenção do bairro no local – onde agora se afirmava existirem já 542 agregados – denote-se que quando o PER chega finalmente ao bairro no Inverno chuvoso de 2012, tal não se equaciona como hipótese, até porque as parcelas de terreno teriam sido congregadas e vendidas recentemente. Sublinhe-se que é igualmente por esta altura que nasce a urbanização de Vila Chã que, paredes-meias com o bairro, contribuirá através do seu *blog* e de petições públicas (2011) para a proliferação de um discurso abertamente segregacionista e criminalizador do bairro. O objectivo final deste colectivo de moradores seria o desaparecimento de Santa Filomena.

## 1. Uma história de resistência

“This in turn raises the question as to which aspect of Black Europe existence should be articulated as struggle and resistance in relation to social mobility. (...)”

---

<sup>59</sup> “No Município da Amadora, em 1993, foram recenseadas 4 855 barracas em 35 núcleos degradados onde viviam perto de 21 36 habitantes que representavam 12% do total da população residente. No conjunto dos dezanove concelhos da região metropolitana a Amadora ocupava o segundo lugar, depois de Lisboa, relativamente ao número de barracas existentes, situação que levou a Câmara Municipal a negociar um acordo de adesão PER mais prolongado, com termo previsto para 2009” (CMA, 2007).

<sup>60</sup> “(...) e nos terrenos do bairro vai nascer um novo empreendimento com 500 a 600 fogos igualmente para realojamento” (*Correio da Manhã*, 2002).

Thus whether we define struggle a la Amílcar Cabral in the context of ‘building resistance through weakness’ and resistance in the context of anti-racist struggle against ethnic hierarchy, or in Mullard’s formulation, *etharchy*, we should bear in mind that the privileged and the powerful also struggle and resist (Mullard 1988). The privileged and the powerful resist change that is not beneficial to them and struggle to accumulate wealth and protect material and moral interest on daily basis” (Nimako & Small, 2009: 3).

Em conversa com alguns moradores percebe-se que desde o momento em que o PER se efectiva, através do recenseamento da população e posteriormente num rol de discursos mediáticos, políticos e quotidianos, o programa que se materializará na erradicação do bairro passa a fazer, aos poucos, parte do imaginário quotidiano do mesmo. No entanto, a sua morosidade transforma a possibilidade da deslocação das pessoas e do desaparecimento de Santa Filomena num fantasma, num processo que de tão extenso se torna remoto. Neste sentido, embora a chegada dos fiscais da Câmara e dos editais afixados nas portas das casas dos agregados abrangidos pelo programa anunciem o início do fim só com a queda das primeiras casas, parece conceber-se a possibilidade real de desaparecimento:

“(...) durante toda a nossa vida sempre ouvimos dizer que o bairro iria sair e nós nunca acreditamos que fosse sair realmente... e muitas pessoas não estavam preparadas emocionalmente para isso e quando isso aconteceu realmente foi um baque, um choque tremendo, porque muita gente não estava preparada e se tu fosses ao bairro sentias o próprio bairro triste... as pessoas todas cabisbaixo, todas muito tristes como se tivesse acontecido uma coisa muito grave... os comentários – “Está mesmo a cair”, porque é uma parte de nós, é uma parte da vida... qualquer pessoa poderia pensar da seguinte forma: olhar para a aldeia onde nasceu ou para a casa onde... onde nasceu e cresceu e ver a sua aldeia a desaparecer... qualquer pessoa poderia pensar dessa forma. É uma mágoa tremenda porque... foi lá que os pais se casaram, muitas vezes, foi lá que os pais constituíram família, foi lá que os pais criaram os filhos, muitas vezes os avós... e ver a tua comunidade a cair, a ser despedaçada... porque não é só as casas mas sim as relações, a vivência, a cultura que é deitada abaixo com as bulldozers... com máquinas, não é?” (Morador 1, 02/10/2013).

Um desaparecimento que se radica tanto nas paredes das habitações como na dilaceração de uma comunidade historicamente imaginada através dos laços que a constituem, onde se convoca tanto mais o passado colectivo, a similitude da sua condição enquanto trabalhadores imigrantes e seus filhos, do que somente laços que se baseiem na proveniência nacional, na ascendência ou numa ideia essencialista de homogeneidade cultural reproduzida e herdada, não dirimindo a importância do imaginário cabo-verdiano enquanto matriz cultural, firmada na língua e central no quotidiano de muitos habitantes do bairro.

Não obstante, são os primeiros avisos e os primeiros atendimentos de uns e a exclusão de outros, que começam a ditar os percursos do futuro das mobilizações. Isto porque a “antiguidade” – exceptuando situações pontuais de pessoas excluídas do PER, ora por terem abandonado as suas casas devido a projectos de imigração, ora porque adquiram individualmente fogos no mercado livre – permanecia como o único critério de elegibilidade. Assim, o primeiro e único recenseamento estabelecia o critério e construía o binómio: os *PER* e os *não-PER*, os “com direito” e os “sem direito”. Este processo perpetrado e perpetuado pela autarquia parece marcar os termos da discussão, contribuindo para a divisão do bairro em dois sectores e para a fragmentação do processo de contestação:

“Então os que tinham direito achavam que não era problema deles, que... praticamente o bairro ficou automaticamente dividido... porque mesmo a própria Câmara disse que os que têm direito não têm de se preocupar – preocupem-se os que não têm direito... automaticamente a câmara conseguiu dividir o bairro” (Morador 2, 23/10/2013).

“Depois tem aquele problema de ser altamente fracturantes da própria população do bairro: ao fim de vinte anos existem os PER e os não-PER. E aí, realmente o bairro começa-se a organizar entre gente PER e gente não PER, os “sem-direito” como eles dizem: “Tu és sem direito!”... “Eu não tenho direito”... Nós, quando chegámos ao bairro, uma das primeiras coisas que as pessoas dizem é “Eu sou sem direito”. E nós dizemos “Não, toda a gente tem direito!”. Mas isto é a própria Câmara que diz “Os sem direito!” Há os “Com direito” e os “Sem direito”... Eles dizem muitas vezes “Eu sou sem direito” (Associação pelo Direito à Habitação, 15/06/2013).

Esta ideia de *diferença*, que permite a criação da ideia de um grupo e outro, trespassou o seio da *comunidade* impedindo a realização de um processo combativo conjunto, obrigando a que esta história seja contada, porque vivida, a dois tempos.

Deste modo, o primeiro subcapítulo procura contar o primeiro tempo da história das demolições no bairro, que afectou, essencialmente, os moradores que não se encontravam recenseados no âmbito do PER, o que corresponde a uma luta contra a perda da habitação e pela inclusão no programa. O segundo momento procura ilustrar a luta que se segue na continuidade e que corresponde, essencialmente, ao processo de mobilização dos moradores PER, relacionada com as condições do realojamento e pautada por uma vontade de permanência, reivindicada por alguns, através de um processo de usucapião.

Apesar das diferenças, ambos os processos ilustram as tensões entre a Câmara e os Moradores do Bairro, recontando histórias de poder e resiliência que enquadram todo o percurso dos bairros auto-produzidos, da sua génese ao seu desaparecimento. O trabalho destaca as tensões e os argumentos utilizados na relação entre os Moradores e a Autarquia e a forma como os mesmos, em conjunto com outros colectivos (Colectivo Habita, Plataforma Gueto e Movimento SOS Racismo, entre outros), recorreram pontualmente a institutos públicos nacionais (i.e. IHRU e ACIDI) e internacionais (i.e. ONU).

A pesquisa destaca igualmente a história de uma contestação ancorada numa perspectiva daqueles que a produzem, com quem o trabalho de campo foi efectuado. Estes processos realçam tanto uma luta pela habitação como pelo lugar, um património físico e simbólico, que vai para além da casa, contando igualmente histórias sobre territorialidade e convivialidade. Esta história, concentrada num espaço relativamente pequeno, retrata as acções de um país face aos imigrantes, aos naturalizados e nacionais que, numa perspectiva nacionalista mas acima de tudo nativista, exclui aquilo que considera ontologicamente distinto da cultura, da história e da “raça” como é hegemonicamente (re)imaginado.

### 1.1.Os Moradores Não-PER

Ditava a autarquia que todos aqueles que não estivessem recenseados no Programa Especial de Realojamento não teriam direito a ser realojados, o que contradizia o enunciado no Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de Maio, segundo o qual os municípios teriam de assumir, no acto de adesão, que se comprometeriam, entre outros, a:

“demolir integralmente as barracas em simultâneo com o realojamento, [e] a assegurar que os terrenos presentemente ocupados por núcleos de barracas a demolir que estejam na sua propriedade ou posse e se destinem à construção de habitação ficam prioritariamente afectos à execução do programa ou à promoção de habitação de custos controlados” (Decreto-Lei n.º163/93 de 7 de Maio, DR, I Série - n.º 106 07-05-1993, )

Perante a iminência de perderem as suas casas e numa situação de fragilidade económica agravada pela situação de crise aguda que actualmente atravessa o país, os moradores do bairro não abrangidos pelo programa, cerca de 285 pessoas – de acordo com um recenseamento feito no terreno pelo Colectivo Habita – começaram a mobilizar-se pelo direito a uma moradia que tinham construído, comprado, herdado ou alugado. Assim, informalmente e através da associação local, entraram em contacto com o Colectivo Habita, uma associação de luta pelo direito à habitação dissidente do Grupo de Habitação da Associação Solidariedade Imigrante. Depois de ter conhecimento da existência deste movimento – que havia (re)começado com o auxílio ao processo de luta dos moradores da Azinhaga dos Besouros, na Amadora, em 2005 – sugere-se contactá-los. Embora se venha posteriormente a formar uma Plataforma pelo Direito à Habitação, à excepção da centralidade óbvia da Comissão de Moradores, o Habita é a associação que está de forma mais efectiva no terreno nas duas janelas de tempo da contestação, auxiliando este processo em geral e o processo jurídico, em particular.

Numa primeira reunião que contou, essencialmente, com pessoas não abrangidas pelo programa, foi formada uma Comissão de Moradores que tinha como principal objectivo servir de canal de comunicação entre os moradores não-PER e a Câmara Municipal da Amadora. Após uma primeira recolha de informações e

alternativas e perante a iminência do início das demolições no bairro, cerca de 60 Moradores e alguns Membros do Colectivo Habita<sup>61</sup> deslocaram-se pela primeira vez no dia 21 de Junho de 2012 à CMA, no sentido de serem ouvidos pelo executivo e de exigir a suspensão imediata das demolições anunciadas até que uma alternativa viável fosse proposta aos moradores.

Neste dia teve lugar uma de duas reuniões com a então Vereadora da Habitação (hoje, presidente do Município da Amadora), Carla Tavares. Perante as reivindicações dos moradores, a Vereadora afirmou que se afigurava impossível – atendendo aos actuais constrangimentos financeiros do país – realojar aqueles que não tinham sido recenseados pelo programa, em 1993. Perante este cenário, a Câmara propunha como alternativa contribuir para a entrada destes agregados no mercado de arrendamento livre, através da disponibilização de uma verba correspondente a um mês de caução e a um/dois meses de renda<sup>62</sup>, como havia já sido sugerido pelas técnicas da Câmara na Freguesia da Mina. Os moradores objectaram, afirmando que a proposta não constituía alternativa viável para os habitantes do bairro, uma vez que estes se encontravam, tal como o país, numa frágil situação económica, o que impossibilitava suportar o peso de uma renda no mercado privado. Neste sentido, foi avançada uma proposta pelos moradores:

“Isto [o realojamento para todos os moradores] a Carla Tavares negou, que ela não faria... que ela não faria porque eles não têm, não têm condições para realojar as famílias todas e o país não se encontra... que o país se encontra em crise e eu disse: “Então se o país se encontra em crise e o país não tem condições... para realojar as famílias todas, então a Câmara realoja as famílias que a Câmara acha que tem condições para realojar essas famílias e outras famílias que a Câmara acha que não tem condições de realojar porque não há dinheiro, o país se encontra em crise... então deixe essas famílias estarem onde eles estão e quando... amanhã o país estiver bom, a crise passar e o país estiver bom e a Câmara tiver condições de realojar essas famílias, então tira daí as famílias” (Morador 2, 23/10/2013).

---

<sup>61</sup> *Público*, 2012.

<sup>62</sup> Note-se que através de conversas informais com um conjunto de pessoas se percebeu não só que a oferta variou entre dois e três meses de renda e que não há conhecimento de que até ao momento algum dos moradores não-PER tenha recebido qualquer indemnização.



Conta-se que Carla Tavares rapidamente declinou a proposta afirmando que a implementação do plano, já atrasada, deveria ser concretizada o quanto antes. Insatisfeitos, os moradores mantiveram-se em protesto em frente à CMA, exigindo falar com o seu Presidente, Joaquim Raposo. Pretendiam entregar-lhe uma Carta elaborada pela Comissão de Moradores (Anexo VIII). Perante a persistência a resposta da Câmara foi muda, a carga policial efectiva. É aqui que pela primeira vez as demolições e, na altura, a sua possibilidade, passam a integrar, embora pontualmente, a agenda mediática<sup>63</sup>, ainda que de uma forma bastante ambígua, na medida em que notícias existiram que procuraram elaborar uma análise mais crítica das demolições enfatizando e enquadrando o processo de luta dos moradores<sup>64</sup>, enquanto que outras optaram por um discurso de criminalização do bairro<sup>65</sup>, na continuidade da linha discursiva já apresentada em capítulos anteriores. Apesar da cobertura de alguns eventos, no geral o processo manteve-se invisível no espaço público do debate, carente de apoio institucional em particular e da sociedade civil no geral:

“Achamos que há uma grande indiferença por parte da sociedade em relação a este problema e eu acho que isto tem a ver também com o facto de serem pessoas... hah... que são os chamados imigrantes e as minorias... e... são os pretos e etc. Porque uma vez, eu até a falar com um jornalista (...), estávamos a ser agredidos pela polícia e estávamos a chamar a comunicação social para vir e eles até costumam gostar de sangue mas ele disse: “Ah minha senhora, pretos e pobres não vendem”...” (Associação pelo Direito à Habitação, 15/06/2013).

Perante um silêncio ensurdecador e na iminência dos desalojamentos, os moradores e o Colectivo Habita organizaram-se e elaboraram um conjunto de acções de protesto, nomeadamente:

i) participação na Assembleia Municipal da Amadora (28/06/2012) com o objectivo de denunciar a situação e exigir o cumprimento do Artigo 65º da Constituição da República. No comunicado de imprensa que dá conta

---

<sup>63</sup> *Jornal de Notícias*, 2012; *TVI* (2012); *SOL* (2012).

<sup>64</sup> Rainho, Pedro, 2012.

<sup>65</sup> Coelho, 2012.

da participação na Assembleia Municipal aparecem denunciadas tanto a alternativa apresentada pela Câmara Municipal relativa ao apoio de dois/três meses de renda como, e pela primeira vez, a possibilidade do retorno prevista no D.L. 79/96 que a Câmara decide operacionalizar;

ii) elaboração de uma carta de solidariedade à CMA (02/07/2012) (Anexo IX);

iii) apresentação de uma queixa contra a Câmara Municipal da Amadora à Organização das Nações Unidas (ONU) por parte do Colectivo Habita, dirigida, entre outros, ao *Perito Independente sobre Assuntos de Minorias* e ao *Alto Comissariado sobre as Minorias Nacionais da OSCE* (16/07/2012);

iv) organização e realização de uma visita de deputados, investigadores, activistas e representantes de várias Organizações Não-Governamentais de direitos humanos ao Bairro (18/07/2012)(Anexo X);

v) apresentação, por sugestão do gabinete do Comissariado para os Direitos Humanos do Conselho da Europa, de uma queixa à Provedoria de Justiça (18/07/2012).

O último documento, tão importante quanto os restantes, merecerá algumas considerações de análise, na medida em que despoletou uma resposta por parte do Provedor-Adjunto de Justiça que ilustra, de certa forma, os processos descritos anteriormente. Na denúncia do Colectivo Habita sublinha-se a imigração como condição essencial para pensar este processo, denunciando que no atendimento às famílias – entre outras propostas, como o apoio temporário ao arrendamento – tem sido sugerido que estes “voltem para a sua terra”, Cabo Verde<sup>66</sup> ao abrigo do Programa de Retorno, e embora a discriminação racial não seja directamente enunciada, sendo o foco o direito à habitação, a ideia da sua existência figura também quando se alega a violação, entre outros, do Artigo 5º(e)(iii) do Contrato Internacional sobre a Eliminação da Discriminação Racial.

---

<sup>66</sup> Habita (2012), “Bairro de Santa Filomena: Conselho da Europa atento a violações dos Direitos Humanos na Amadora”, 19 de Julho.

Em resposta a Provedoria de Justiça argumenta que embora de acordo com o PROHABITA<sup>67</sup> se previsse a possibilidade de auxílio ao alojamento daqueles que não se encontrassem recenseados no programa (mas fossem desalojados em virtude das demolições efectuadas no âmbito do mesmo) até uma solução ser encontrada, considerando que o financiamento por parte do Estado, através do IHRU, “se encontra comprometido pelas contingências orçamentais notoriamente conhecidas, *os apoios estariam ao encargo do município*” (Provedoria da Justiça, 2012). Em relação às propostas de repatriamento, a Provedoria é concisa argumentando que lhe foi retorquido ter resultado, provavelmente, de um “equivoco de comunicação que não se repetirá” (*idem*), acrescentando que “*alguns repatriamentos para Cabo Verde têm merecido apoio municipal, em concertação com a representação diplomática daquele País, mas sempre a pedido dos interessados*” (Provedoria de Justiça, 2012).

Por último a provedoria evoca “*interesse público prioritário na demolição parcial do bairro*” (*idem*) atendendo às “*indicações das forças de segurança que apontam para a necessidade de sustar a crescente concentração de actividades preparatórias de delitos criminais*” (Provedoria de Justiça, 2012). É aqui que, uma vez mais, o discurso dos media se encontra com aquele da legalidade, em que o espaço segregado e os comportamentos das suas populações são constituídos, de forma essencialista, no *delito* e na *criminalidade*.

Esgotado de certa forma o caminho da Provedoria (embora se mantenha a atenção e a comunicação) e considerando que a maioria dos moradores eram imigrantes, o protesto dirigiu-se desta vez para o ACIDI. Destaque-se que o Alto Comissariado contempla nos dois Planos para a Integração dos Imigrantes (PII) (2007-2009/2010-2013) medidas particularmente relacionadas com o sector de habitação, sendo de sublinhar ainda que, ao comparar ambos os PIIs, uma medida que contemplava a aceleração da conclusão do Programa PER (Medida 19, 1º PII) e o reforço de soluções alternativas para habitantes de bairros intervencionados no seu âmbito mas que não constassem no recenseamento inicial (Medida 20, 1º PII), embora constem no primeiro Plano não figuram no segundo - estas alterações ficam

---

<sup>67</sup> DL 135/2004, de 3 de Junho e, em particular, no seu artigo 23.2-E, n.5 1, alínea b.

por explicar numa altura em que o PER ainda decorre. A 24 de Julho, os Moradores, o Colectivo Habita e a Plataforma Gueto, admitindo que o ACIDI tem como missão *“colaborar na concepção, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectorais, relevantes para a integração dos/as imigrantes e minorias étnicas”*<sup>68</sup>, exigiram uma reunião ao instituto público – concedida somente aos moradores, onde o movimento associativo foi obrigado a ficar à porta. Acrescente-se que esta reunião figurou como o único contacto conhecido entre o ACIDI e todo este processo.

Dois dias depois iniciavam-se as demolições do bairro, que numa primeira fase deixaram um conjunto de agregados sem alternativas habitacionais. Recontam os moradores que o bairro madrugou a 26 de Julho cercado pela polícia. Em seguida ouviu-se o barulho das máquinas que, em conjunto com os técnicos da Câmara, trilhavam percursos no bairro, batendo à porta das pessoas, acordando-as. No frenesim o bairro foi sendo ocupado pelas técnicas da CMA e da Santa Casa que convocavam as famílias para atendimento, enquanto as demolições decorriam:

“ (...) quando chegou o dia 26 de Julho... eram 8 da manhã, eram 8 da manhã, as pessoas acordavam e assustaram-se... o bairro... o bairro já estava cercado, já estava cercado, cheio de polícia... eles fecham o bairro todo, à volta do bairro todo. Já não deixavam entrar pessoas dentro do bairro, quem sai já não entrava e por volta das oito e meia apareceram as máquinas, apareceram as máquinas, apareceram os homens da Câmara. Apareceram os camiões e começaram a acordar as pessoas – a essa hora ainda as crianças estavam a dormir... estavam a dormir. Bateram às portas: *“têm de acordar porque a casa vai abaixo e vocês já foram avisados”*. Foram acordando as pessoas e foram aparecendo as técnicas da Câmara, as técnicas da Santa Casa... o que é que aconteceu? Foram tirando as famílias de dentro de casa, vêm as técnicas da Câmara e da Santa Casa levavam uma família... *“olha vem para aqui, vamos procurar uma solução... vens para aqui para o atendimento...”* – levavam aquela família para o atendimento, ao pé

---

<sup>68</sup> Habita (2012) “Comunicado nº5, “Amanhã, pelas 15h, no ACIDI. Moradores/as do Bairro de Santa Filomena reúnem com a Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural”, 23 de Julho. Disponível em <<http://www.habita.info/search/label/comunicados>> (Consultado a 19/07/2013).

de um carro fora do bairro, do outro lado e... enquanto as técnicas da Câmara e as técnicas da Santa Casa estão a falar com essa pessoa, por detrás vêm os trabalhadores da Câmara, vem a Polícia, arrombam a casa, arrombam a porta de casa enquanto a pessoa está no atendimento, está fora... arrombam a casa, eles entram, encostam o camião – os trabalhadores da Câmara – eles entram, tiram toda a mobília de casa, carregam, esvaziam a casa toda, quando a casa estiver vazia vem a máquina, manda a casa abaixo e a pessoa da casa quando sai do atendimento para vir ver realmente o que é que se está a passar em casa, ou precisa de tirar alguns documentos ou alguma coisa que é necessário... quando chega, a casa já está a ir abaixo... e já está a ir abaixo e já não deixam aproximar ao pé da casa... ela só vê as coisas dela em cima do camião a ser levado, sem saber onde é que as coisas vão, sem nada...” (Morador 2, 23/10/2013).

Confrontadas com a ausência de soluções, as famílias desalojadas dependeram então da solidariedade de amigos e familiares que as albergaram, alugaram casas no mercado privado de arrendamento que não podem sustentar ou que as obrigam a concessões noutros sectores da vida privada.

Na manhã de dia 27 o cenário repete-se, um morador é desalojado e detido por irregularidade da documentação. Na esteira destes acontecimentos a Plataforma Gueto divulga o primeiro de dois comunicados que possibilita uma análise mais aprofundada do processo a ocorrer em Santa Filomena a partir de uma perspectiva anti-racista. Este documento representa uma tentativa de abrir um debate que se estabelece na continuidade de um processo histórico de *racialização* das comunidades dos *bairros* como parte de uma política económica que tem tanto de contemporaneidade como de colonialidade (Anexo XI). Sublinha-se, pela primeira vez em todo este processo, a discriminação racial e o racismo ambiental como factores centrais num processo de violência física e psicológica sobre os moradores, que inclui não só a constante presença e actuação da polícia, como um conjunto de chantagens levadas a cabo pela autarquia, insistindo-se na necessidade de uma intervenção do ACIDI (Plataforma Gueto, 2012a). Estas chantagens relacionavam-se em parte com o que se havia assistido na manhã de 27 de Julho a propósito da detenção de um morador. Em conversa com alguns moradores e activistas conta-se

que algumas pessoas foram abordadas pelas técnicas camarárias, que as avisaram que se estas não abandonassem as suas casas, seriam abordadas pelo SEF, o que, no caso de não terem a sua documentação regularizada, poderia significar uma ordem de expulsão<sup>69</sup>:

“(...) houve mais saída e entrada de pessoas naquela parte... e a maioria das pessoas que estavam lá são pessoas que estão em Portugal há não muito tempo, ou melhor, há menos tempo do que as que estão na parte de cima e naturalmente são as pessoas que estão em condições mais precárias: não têm autorização de residência, têm um trabalho precário... os filhos, filhos pequenos, não têm filhos que nasceram cá, não têm filhos que... ou podem até ter... mas que estudaram cá, que têm outra formação e essas pessoas... hah... a Câmara sentiu um terreno muito fértil para plantar a sua política. Porquê? Porque são pessoas que facilmente eram pressionáveis e uma das formas de pressionar – dizem-me as pessoas.. uma das formas que a Câmara encontrou de pressionar as pessoas foi ameaça-las com o SEF. Pessoas que não tinham autorização de residência, as técnicas diziam *“Olhe ou você sai e aceita uma renda de três meses ou então nós denunciamos no SEF!”* e acredito que fossem capazes de o fazer... *“Denunciamos no SEF e dizemos que a senhora não tem autorização de residência, ou que a família não tem”*... e aconteceu... e isso é real... aconteceu... muitas pessoas abandonaram as casas e fugiram com medo e deixaram lá os três meses... que é para não serem denunciadas porque a partir do momento em que uma técnica de uma Câmara diz a alguém que veio para Portugal que vai denunciá-la, ela não vai ficar... porque ela pensa logo... *“não vou ficar à espera que o SEF me bata à porta... não é? Perco a casa mas estou em Portugal”*. Porque normalmente as ameaças vinham acompanhadas de *“vou-te mandar para Cabo-verde ou outra coisa qualquer”*...” (Morador 1, 02/10/2013).

Após um período sem demolições que se pautou pela elaboração de um segundo comunicado da Plataforma Gueto, uma Resposta à Alta Comissária Rosário

---

<sup>69</sup> Posteriormente a Junta de Freguesia alegaria também a impossibilidade de passar atestados de residência aos moradores do Bairro de Santa Filomena, necessários para o tratamento de um conjunto de burocracias.

Farmhouse, a 7 de Agosto (Anexo XII), em que a ligação entre o contemporâneo e o colonial está bastante vincada:

“Mas são imigrantes, ou já descendentes de imigrantes, negros. Portugueses negros. São a maioria! São aqueles que chegaram no que a literatura académica chama vagas de imigração, mas que não foi mais do que importação de mão-de-obra barata. (...) Não foi diferente da importação dos nove mil negros escravizados que, há quatro séculos, constituíam 10% da população de Lisboa, plantavam os campos nos arredores da cidade e faziam todo o tipo de tarefas desprestigiadas, face à escassez de mão-de-obra, apenas para serem depois escoraçados para Alcácer do Sal pelo Marquês de Pombal. Não foi diferente da importação dos que, já no século XX, foram levados de Cabo-Verde para São Tomé e Príncipe, através da figura dos Contratados, para as roças de cacau de Salazar, tendo como pagamento apenas um pouco de peixe seco e xerém, porrada e abandono.

A esmagadora maioria dos imigrantes portugueses – sim, portugueses – são estas pessoas que, após terem contribuído tanto para as contas, imagem, cultura e valores deste país, entrando pela porta dos fundos de Lisboa, são agora escoraçados para os Alcáceres do Sal dos nossos dias. São aqueles que, do fundo das senzalas de Portugal, são brutalmente agredidos e/ou assassinados pela polícia, sem que o ACIDI arranque uma única condenação. São aqueles negros e negras que, invisibilizados por estatísticas sobre imigração onde a raça não é tida em conta, estarão, certamente, com mais de 50% da sua população desempregada – muito acima dos 15% da média nacional” (Plataforma Gueto, 2012b);

pela realização de uma intervenção artística que procurou reconhecer e personalizar o bairro perante a opinião pública, a 2 de Setembro; eis que a 19 de Novembro de 2012 o bairro conhece uma segunda fase de demolições, que desencadeará um protesto dos moradores nas instalações da sede do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) atendendo ao facto de que, no limite, caberia ao Estado, na figura do agora IHRU, o financiamento e a monitorização do PER, segundo o D.L. 163/93. No entanto, também este processo parece não ter sortido, até ao momento, qualquer efeito. Ainda antes de terminar o ano é organizado um almoço de solidariedade no bairro e um filme que procura retratar a situação física do bairro.

Já em 11 de Janeiro de 2013, perante as constantes ameaças de demolição de casas, é convocada uma concentração no bairro que acaba por rumar à CMA, sem qualquer resposta por parte da autarquia. A 3 de Fevereiro de 2013 acontece um encontro com o Embaixador de Cabo-Verde, que embora demonstre preocupação e solidariedade com os moradores acaba por alegar a impossibilidade de qualquer intervenção do Governo Cabo-verdiano. A 14 de Março realiza-se um dos vários jantares/concerto e três meses depois o Colectivo Habita reúne com a Relatora da ONU, a 26 de Junho de 2013. A 8 de Julho de 2013 o *International Network for Urban Research and Action* (INURA), após uma visita ao bairro, dirige uma carta ao Presidente da CMA denunciando o processo e uma semana depois, a 15 de Julho, é efectuada uma queixa ao provedor de justiça por violência policial no interior no Bairro de Santa Filomena. Dois dias depois, a polícia municipal afixa avisos de demolição no bairro. A 29 de Julho, praticamente um ano após as primeiras demolições, voltam a ser demolidas mais casas, o que origina uma nova concentração contra os despejos, promovida pelos moradores em conjunto com o Colectivo Habita. Dez dias depois um grupo anónimo promove uma nova concentração, onde não se encontra presente nenhum morador do bairro. Por esta altura o movimento de contestação dos não-PER está cada vez mais enfraquecido, na medida em que muitos foram já desalojados. O bairro é uma sombra do passado. Os que continuam lutam com os advogados, as providências cautelares acumulam-se no tribunal Administrativo de Sintra, tal como se acumula o cansaço e o desgaste se faz notar na voz cada vez menos esperançosa daqueles cujas casas continuam de pé, na iminência da queda, perante a aparente indiferença da sociedade.

Com a aproximação das eleições autárquicas os ânimos acalmam mas o medo é constante e, após um novo período sem demolições, a 18 de Outubro as máquinas voltam a entrar no bairro destruindo mais algumas casas. Desta vez os fiscais da Câmara ameaçam demolir uma casa que está ao abrigo de uma tutela pré-cautelar (Artigo 128 do código do procedimento dos tribunais administrativos). À chegada da advogada a demolição é interrompida quando as máquinas estão à porta. A casa, já sem janelas e portas, dita que mais um agregado está na rua, com os bens armazenados num qualquer sítio, depois de tantos telefonemas e abordagens para



que a mesma fosse desocupada. O desalento parece ser agora o sentimento que prolifera. Com o tempo os escombros e os pedaços de terra que denunciam a ausência das casas e dos seus habitantes vão engolindo o bairro.

## **1.2. Os Moradores PER**

Os finais de tarde assistem à chegada dos moradores do bairro a casa, testemunham a sua presença e as conversas na hora que antecede o jantar. A igreja tem gente no seu interior e a mesa onde se lançam as cartas ocupa o solo de outras contendidas. Restam alguns moradores. Muitos dos primeiros a chegar são também os últimos a partir. Inscritos no Programa PER à data do único recenseamento no bairro, estes agregados têm direito ao realojamento. Sublinhe-se que algumas das famílias PER têm vindo a ser realojadas no decorrer de todo o processo mas, grosso modo, continuam a ser a maioria ainda presente no bairro. Muitas destas pessoas são portuguesas e negras, por naturalização, nascimento ou ambos. Desde Janeiro que têm vindo a receber correspondência da Câmara, alguns antes, até. São chamados a atendimentos onde lhes pedem documentação e propõem a casa que passará a ser *sua* mediante o pagamento de uma renda calculada a partir do rendimento do agregado. São propostas casas em Bairros de habitação social na Amadora como o Casal da Mira ou o Casal da Boba, são sítios longínquos dos seus percursos habituais, mas sobre isso não falam muito embora não escondam, quando questionados, a vontade de permanecer ali com a comunidade que construíram, nas ruas onde cresceram e envelheceram – isso sim, seria o ideal, ainda por cima se lhes permitissem ou auxiliassem o restauro das habitações construídas.

Apesar do desgosto pela saída do bairro, o grande problema face à proposta da Câmara e ao realojamento tem sido a rejeição da mesma em desdobrar os agregados familiares. Segundo os moradores acontece que a Câmara não equaciona a variável tempo uma vez que as crianças dos anos 90 são muitas delas pais e mães na segunda década de 2000: os agregados cresceram, desdobraram-se em novas pequenas famílias e exigem, hoje, a sua autonomia e a sua intimidade. Apesar disso a Câmara parece insistir em albergar num mesmo apartamento T4 (máximo) avós, filhos e netos. Os moradores rejeitam esta solução, argumentando que é necessário

actualizar o plano de realojamento de acordo com as necessidades actuais das pessoas e não realizá-lo atendendo a um passado que não existe.

Em desacordo com esta proposta, que ora desconsidera a hipótese de desdobramento ora procura excluir membros do agregado familiar porque estes embarcaram temporariamente em projectos de migração, os moradores têm declinado as propostas de realojamento das técnicas da Câmara:

“(…) que tinham lá uma casa, quatro assoalhadas mas eles só cabem lá se a Câmara retirar um elemento do agregado familiar e então estão a atacar um rapaz que viajou (...) durante dois ou três meses, não deve ter chegado aos três meses.. e agora regressou e a Câmara não quer... exclui-o do PER... vai exclui-lo do PER porque ele já não vive cá... É que tu já nem podes viajar... quando o próprio Primeiro Ministro está a dizer: “*viajem!*”. Estamos reféns do próprio Estado, não é? Não podemos sair porque se sairmos perdemos um direito que é nosso, eles até rezam para que isso aconteça” (Morador 1, 02/10/2013).

A Câmara, no entanto, argumenta que o desdobramento não é possível e perante esta situação tem procurado coagir os moradores a aceitarem o realojamento nos termos propostos. Tal tem correspondido ao envio de cartas que solicitam a presença dos moradores para a entrega das chaves da casa e da afixação de editais de aviso de demolição (Anexo XIII), o que parece figurar como uma forma de pressão para aceitação dos termos do contrato propostos pela CMA:

“... as pressões... que eu saiba, é no sentido de “*Ou vêm buscar a chave ou nos excluimos-vos do PER*”... “*ou vocês aceitam a casa, esta casa... esta casa... ou vêm buscar a chave*” – vinha mesmo a falar das chaves – “*ou vêm buscar a chave ou nós excluimos-vos do PER*” (Morador 1, 02/10/2013).

Assim, se no caso dos moradores não-PER a pressão parecia ser exercida através da documentação, aqui a casa e a tipologia da casa parece ser o centro da tensão. Neste sentido, uma das estratégias das famílias tem sido o acompanhamento dos pais por parte dos filhos:

“... cada jovem tornar-se dentro da sua própria casa o escudo para a família... e a sua própria casa, não deixar os pais irem sozinhos à Câmara (...)

Basta as técnicas criarem uma dúvida que eles podem ficar sem casa para eles aceitarem qualquer coisa. Que podem perder a casa e ficar na rua para eles aceitarem qualquer coisa...” (Morador 1, 02/10/2013).

A situação é agora de impasse, não se sabe o que acontecerá nem de que forma a Câmara procederá. Denote-se no entanto que é neste momento que as lutas dos moradores PER e não-PER se cruzam, não no tempo mas no propósito, uma vez que embora com objectos diferentes o problema é o mesmo: a desactualização de um programa e as assimetrias entre o programa e a sua aplicação, num contexto autárquico que parece ignorá-los como cidadãos de pleno direito. Sublinhe-se aqui a ligação entre a *racialização* dos bairros da Amadora que concorre para a criação da ideia de um *corpo urbano poluído* – radicado numa ideia de *diferencial colonial* – que parece personificar-se no corpo dos seus habitantes subalternizados na sua relação com e pelo poder político. O silêncio das instituições públicas, da provedoria da justiça, da classe política, dos *intelectuais públicos* e da sociedade maioritária, em geral, estabelece os termos da inexistência de um debate.

Enquanto a etnicidade é comercializada, agora, nas esplanadas do centro, a discriminação racial é silenciada na periferia. Quando muitos dos bairros sociais camarários co-existem já há algum tempo nas franjas da periferia de Lisboa e começa a haver um discurso de que a concentração não funciona, e numa altura em que o país se encontra financeiramente ainda mais constrangido que antes, a estratégia implementada pela Câmara Municipal parece ser a dispersão, essencialmente através da exclusão:

“Criaram a ideia de que os bairros sociais, a solução dos bairros sociais é uma má ideia, que não se devem criar mais bairros sociais porque dão problemas para depois, quando resolvessem avançar e demolir as casas as pessoas não pensarem “ai não, eles têm direito a um bairro.. a uma casa social... a um bairro social, devem ser deslocados”... não vão pensar porque vão pensar “ai não... eles dão problemas se fizerem isso e então o melhor é demolir as casas, vamos fechar os olhos e fingir que não estamos a ver, eh pá, que se lixem!” (Morador 1, 02/10/2013).

De acordo com um relatório da Câmara Municipal da Amadora, em Junho de 2013, o PER tinha já no Casal de Santa Filomena uma taxa de execução de 80,04%, traduzindo-se no realojamento de 229 agregados e na exclusão de outros 114 (Anexo XIV). Perante o processo de silenciamento do protesto e da imutabilidade do decurso da história os moradores experimentaram uma vez mais, depois de tantas, agarrar essa mesma história com as próprias mãos.

### **1.3. A Acção de Usucapião**

Admitindo a criação de uma *certa* descontinuidade entre a história do Casal de Santa Filomena e das áreas urbanas que têm vindo a circunscrever o espaço do bairro, por motivos que foram já avançados em capítulos anteriores – ocorrendo em diferentes planos que excedem a esfera do planeamento – será interessante destacar duas histórias que decorrem aqui em paralelo no espaço e que se cruzam nesse mesmo espaço.

Por um lado fala-se da formalização através da contratualização predial de um conjunto de terrenos que retalham cartograficamente o bairro, um processo de compra e venda mas sem fixação. Dividido em sete parcelas (17G, 18G, 20G, 21G, 22G, 23G, 24G) e com diferentes proprietários privados, os prédios rústicos (no sentido legal) pertenciam nos anos 50 e 60 a famílias que habitavam, maioritariamente, na cidade de Lisboa. Os anos foram passando e por venda ou herança as parcelas de terreno parcelavam-se ainda mais ou uniam-se, conhecendo vários outros proprietários. Na década de 80 e 90 estabeleceu-se um processo de expropriação por utilidade pública conduzido pela Câmara Municipal da Amadora, relativo a um terreno que circunda o bairro. No final da década de 90 alguns dos prédios são adquiridos pela *Geralnova - Compra, Venda e Exploração de Imóveis S.A.* (Amadora). Na década de 90 e até meados da primeira década do século XXI a monotonia dos nomes acentua-se, na medida em que grande parte dos prédios são adquiridos pela empresa *Moinhos de Vilã Chã Actividades Imobiliárias Lda.* Os nomes próprios desaparecem definitivamente em 2007, quando todas as parcelas são vendidas por um valor conjunto de 47.630.000 Euros ao *Villafundo - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado* gerido por *Millenium BCP - Gestão de*

*Fundos de Investimento S.A.*, que tem como seu depositário o *Banco Comercial Português. S.A.*, isento do pagamento de IMI e de IMT<sup>70</sup>. Note-se ainda que estes terrenos, embora estejam inscritos no registo predial enquanto prédios de natureza rústica, contam já, de acordo com o Plano Director Municipal da Amadora, como urbanos.

Por outro lado, fala-se da contratualização oral entre as pessoas que vivem hoje no bairro e que receberam das mãos dos antigos possuidores a licença de ocupar o espaço e de ali (re)construírem as suas casas, após o pagamento das subvenções exigidas, e que se mantêm nelas (exceptuando algumas que foram já demolidas no âmbito do PER) até aos dias de hoje. Estes vendedores eram maioritariamente portugueses do interior que teriam migrado para Lisboa e ali teriam constituído posse, hoje já falecidos. Com o passar dos anos e com o aumento da imigração para Portugal e a fixação de muitos destes imigrantes em Lisboa, os terrenos serviram à transformação de barracas de madeira e chapa em casas de tijolo e telha. Ora, estes moradores, independentemente de incluídos no PER, enfrentam um processo de ameaça de remoção do espaço e é nestas circunstâncias, quando o bairro começa a desaparecer – e pensando que deveria ter sido mais cedo – que estes moradores, em conjunto com um grupo de advogados, instauram uma acção por usucapião<sup>71</sup> dos terrenos que ocupam. Esta acção de usucapião reivindica a propriedade dos terrenos para aqueles que os ocupam há um período de 25 ou, em alguns casos, há menos tempo, dependendo da especificidade do processo de ocupação.

Este processo, embora se pretenda de cariz colectivo, tem de correr também através de acções individuais e enquanto que uma acção individual foi já entregue, a acção colectiva está a ser preparada e deverá dar entrada no tribunal de Sintra até ao final do ano. Neste sentido foi elaborado pelo grupo de advogados um inquérito com um conjunto de questões de caracterização dos agregados, com informações necessárias à elaboração da acção. A maioria indica ter chegado ao bairro na década

---

<sup>70</sup> VILLAFUNDO, 2006.

<sup>71</sup> Artigo 1287.º do Código Civil.

de 70 e 80 e embora não tenha documentos que comprovem a compra da sua casa, as mesmas encontram-se, até agora, todas registadas nas finanças desde a década de 80 (i.e 1982/84/85/89), pagando todas, excepto uma, contribuição autárquica, água, luz e esgotos, dos quais os moradores apresentam registos. Embora se receie que o processo de usucapião possa vir tarde quando se assiste à demolição pontual mas ritmada do espaço, o processo segue em tribunal. Reuniões de moradores e de advogados continuam a levar o processo para a frente e, quando juntos, o ânimo é grande, perante um grupo de pessoas que, consciente do estigma que marca o espaço onde habita, tem noção dos seus direitos. Este processo contra uma entidade particular, que corre em paralelo ao Plano Especial de Realojamento, materializa a vontade colectiva da permanência e ilustra o sentido da pertença a um espaço que tem tanto de físico como de imaginado. Sobre o processo não se poderá acrescentar mais por agora, uma vez que este ainda decorre.

Este capítulo procurou, através de uma síntese da materialização do PER, reconstruir a narrativa dos moradores face a um processo que se tem concretizado na exclusão de um conjunto de pessoas, e por diferentes motivos, no acesso à habitação. Embora acontecimentos desta natureza tenham vindo a marcar de forma ubíqua o tempo e o espaço do Plano Especial de Realojamento, procurou aqui salientar-se os contornos particulares desta situação.

Evidencie-se, por um lado, a existência de discriminação racial - materializada através do conjunto de ameaças que envolveram cidadãos imigrantes, bem como a hipótese considerada do retorno - ao mesmo tempo que não pode descurar-se que o facto do PER acontecer num espaço que acumula, à imagem do que foi já descrito aquando do processo de reconhecimento da periferia, enunciados exteriores de *racialização* e *criminalização* do espaço. Neste sentido, o realojamento corresponde a um processo de (re)territorialização das relações coloniais e o desalojamento das populações a um processo de (re)imaginação dessas mesmas relações, uma vez que os cidadãos, maioritariamente portugueses negros e imigrantes, continuam a ser relegados para um segundo plano de cidadania, e amplamente vigiados através da presença certa dos olhos da sociedade e da polícia. No entanto, devido a um

conjunto de processos (anteriormente mencionados) que concorreram para um jogo de (in)visibilização do racial no debate público, denota-se que esta invisibilização é continuada também no processo de contestação. Note-se que o debate aberto pela contestação relaciona-se, essencialmente, com o direito à habitação, contestando o silêncio e a violência institucional de que são alvo os moradores do bairro. Assim, embora presente num conjunto de documentos e materializada nas pessoas a quem os mesmos são endereçados, a discriminação racial parece ocupar um lugar secundário neste processo, à excepção do discurso da Plataforma Gueto (como já vimos) e de um dos Dirigentes do Movimento SOS Racismo, Mamadou Baila Ba, através de um artigo redigido a 23 de Novembro de 2012:

“Há uma espécie de consenso a este respeito e é por isso preciso rompê-lo: esta falha não tem apenas a ver com falhas técnicas na análise da situação que resultaram involuntariamente na exclusão de milhares de pessoas do programa. A exclusão destas pessoas do PER e a sua subsequente permanência em bairros de barracas, resulta sim da cultura da desconfiança contra o pobre e da ideologia racista que assenta na territorialização da pobreza para legitimar a segregação espacial e racial. (...)A guetização das comunidades imigrantes conflui numa exclusão urbana que cria menos oportunidades objetivas (emprego, serviços públicos como o transporte, a saúde, educação, etc.) e subjetivas (sentimento de bem estar, direito de cidadania, de pertença e acesso ao espaço público, simbólica e concretamente)” (Ba, 2012).

## CONCLUSÃO

Era importante *começar a acabar*, porque o tempo do trabalho e da leitura assim o exigem. Nas páginas deixadas para trás e na extensão do papel procurou analisar-se o desenho e a implementação do Programa Especial de Realojamento e, em particular, a sua materialização num espaço específico, o Bairro de Santa Filomena. Como argumento evidenciaram-se as componentes coloniais da contemporaneidade e, em particular, o racismo como o grande legado do colonialismo.

Considerando que o sistema de categorização racial/étnica das populações – a partir da invenção da “raça” – e a sua efectivação no imaginário (i)material através de discursos de *racialização* tem tanto de passado como de presente, foi essencial entender a forma como o mesmo se (re)territorializa na contemporaneidade moderna e democrática. Não obstante, a epistemologia moderna parece não *reconhecer* a centralidade do racismo como legado colonial e, em particular, a forma como a ideia da “raça” tem servido para *justificar, legitimar e perpetuar* clivagens no acesso ao poder, à auto-determinação e à liberdade. Neste sentido são raros os trabalhos que elejem “raça” e o racismo como temas de debate, relegando-os a campos marginais do discurso académico.

Considerando a centralidade da academia na produção do conhecimento e dos termos do debate, argumenta-se que a invisibilização e/ou a despolitização destes na esfera académica acaba também por informar e, no limite, contribuir para a proliferação de *um certo* enquadramento do discurso político e mediático sobre história, memória, “raça”, (anti-)racismo, imigração e minorias étnicas. Assim, argumenta-se que o *discurso público* tem concorrido para a *racialização* e a *subalternização* de uma parte substancial da população através de um conjunto de disposições e associações narrativas, que tem concorrido para a (re)edificação de um quadro de representações eurocêtricas e racistas relativamente consensuais e consensualizadas, com consequências reais na vida das populações e, em particular, dos portugueses negros e ciganos e dos imigrantes.

Este quadro eurocêntrico de interpretação do mundo, incapaz de *provincializar* a Europa e de *descentralizar* a nação, tem concorrido para a



construção e reafirmação da identidade nacional através da recriação constante da *fronteira*, assente na ideia da pertença histórica, cultural e racial. Esta matriz é edificada sob a égide de uma pretensa homogeneidade interna, ontológica à formação da nação, que tem vindo a estabelecer concepções de *distância* e de *proximidade*. E se num primeiro momento este binómio se materializa numa dicotomia formalizada através da categoria “nacional”/“estrangeiro”, responsável por excluir os imigrantes da participação política (i.e direito de voto), social e económica, num segundo momento parece ser a proliferação de uma ideia de “nativismo” (Nimako e Small, 2009) que recria as fronteiras internas do espaço nacional, concorrendo para a perpetuação da exclusão através de categorias imaginadas de “outro colonial” (i.e. portugueses negros) e de “outro europeu” (i.e. portugueses ciganos). Deste modo, embora formalmente as ditas minorias sejam parte do corpo da nação, não são reconhecidos como tal – é aqui que o fenótipo e a ideia de pertença histórica e cultural servem para traçar uma linha abissal entre “uns” e “outros”, relegando-os a um outro plano de cidadania.

Partiu-se da ideia de que a cidade é um espaço privilegiado para a análise da materialização das relações de poder, sublinhando-se que a periferia foi constituída como um espaço amplamente racializado, através da reificação de um síndrome sanitário forjado a partir da concepção (pós)colonial do negro e do indígena enquanto *corpos poluídos* da urbanidade. De acordo com este imaginário, a relação entre o corpo e o espaço constituía a periferia, e em especial os bairros, como excepções ao ordenamento da cidade e da civilidade moderna, *ilhas* exteriores ao espaço da nação. Esta construção da periferia ilustra a perpetuação do racismo na contemporaneidade aqui manifesto nos processos de segregação residencial, primeiro pela ausência de políticas públicas e depois pela sua implementação. Ambos os processos parecem teimar em distanciar algumas pessoas do acesso a um conjunto de bens e serviços, à mobilidade e à cidade – ao centro. É aqui que se pode falar de uma “gestão racial” das populações por parte do Estado Moderno, materializada na espacialização do quotidiano e das relações sociais. Neste sentido, o espaço imaginado através da construção da *fronteira racial* tem servido como justificação à cartografia física, ao apartamento das pessoas, à *fronteira espacial*.

Deste modo, a organização do espaço tem continuado a narrativa histórica que, através da segregação racial, tem invisibilizado e apartado negros, ciganos e imigrantes da partilha do espaço público, concorrendo tanto para a sua invisibilização quanto para a sua exclusão.

A existência do Casal de Santa Filomena e a análise da forma como o PER tem sido implementado são exemplos por excelência dos processos acima descritos. Consequentemente, argumenta-se que o processo em curso em Santa Filomena, assim como os termos da (in)existência de um debate público sobre o mesmo, ilustram tanto a forma como o Estado tem vindo a gerir situações desta natureza, como o peso do factor racial no processo de marginalização das populações etnicamente marcadas (conjuntamente com a classe). Na mesma linha, a existência de um discurso criminalizador que constitui o *bairro* como um espaço de ameaça potencial à restante materialidade urbana, profundamente ligado a um imaginário racial e racista, tem concorrido para *naturalizar* a ideia de que é necessário erradicar espaços como Santa Filomena, não obstante estes processos se materializarem, muitas vezes, através da suspensão de direitos das populações que neles habitam. Neste processo a posição do Estado parece ser legitimada, suscitando indiferença e/ou apoio por parte da sociedade maioritária. Perante esta situação resta aos moradores, aos “indígenas da república”, insistir numa luta, maioritariamente solitária.

## IX. BIBLIOGRAFIA E FONTES

AGUALUSA, José, ROCHA, Elza e SEMEDO, Fernando (1993), *Lisboa Africana*, Porto: Edições ASA.

ALTHUSSER, Louis (1999) 'Ideology and ideological state apparatuses (not towards an investigation)' in J. Evans e S. Hall (eds), *Visual Culture: the reader*. London, New York e New Delhi: SAGE.

ALVES, Ana Rita (2012), "Os Media e a Construção do Conhecimento", in *Por Outras Palavras*, Projecto *In Other Words: Web Observatory and Review, for Discrimination Alerts and Stereotypes Deconstruction*. Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais, Coimbra. Disponível em [\[http://issuu.com/ieba/docs/iow\\_compila\\_o\\_textos\\_jan2013\\_p2\]](http://issuu.com/ieba/docs/iow_compila_o_textos_jan2013_p2) (Consultado a: 19/08/2013).

APA, Livia (2009), "Uma diáspora muda", in Orlando Grossegeese e Henry Thorau, (orgs.), *À procura da Lisboa africana. Da encenação do império ultramarino às realidades suburbanas*, Actas da Secção do 7º Congresso da Associação Alemã de Lusitanistas, Colónia, 6 a 9 de Setembro de 2007. Braga: CEHUM.

ASAD, Talal (2005), "Muslims and European Identity. Can Europe Represent Islam?", in E. Hallam e B. Sweet (eds.), *Cultural Encounters: Representing "Otherness"*. London/ New York: Routledge, pp. 11-27.

ASCENSÃO, Eduardo (2013), "Following engineers and architects through slums: the technoscience of slum intervention in the Portuguese-speaking landscape", in *Análise Social*, 206, , XLVIII (1º): 154-180.

ASCENSÃO, Eduardo (2013), "The postcolonial slum: slum settlement as a 'building event' in Lisbon, Portugal". Versão *Draft*. Disponível em: [\[http://www.academia.edu/807829/The\\_postcolonial\\_slum\\_slum\\_settlement\\_as\\_a\\_building\\_event\\_in\\_Lisbon\\_Portugal\]](http://www.academia.edu/807829/The_postcolonial_slum_slum_settlement_as_a_building_event_in_Lisbon_Portugal). (Consultado a: 10/05/2013).

AUZIAS, Claire (2001) *Os Ciganos Ou o Destino Selvagem dos Roms do Leste*. Lisboa: Antígona.

BA, Mamadou (2013), “Aqui vivo, aqui voto!”. Disponível em: [\[http://www.esquerda.net/opiniao/“aqui-vivo-aqui-voto”/27487\]](http://www.esquerda.net/opiniao/“aqui-vivo-aqui-voto”/27487). (Consultado a: 01/06/2013).

BA, Mamadou (2012), “Bairro de Santa Filomena, atua a polícia onde falhou a política”. Disponível em: [\[http://www.esquerda.net/opiniao/bairro-de-santa-filomena-atua-policiaonde-falhou-politica/25614\]](http://www.esquerda.net/opiniao/bairro-de-santa-filomena-atua-policiaonde-falhou-politica/25614). (Consultado a: 01/06/2013).

BAPTISTA, Luís V. (1999), *Cidade e Habitação Social*, Oeiras: Celta.

BARATA SALGUEIRO, Teresa (2001), *Lisboa, Periferia e Centralidade*. Oeiras : Celta.

BASTOS, J. Gabriel Pereira (2007), “Que futuro tem Portugal para os Portugueses Ciganos”, in Mirna Montenegro (ed.), *Ciganos e Cidadanias*, Lisboa: Cadernos ICE, nº 9.

BERNASCONI, Robert (2002), “The Ghetto and Race”, in D. Theo Goldberg e J. Solomos (eds.), *A Companion to Racial and Ethnic Studies*. Massachusetts e Oxford: Blackwell Publishers, pp. 340-347.

BLANCHARD, Pascal e Nicolas Bancel (1998), *De l'indigène à l'immigré*, Découvertes Gallimard Histoire 345. Paris: Gallimard.

BISSEL, William C. (2011), “Between Fixity and Fantasy : Assessing the Spatial Impact of Colonial Urban Dualism, *Journal of Urban History*, 37 (2): 208-229. Publicações SAGE.

BLAUT, J. M. (1993), *The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. New York: The Guilford Press.

BRIGHENTI, Andrea (2007), “Visibility: A Category for the Social Sciences”, in SMITH, Dennis (ed.), *Current Sociology*, 55 (3): 323-332.

CABRAL, Amílcar (1976), *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral. A Arma da Teoria. Unidade e Luta*, Vol. 1 e 2. Lisboa: Seara Nova.

CACHADO, Rita Ávila (2013), “O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social”, in *Análise Social*, 206, XLVIII (1º): 134-152.

CACHADO, Rita Ávila (2013), “Introdução”, in R. Ávila Cachado e J. Baía (orgs.), *Políticas de Habitação e Construção Informal*, Lisboa: Mundos Sociais, pp. 1-6.

CACHADO, Rita D’ Ávila (2012), *Uma Etnografia na Cidade Alargada*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

CASTELO, Castelo (2007), *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da Metrópole (c. 1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento.

CASTELO, Cláudia (1998), «*O modo português de estar no mundo*»: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa. Porto: Edições Afrontamento.

CASTELO, Cláudia (s.d.), “Políticas coloniais/de colonização”. Disponível em [[http://atagraria.files.wordpress.com/2012/06/polticas\\_coloniais.pdf](http://atagraria.files.wordpress.com/2012/06/polticas_coloniais.pdf)] (Consultado a: 06/06/2013).

CASTRO, Alexandra e CORREIA, André C. (2009), “Ciganos e precariedade habitacional: uma aproximação à realidade em Portugal”, em *Actas do seminário Internacional Ciganos, Territórios e Habitat*, ISCTE, 8 e 9 de Abril de 2008. Lisboa: CET/ISCTE.

CARMICHAEL, Stoley e HAMILTON, Charles V. (1992 [1967]), *Black Power. The Politics of Liberation in America*, New York: Vintage Books, pp. 2-33.

CÉSAIRE, Aimé (1978 [1955]), *Discurso sobre o Colonialismo*, 1ª Edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

CLARK, Kenneth B. (1989 [1965]), *Dark Ghetto: Dilemmas of Social Power*, 2ª Edição. Hanover: Wesleyan University Press.

CET-ISCTE, IRIC-U PORTO e A. MATEUS ASSOCIADOS (2008), *Contributos para o Plano Estratégico de Habitação - 2008/2013. Diagnóstico de Dinâmicas e Carências Habitacionais*. Disponível em [<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1234211038E9kPG7ew2Zz82AW0.pdf>]. (Consultado a: 03/02/2013).

CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA (2007), “Relatório do Estado do Ornamento do território”, Câmara Municipal da Amadora – Departamento de Administração

Urbanística (DAU) e Sistema de Informação Geográfica (SIG), Setembro.

CESIS (2004), “Diagnóstico Social do Concelho da Amadora”, Novembro.

COSTA, Fernando M. (coord.) (2002), *As populações do Concelho da Amadora: relações inter-étnicas e representações*. Lisboa: Câmara Municipal da Amadora/ Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

DUSSEL, Enrique (1993), “Eurocentrism and Modernity (Introduction to the Frankfurt Lectures)”, Vol. 20: 3, *The Postmodernism Debate in Latin America*, pp. 65-76.

ESSED, Philomena e NIMAKO, Kwame (2006), “Designs and (Co)Incidents. Cultures of Scholarship and public Policy on Immigrants/Minorities in the Netherlands”, in *International Journal of comparative Sociology*. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications, Volume 47 (3-4): 281-312.

ESSED, Philomena (2002), “Everyday Racism”, in D. Theo Goldberg e J. Solomos (eds.), *A Companion to Racial and Ethnic Studies*. Massachusetts e Oxford: Blackwell Publishers, pp. 202-216.

EUROPEAN ANTI-POVERTY NETWORK (1997), *Racismo e Pobreza na Europa*, Bruxelas: EAPN.

EUROPEAN MONITORING CENTRE ON RACISM AND XENOPHOBIA (EUMC) (2005), *Migrants, Minorities and Housing: Exclusion, Discrimination and Anti-Discrimination in 15 Member States of the European Union* (prepared by Malcolm Harrison, Ian Law and Deborah Philips). Luxemburgo: EUMC. Disponível em: [\[http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra\\_uploads/188-CS-Housing-en.pdf\]](http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/188-CS-Housing-en.pdf).

(Consultado a: 12/02/2013).

EUROPEAN MONITORING CENTRE ON RACISM AND XENOPHOBIA (EUMC) (2003), *National Analytical Study on Housing* - Estudo preparado pela Númena RAXEN Focal Point in Portugal. Luxemburgo: EUMC. Disponível em [\[http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra\\_uploads/249-IE\\_Housing.pdf\]](http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/249-IE_Housing.pdf). (Consultado a: 12/02/ 2013).

FANON, Franz (1969), *Toward the African Revolution – Political Essays*. New York: Grove Press, pp. 29-44.

FEAGIN, Joe R. (1999), "Excluding Blacks and Others from housing: The Foundation of White Racism", *Cityscape: A Journal of Policy Development and Research*, Vol. 4, Number 3, 79-91.

FOUCAULT, Michel (1996), "Society Must Be Defended", Lectures at the Collège de France, 1975-76, pp. 239- 264.

FOUCAULT, Michel (2002), *Spazi Altri. I luoghi delle eterotopie*. Milão: Mimesis Eterotopia.

FUNDAMENTAL RIGHTS AGENCY (FRA) (2007), *Report on Racism and Xenophobia in the member States of EU*. Viena: FRA.

FREITAS, Maria J. e CASTRO, Paulo (1991), Contributos para o estudo de grupos étnicos residentes na cidade de Lisboa, Lisboa: Grupo de Ecologia Social, LNEC, pp. 25-53.

GILBERT, Nigel (ed.) (2008), *Researching Social Life*, London: Sage Publications.

GILROY, Paul (1993), 'The Black Atlantic as a Counterculture of Modernity', in *The Black Atlantic. Modernity and Double Consciousness*. Londres: Verso, pp. 1- 40.

GOLDBERG, David T. (2009), *The Threat of Race: Reflections on Racial Neoliberalism*. Massachusetts e Oxford: Blackwell Publishers, pp. 66-105.

GOLDBERG, David T. (2002), *The Racial State*, Massachusetts e Oxford: Blackwell Publishers, 1-11, 14-24.

GOLDBERG, David T. (1993a), *Racist Culture: Philosophy and the Politics of Meaning*, Massachusetts e Oxford: Blackwell Publishers, pp. 185-202.

GOLDBERG, David T. (1993b), "Polluting the Body Politic", in M. Cross e M. Keith (eds.), *Racism, the City and the State*. Londres e Nova York: Routledge, pp.45-59.

GOVERNO PORTUGUÊS (2011), Reunião Plenária de 4 de Fevereiro de 2011, in *Diário da Assembleia da República*. XI Legislatura, 2ª Sessão Legislativa (2010-2011).

GRAÇA DIAS, Manuel (2010), "O Habitar do Povo", in José Neves (coord.), *Como se faz um povo*. Lisboa: Tinta da China, pp. 325-338.

HALL, Stuart (1997), 'The Work of Representation' in Stuart Hall (ed.), *Culture Media and Identity. Representation. Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage Publications: 13-74.

HALL, Stuart (1992), "The West and the Rest: discourse and power", in Stuart Hall e Breno Gieben (orgs.) *Formations of Modernity*. Cambridge: Polity Press.

HARVEY, David (2010), *Géographie et Capital. Vers un matérialisme histórico-géographique*. Paris: Éditions Syllepse.

HESSE, Barnor (2004a), "Discourse on Institutional Racism: the genealogy of a concept" em I. Law, D. Phillips e L. Turney, *Institutional Racism in Higher education*. Londres: Trentham books.

HESSE, Barnor (2004b), "Implausible Deniability: Racism's Conceptual Double Bind" (2004) in *Social Identities*, Vol.10 (1).

HORTA, Ana Paula Beja (2008), *A construção da Alteridade: Nacionalidade, Políticas de Imigração e Acção Colectiva Migrante na Sociedade Portuguesa Pós-Colonial*, Lisboa\_ Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pp. 121 - 178.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira (2009), *Livros Brancos, Almas Negras. A "missão civilizadora" do colonialismo português c. 1870-1930*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira, DOMINGOS, Nuno e DIAS, Nuno (2010), "Indígenas, imigrantes e outros povos", in José Neves (coord.), *Como se faz um povo*. Lisboa: Tinta da China, pp. 153-166.

KEITH, Michael (2002), "The Mirage at the Heart of the Myth? Thinking about the White City", in D. Theo Goldberg e J. Solomos (eds.), *A Companion to Racial and Ethnic Studies*. Massachusetts e Oxford: Blackwell Publishers, pp. 323-339.

KEITH, Michael e CROSS, Malcom (1993), "Racism and the Postmodern City", in M. Cross e M. Keith (eds.), *Racism, the City and the State*. London e New York: Routledge, pp. 1-43.



LAGES, Joana Pestana (2013), “À espera do Bairro do Talude Militar”, in Rita Ávila Cachado e João Baía (orgs.), *Políticas de Habitação e Construção Informal*. Lisboa: Mundos Sociais, pp. 57-70.

LAW, Ian (2002), *Racism and the News*. Hampshire e New York: Palgrave, pp. 1-10.

LOUDE, Jean-Yves (2005), *Lisboa na cidade negra*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

MALHEIROS, Jorge M. e Lucinda Fonseca (2011), *Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.

MALHEIROS, Jorge M. et al. (2007), *Espaços e expressões de conflito e tensão entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na área metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.

MALHEIROS, Jorge M. (1998), “Minorias Étnicas e Segregação nas Cidades – uma aproximação ao caso de Lisboa, no contexto da Europa Mediterrânica”, in *Finisterra* XXXIII, 66: 91-118.

MAESO, Silvia R. e ARAÚJO, Marta (2011), “‘Civilising’ the Roma/Gypsies. Public policies, employability and the depoliticisation of (anti-)racism in Portugal”. *Working Paper* elaborado no âmbito do Projecto TOLERACE. Centro de Estudos Sociais, Novembro.

MAESO, Silvia R.; ARAÚJO, Marta e GUIOT, Olivier (2010), “(Anti-)racism in Portuguese policies and institutions: the ‘integration’ and ‘accountability’ of immigrants/minorities as ‘solution’”. *Working Paper* elaborado no âmbito do Projecto TOLERACE. Centro de Estudos Sociais, Novembro.

MARTINS, João (2013), “Bairro da Liberdade”, Rita Ávila Cachado e João Baía (orgs.), *Políticas de Habitação e Construção Informal*, Lisboa: Mundos Sociais, pp. 43-56.

MASSEY, Douglas S. (2002), “Residential Segregation”, in D. Theo Goldberg e J. Solomos (eds.), *A Companion to Racial and Ethnic Studies*. Massachusetts e Oxford: Blackwell Publishers, pp. 348-354.

MIGNOLO, Walter (2009), 'Epistemic Disobedience, Independent Thought and Decolonial Freedom', *Theory, Culture & Society*. Los Angeles, London, New Delhi, and Singapore: SAGE, 26 (7-8): 159-181.

NIMAKO, Kwame e SMALL, Stephen (2009), "Theorizing Black Europe and African Diaspora: Implications for Citizenship, Nativism and Xenophobia", in D. C. Hine, T. D. Keaton e S. Small (eds.) *Black Europe and the African Diaspora*. University of Illinois Press.

PEREIRA, Álvaro Pereira et al. (2001), *Habitat e Minorias: limites e potencialidades da promoção pública de habitação em processos de integração sócio-urbanística*. Relatório Final. Lisboa: Grupo de Ecologia Social/Centro de Estudos para a Intervenção Social, pp. 1-17.

PEREIRA, Álvaro Pereira et al. (2000), *Habitat e Minorias: o lugar do habitat num quadro de interação entre grupos étnicos minoritários e a sociedade sociedade de acolhimento ou o grupo maioritário*. Relatório da Fase B. Lisboa: Grupo de Ecologia Social/Centro de Estudos para a Intervenção Social, pp. 169-179.

PEREIRA, Álvaro Pereira et al. (1999), *Habitat e Minorias: o lugar da habitação num quadro de interação entre grupos étnicos minoritários e a sociedades sociedade de acolhimento ou o grupo maioritário*. Relatório Provisório - Fase A. Lisboa: Grupo de Ecologia Social/Centro de Estudos para a Intervenção Social, pp. 1-46.

PIRES, Jacinto Lucas (2011), *Vamos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

QUIJANO, Anibal (2000), 'Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America', *Nepantla: Views from South* 1.3. Duke University Press.

SAID, Edward ([1978] 1995), *Orientalism*. London and Henley: Routledge e Kegan Paul.

SAYYID, Salman (2004), "Slippery people: the immigrant imaginary and the grammar of colours", in Ian Law, Deborah Phillips e Laura Turney (eds.), *Institutional Racism in Higher Education*. Stoke on Trent: Trentham Books.

SERRA, Nuno (2002), *Estado, Território e Estratégias de Habitação*. Coimbra: Quarteto.

- SILVANO, Filomena (2001), *Antropologia do Espaço. Uma Introdução*. Oeiras: Celta.
- SMITH, Susan J. (1993), "Residential Segregation and the Politics of Racialization", in M. Cross e M. Keith (eds.), *Racism, the City and the State*. Londres e Nova York: Routledge, pp. 128-143.
- SUÁREZ-KRABBE, Júlia (2012), "There are no simplifications, there is conviction': racism and the media in Portugal", *Working Paper* elaborado no âmbito do Projecto TOLERACE. Centro de Estudos Sociais, Março.
- SWANSON, Marynard W. (1977), "The Sanitation Syndrome: Bubonic Plague and Urban Native Policy in the Cape Colony, 1900-1909", in *The Journal of African History*, 18 (3): 387-410.
- THORAU, Henry (2009), "Introdução", in Orlando Grossege e Henry Thorau (orgs.), *À procura da Lisboa africana. Da encenação do império ultramarino às realidades suburbanas* [Actas da Secção do 7º Congresso da Associação Alemã de Lusitanistas, Colónia, 6 a 9 de Setembro de 2007]. Braga: CEHUM.
- TROUILLOT, Michel-Rolph (1995), *Silencing the past. Power and the Production of History*, Boston: Beacon Press.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel (2006), "On the Lusophone postcolony: 'culture', 'race', 'language'", Rutgers University, Dept of Spanish and Portuguese Studies, April. Disponível em [<http://miguelvaldealmeida.net/wp-content/uploads/2008/05/on-the-lusophone-postcolony1.pdf>] (Consultado a: 1/08/2013).
- VALE DE ALMEIDA, Miguel (1997), "Misto, crioulo e cidadão: notas para um humanismo radical", in O que é a Raça? Um debate entre a Antropologia e a Biologia. Lisboa: Espaço OIKOS, pp. 19-28
- VAN DIJK Teun (2007), *Racismo y Discurso en America Latina*. Barcelona: Gediza, pp. 1-11.
- VAN DIJK Teun (1996), "Discourse, Power and Access", in Carmen Rosa Caldas-Coulthard and Malcolm Coulthard (eds.), *Texts and Practices. Readings in Critical Discourse Analysis*, London: Routledge, pp. 84-104.

VAN DIJK, Teun (1992), "Text, talk, elites and racism", in *Discourse Social/Social Discourse* (Montreal), 4 (1/2): 37-62. Disponível em [[http://www.discourses.org/OldArticles/Text, talk, elites and racism.pdf](http://www.discourses.org/OldArticles/Text,_talk,_elites_and_racism.pdf)] (Consultado a: 1/09/2013).

VAN DIJK, Teun (1992), "Discourse and the denial of racism", in *Discourse & Society*, London, Newbury Park and New Delhi SAGE, 3(1): 87-118.

VEIGA, António Mota (1935), *A Economia Colonial e a População Indígena*. Disponível em [<http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1725.pdf>] (Consultado a: 6/05/2013).

VILLAFUNDO (2006), "Regulamento de Gestão - Fundo Especial Investimento Imobiliário Fechado (Objecto de Subscrição Particular) "VILLAFUNDO". Disponível em [<http://web3.cmvm.pt/sdi2004/fundos/docs/951RG20061221.pdf>] (Consultado a: 21/10/2013).

WACQUANT, Loic (2004), "Que é o Gueto? Construindo um conceito Sociológico", in *Revista de Sociologia e Política*, 23, pp. 155-164.

WACQUANT, Loic e WILSON, William (1989), "The Cost of Racial and Class Exclusion, Annals of the American Academy of Political and Social Science", in *The Ghetto Underclass: Social Science Perspectives* (Jan.), Vol. 501, pp. 8-25.

WEINER, Melissa F. (2012), "Toward a Critical Global Race Theory", in *Sociology in Compass* 6 (4): 332-350.

WIRTH, Louis (1998 [1928]), *The Ghetto*. New Jersey: Transaction Publishers.

WOLF, Eric (1999), *Europe and the People without History*, Califórnia: University of California Press.

## FILMOGRAFIA

*Aqui tem Gente*, Leonor Areal, Documentário, 2013, 81'

*Ilha da cova da Moura*, Rui Simões, Ficção, 2010, 81'

*Via de Acesso*, Nathalie Mansoux, Documentário, 2008, 90'

## **LEGISLAÇÃO**

D.L. 797/76 de 6 de Novembro

D.L. 110/85 de 17 Abril

D.L. 226/87 de 6 de Junho

D.L. 163/93 de 7 de Maio

D.L. 166/93 de 7 de Maio

D.L. 93/95 de 9 de Maio

D.L. 79/96 de 20 de Junho

D.L. 271/2003 de 28 de Outubro

D.L. 135/2004 de 3 de Junho

D.Reg. 50/77 de 11 de Agosto

Lei 34/96 de 29 de Agosto

Lei 1/2001 de 4 de Janeiro

Lei 91/95 de 2 de Setembro

Portaria Provincial 183/1922 de 28 de Outubro

## **COMUNICADOS**

*HABITA* (2012), “Bairro de Santa Filomena: Conselho da Europa atento a violações dos Direitos Humanos na Amadora”, 19 de Julho. Disponível em [<http://www.habita.info/2012/07/comunicado-n-4.html>] (Consultado a: 18/07/2012).

*HABITA* (2012), “Os/as habitantes do Bairro de Santa Filomena. Caracterização feita com base em inquérito realizado pelo Colectivo Habita”, 19 de Julho de 2012. Disponível em [<http://www.habita.info/2012/07/osas-habitantes-do-bairro-de-santa.html>] (Consultado a: 18/07/2012).

HABITA (2012), “Queixa apresentada ao provedor de Justiça, com vista a suspender os despejos massivos e forçados levados a cabo pela Câmara Municipal da Amadora, 18 de Julho. Disponível em [\[https://docs.google.com/file/d/0B6OEhXxOMOGnZ1paZVRGd2VkRGs/edit?pli=1\]](https://docs.google.com/file/d/0B6OEhXxOMOGnZ1paZVRGd2VkRGs/edit?pli=1) (Consultado a: 18/07/2012).

HABITA (2012), “Comunicado à Imprensa. Hoje, pelas 17h deputados/as, activistas, investigadores/as e representantes de várias ONG’s de direitos humanos visitam o Bairro de Santa Filomena”, 18 de Julho. Disponível em [\[http://www.habita.info/search/label/comunicados\]](http://www.habita.info/search/label/comunicados) (Consultado a: 18/07/2012).

MORADORES BAIRRO SANTA FILOMENA (2012), “Carta dos Moradores”, 21 de Junho. Disponível em [\[http://www.habita.info/2012/06/carta-camara-municipal-da-amadora.html\]](http://www.habita.info/2012/06/carta-camara-municipal-da-amadora.html) (Consultado a: 18/07/2012).

PLATAFORMA GUETO (2012), “Comunicado sobre as Demolições em no Bairro de Santa Filomena”, 3 de Agosto. Disponível em [\[http://plataformagueto.wordpress.com/noticias/resposta-a-alta-comissaria-a-c-i-di/\]](http://plataformagueto.wordpress.com/noticias/resposta-a-alta-comissaria-a-c-i-di/) (Consultado a: 18/07/2012).

PLATAFORMA GUETO (2012), “Resposta a Alta Comissária (A.C.I.D.I.)”, 7 de Agosto. Disponível em [\[http://plataformagueto.wordpress.com/noticias/resposta-a-alta-comissaria-a-c-i-di/\]](http://plataformagueto.wordpress.com/noticias/resposta-a-alta-comissaria-a-c-i-di/) (Consultado a: 18/07/2012).

## NOTÍCIAS

A CAPITAL (1993), “Cavaco quer acabar com barracas em Lisboa e Porto”, 9 de Março.

CASTELO, Carla (2013), Reportagem “Os Desalojados de Camarate”. SIC. Disponível em: [\[http://www.anmp.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=279&Itemid=59.%5D\]](http://www.anmp.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=279&Itemid=59.%5D) (Consultador a: 27/07/2013).

CEREJO , José António (1993a), “Minorias Étnicas na Grande Lisboa. Um barril de pólvora”, in *O Público*, 13 de Novembro.

CEREJO, José António (1993b), “Casas só para portugueses”. *Público*, 27 de Janeiro.

CIDRAIS, Álvaro (1995), “Transformar os guetos em bairros”. *Público*, 21 de Agosto.

COELHO, Rute (2012), “O Bairro onde a PSP é ‘Non-grata’”. *Diário de Notícias*, 10 de Dezembro.

CORREIO DA MANHÃ (2012), “Manifestação de meia centena de moradores. Câmara da Amadora invadida por moradores de bairro”. Disponível em [<http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/ultima-hora/camara-da-amadorainvadi-da-por-moradores-de-bairro>] (Consultado a: 15/04/2013).

CORREIO DA MANHÃ (2002), “Santa Filomena Abandonada”, 15 de Outubro.

DIONÍSIO, José Amaro (1991), “Uma cidade ainda sem bandos violentos, mas onde a tensão sobe lentamente. A branda Periferia de Lisboa”. *Público*, 3 de Maio

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1996), “O Carteiro dos Cabo-verdianos”, 28 de Janeiro.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1993), “Municípios de Lisboa recusam discriminar imigrantes ilegais”, 2 de Abril.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1993), “Oposição Rege a Cavaco”, 10 de Março.

EXPRESSO (2012), “Amadora: Mulher ferida junto à Câmara – INEM”, Disponível em [<http://expresso.sapo.pt/amadora-mulher-ferida-em-manifestacao-junto-acamara-inem=f734425>] (Consultado a: 15/04/2013).

GOMES, Catarina (1993), “Rezar no meio dos bairros”. *Público*, 29 de Junho.

JORNAL DE NOTÍCIAS (2012), “Mulher ferida em manifestação junto à Câmara da Amadora”, 21 de Junho.

LIMA, Lúcio (2009), “PSP montou caça ao homem no Bairro de Santa Filomena”, in *Diário de Notícias*, 06 de Julho.

MARCELINO, Valentina (1995), “Longe do Paraíso”. *Expresso*, 16 de Janeiro.

MIGUEL, João Dias (1993), “As nove mil chagas de Lisboa”. *Público*, 16 de Outubro.

MONTEIRO, Luís Gouveia (1995), “Africanos vivem em barracas”. *Público*, 29 de Julho.

NUNO, Luís Pedro (1993), “Abriu a caça ao imigrante clandestino”. *Público*, 7 de Maio.

PAIXÃO, Guilherme (1996), “Barracas vão substituir muito para além do ano 2000”. *Público*, 25 de Maio.

PAIXÃO, Guilherme (1993), “As Manchas da Carência”. *Público*, 25 de Fevereiro.

PEREIRA, Rui (1998), “Cerco aos Guetos”. *Expresso*, 31 de Janeiro.

RAINHO, Pedro (2012), “A luta do bairro clandestino de Santa Filomena contra as demolições”. *Jornal I*, 08 de Dezembro.

ROCHA, João Manuel (1991), “É a pobreza que lhes é comum”. *Público*, 24 de Maio.

PÚBLICO (2012), “Moradores do Bairro de Santa Filomena protestam contra demolição de casas”, 21 de Junho.

PÚBLICO (1993), “Legalização, Racismo e “Gangs””, 27 de Dezembro.

SOL (2012), “Mulher ferida em manifestação junto à Câmara da Amadora”, 21 de Junho - para citar só três.

TVI (2012), “Mulher ferida durante protesto frente à câmara da Amadora Manifestação contra possível demolição no bairro Santa Filomena”, 21 de Junho.

VAILLANT, Emmanuel (2000), “Portugal erradica os seus bairros de lata”. *Le Monde Diplomatique* (Edição Portuguesa), Janeiro.

Varela, Carlos (2009), “Gangues armas e violência”. *Jornal de Notícias*, 14 de Dezembro.

VISÃO, (2013), “PER: Taxa de execução do programa é superior a 90% - IHRU”, 5 de Maio. Disponível em [<http://visao.sapo.pt/per-taxa-de-execucao-do-programa-e-superior-a-90-ihru=f727784-ixzz2atnJifgl>]. (Consultado a: 03/08/2013).



## GLOSSÁRIO

**BLAUT, (1993) – *O Difusionismo Eurocêntrico*:** “This belief is the notion that the European civilization – “The West” – has had some unique historical advantage, some special quality of race or culture or environment or mind or spirit, which gives this human community a permanent superiority over all other communities, at all times in history and down to the present.

The belief is both historical and geographical. Europeans are seen as the “makers of history”. Europe eternally advances, progresses, modernizes. The rest of the world advances more sluggishly, or stagnates: it is “traditional society”. Therefore the world as a permanent geographical center and a permanent periphery: an Inside and an Outside. Inside leads, Outside lags. Inside innovates, Outside imitates” (Blaut, 1993).

**CARMICHAEL, Stoley e HAMILTON, Charles (1992 [1967]) – *Racismo Individual e Institucional*:** “Racism is both overt and covert. It takes two, closely related forms: individual whites acting against individual blacks, and acts by the total white community against the black community. The first consists of overt acts by individuals, which cause dead, injury or the violent destruction on property. This type can be recorded by television cameras; it can frequently be observed in the process of commission. The second type is less overt, far more subtle, less identifiable in terms of *specific* individuals committing the acts. But it is no less destructive of human life. The second type originates in the operation of established and respected forces in society, and thus receives far less public condemnation than the first type” ” (Ture e Hamilton, 1992 [1967]: 4).

**CHAPA, Jorge e MILLARD, Ann V. (2008) – *Racialização*:** “Michael Omi and Howard Winant define racial formation as “the process by which social, economic and political forces determine the content and importance of racial categories, and by which they are in turn shaped by racial meanings” (1994, pp. 61–62). “The meaning of race is defined and contested throughout society . . . . In the process, racial categories are themselves formed, transformed, destroyed and re-formed.”

Importantly, race is a social and historical construct. The term racialization describes “the extension of racial meaning to a previously racially unclassified relationship, social practice or group” (1994, pp. 64–65). This process describes the racial situation of Latino immigrants in new receiving areas. Even though they exhibit a range of appearances, birthplaces, and legal statuses, through the process of racialization they are lumped together as “Mexicans”—a subordinate, nonwhite group who, because of their frequently presumed illegal status, have been denied claims to the rights and privileges that Anglos take for granted. The label Mexican appropriately applies to Mexican citizens, and the fact that many Latinos have had this label applied to them even if they were U.S. citizens or the U.S.-born children of U.S.-born parents confirms their racialization. The meanings attached to their distinguishing characteristics have been key in determining where they lived, what work they could do, their privileges as citizens, and the educational opportunities available to their children” (Encyclopedia of Race and Racism, 2008: 256).

**DUSSEL, Enrique (1993) – O Mito da Modernidade:** No seu trabalho “Eurocentrism and Modernity”, um dos contributos para a desconstrução daquilo que E. Dussel apelida de ‘mito da modernidade’ - o autor argumenta que o processo de modernização do espaço europeu só foi possível devido ao estabelecimento de uma relação dialéctica (hierárquica) com a alteridade, ou seja, com os sujeitos que a mesma constitui politicamente como o ‘outro’, o ‘não-europeu’ (1993: 65). Dussel argumenta que o mito da modernidade assume *racionalmente* que a modernidade é sinónimo de emancipação, sem considerar que lhe corresponde igualmente um *mito irracional*, que justifica e oculta toda a violência genocida que a constituiu (*idem*: 66). E. Dussel justifica, afirmando que a possibilidade da modernidade – nascida em 1942, nos centros urbanos *livres* da Europa – está iminentemente relacionada com o processo de colonização em curso que permitiu à Europa constituir-se como unidade face ao outro que colonizava e explorava e que lhe devolvia sistematicamente a imagem de si própria (*idem*). Estes dispositivos permitem que a modernidade se apresente por um lado enquanto força emancipadora e por outro como inocente.

Devido a este carácter redentor da modernidade, os seus custos são apresentados como inevitáveis e necessários (Dussel, 1993: 75).

**GOLDBERG, David Theo (2002) – Estado:** O Estado é definido, de acordo com o autor como “ (...) *a more or less coherent and discrete entity in two related ways: as state projects underpinned and rationalized by a self-represented history as state memory; and as state power(s)*”. Indeed one might render this picture more internally coherent by suggesting that the state’s capacity to define and carry out projects as well as its capacity to authorise official narrations of historical memory rests on the state’s prior claim to power: the power to define the terms of its representation (obviously including legal terms), and to exercise itself and those over whom authority is claimed in light of those terms” (Goldberg, 2002: 8).

## **ANEXOS**

- I.** Breve Contextualização das Políticas de Habitação Social em Portugal
- II.** Guião de Entrevista Semi-directiva Académicos/as
- III.** Guião de Entrevista Semi-directiva Associação pelo Direito à Habitação
- IV.** Guião de Entrevista Semi-directiva Associação Anti-racista
- V.** Guião de Entrevista Semi-directiva Associação de Imigrantes
- VI.** Guião de Entrevista Semi-directiva Técnico Instituto Habitação
- VII.** Guião de Entrevista Semi-directiva Técnico de Instituto Imigração
- VIII.** Guião de Entrevista Moradores
- IX.** Carta dos Moradores de Santa Filomena
- X.** Carta de Solidariedade
- XI.** Comunicado Imprensa Habita (3)
- XII.** Comunicado Plataforma Gueto (1)
- XIII.** Comunicado Plataforma Gueto (2)
- XIV.** Diagnóstico Habita - Bairro Santa Filomena
- XV.** Registo Matricial dos Terrenos onde se situa Santa Filomena
- XVI.** Edital de Aviso de Demolições
- XVII.** Imagens do Casal de Santa Filomena

## I) Breve Contextualização das Políticas de Habitação Social em Portugal

Considerando a centralidade do espaço urbano, da cidade e da habitação, interessa aqui analisar a genealogia das políticas públicas sociais de habitação, de forma a perceber qual tem sido o papel do Estado na promoção do direito à cidade e, essencialmente, à moradia.

No contexto português, o debate sobre as condições de habitabilidade das populações parece remontar ao início do século XX através de um debate público consolidado pelos higienistas que denunciavam, à época, as carências habitacionais enfrentadas pelas populações e que originam “recomendações legais esporádicas” e “incentivos à promoção particular” (Serra, 2002: 168), ainda durante a monarquia. Desde cedo que a realidade da política social portuguesa parece ser caracterizada por uma ausência de estratégia para o sector habitacional que se faz acompanhar de problemas sucessivos na implementação dos programas de habitação social, ao longo do tempo (Ávila, 2013: 137). Embora as orientações experimentadas tenham sido de diversas ordens ideológicas, podem ser assinaladas algumas tendências relacionadas com o espaço de ambiguidade assumido pelo Estado Central, a *subalternização* das populações e a utilização do espaço como marcador de *diferença*.

De acordo com o geógrafo Nuno Serra (2002) as intervenções relevantes no sector da habitação acontecem somente durante o período da ditadura (pp. 168) uma vez que, embora as primeiras habitações sociais tenham sido construídas ao abrigo da Monarquia e da Primeira República, a habitação não era considerada uma atribuição do Estado. Neste sentido, estas operações traduziam tentativas de *“minorar as situações mais flagrantes de carência e de precariedade de alojamento”*, que se haviam originado – essencialmente, com a migração rural, desde meados do século XIX – originando zonas de habitação operária, como os “pátios” e mais tarde as “vilas”, em Lisboa, e as “ilhas”, no Porto (pp.168) – que ficariam posteriormente eternizadas num conjunto de filmes e na história da arquitectura, devido à intervenção de arquitectos como Siza Vieira, em projectos de requalificação. No entanto, naquele tempo:

“Perante os focos epidémicos que estes bairros representavam para a população urbana em geral são promulgadas, ainda durante a Monarquia Liberal, recomendações higienistas (como o Regulamento Geral de Saúde de 1901 ou o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas de 1903), e de moralização relativamente aos futuros alojamentos a construir (...)” (Serra, 2002: 169).

É na descendência de um combate dos higienistas e reformadores sociais à dita “*chaga da habitação operária*” e num contexto de crescimento dos centros habitacionais (Baptista, 1999: 25), que se vê promulgado o Decreto-Lei nº 4137. Este documento assinala a primeira tentativa de intervenção concertada do Estado na construção de habitação social de casas económicas para a população mais pobre, “*fazendo valer a sua dedicação à causa operária*” (*idem*: 169). Embora a construção deste bairros (Arco do Cego, Ajuda – Lisboa, e Sidónio Pais – Porto) aconteça somente na década de 30, a realidade é que esta iniciativa serve de mote a “*uma máquina administrativa, reguladora da produção habitacional*” determinante no “*desencadeamento da intervenção pública no campo habitacional*” (Baptista, 1999: 25- 26).

Assim, é com a entrada em cena do Estado Novo que se assistirá a uma tentativa de implementação de uma política de habitação mais coesa, pautada por orientações: i) *liberalizantes*, que procurarão maximizar o papel do sector privado em detrimento do papel do Estado; ii) *paternalistas*, capazes de conferir ao Estado uma imagem providencial, através de “*programas (...) orientados para a supressão dos casos mais dramáticos*” e “*para o controle de sectores da sociedade potencialmente questionadores da legitimidade do regime*” (Serra, 2002: 172), menos interessados em *reconhecer* o direito à habitação e mais em *conceder* alojamento em situações específicas e restritas (*idem*: 173).; iii) *autoritárias*, na medida em que procuravam regular centralmente os processos de crescimento urbano (*idem*: 172).

Dado o fracasso do Decreto Lei nº 16 055, em 1928, que procurou atrair investimento do sector privado para a construção de casas económicas (*idem*: 172), é criado através do Decreto-Lei nº 23 052 de 1933, o *Programa Casas Económicas*

(1933), um programa regulador da ordem social e assumidamente discriminatório<sup>72</sup> que pretendia “desenvolver uma política economicamente social, assente na evidência das distinções sociais, previamente reconhecidas, e previsivelmente imutável”, em que as prestações de aquisição dos fogos – “isolados e unifamiliares”, respeitando “tipologias arquitectónicas regionais” (Serra, 2002: 175) – que seriam pagos consoante as posses dos proprietários (Baptista, 1999: 48).

Numa fase posterior, implementado pelo Decreto-Lei 28 912, de Agosto de 1938, o *Programa Casas Desmontáveis* “vem consignar a possibilidade de as populações ainda incapazes de aceder à casa económica poderem conhecer um “estágio de preparação”, intermédio entre a fase aguda de carência habitacional e a concretização do acesso à propriedade” (idem: 49). Este projecto, que nasce nos preparativos da “Exposição do Mundo Português” (1940) – integrada nas “Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal” – previa, inicialmente, a construção de 1000 *Casas Desmontáveis*, em Lisboa (Serra, 2002: 177), sendo, posteriormente, alargada, tanto em Lisboa, como ao Porto. Curioso será notar que Coimbra vê já nascer na primeira década do século XXI, um projecto com aspirações semelhantes, o Parque Nómada.

Sublinhe-se também o alargamento do leque de destinatários e de área do Programa *Casas Económicas*, através do lançamento dos Decreto-Lei nº 33 278, de 24 de Novembro e nº 23 052, em 1943, e o nascimento dos programas *Casas para Famílias Pobres* e *Casas para Pescadores*, em 1945 – ambos de cariz assistencialista que conferiam à Misericórdia, às Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia poderes para construir pequenas casas, de preferência desmontáveis, nos centros populacionais de todo o país (Serra, 2002: 177). Este modelo das *Casa Económicas* edificava-se numa ideologia de defesa do “casal família”, da “família pequena-proprietária” e da sua fixação, particularmente no meio rural, funcionando simultaneamente como estratégia de combate à desruralização e à emigração (Baptista, 1999: 52-53):

---

<sup>72</sup> Na medida em que se dirigia a trabalhadores sindicalizados, do quadro, compreendidos numa faixa etária entre os 21 e os 40, de acordo também com a composição e os rendimentos do agregado familiar, regularidade de emprego e “comportamento moral e profissional, avaliável nos ficheiros-cadastro dos Sindicatos Nacionais” (Serra, 2002: 175). Cf. também Baptista, 1999:51.

“As casas económicas funcionaram no discurso do regime, nos anos 30 e ainda no início dos anos 40, como um exemplo da capacidade concretizadora do regime” (Baptista, 1999: 55).

Assim, embora se tenha desenhado, sem grande sucesso, um apelo para que fosse, uma vez mais o sector privado a assumir as questões ligadas à habitação, foi o Estado Novo que ficou responsável por alojar as populações que enfrentavam situações mais precárias designadamente, aquelas afectadas por projectos de urbanização ou “*residentes em ‘bairros de lata’ com demolição prevista*” (Serra, 2002: 177).

Numa fase ulterior, que corresponde ao final da II Guerra Mundial, o Estado Novo revê o seu programa de habitação social, fomentando novas formas de associação entre o público e o privado e diferenciando o leque de população legível (Serra, 2002: 178). Em 1945, surge o *Programa Casas de Renda Económica*, seguido do *Programa Casas de Renda Limitada*, em 1947, que conhecem grandes entraves de financiamento. É também neste contexto pós-guerra, que o regime enfrenta uma “*crise de autoridade*” (Serra, 2002: 191) motivada pelo novo contexto geopolítico internacional e que o nacionalismo e o ruralismo – que tanto caracterizaram o tecido ideológico e estratégico do Estado Novo – dão lugar a políticas de fomento à industrialização e à urbanização, privilegiando a mobilidade interna.

O crescimento das áreas urbanas e o agravamento das carências habitacionais vêm colocar “*novos desafios às políticas de habitação*” (Serra, 2002: 191)<sup>73</sup>, que viriam a dar origem à criação de dois novos programas: o *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto* (1956) e o *Plano de Construção de Novas Habitações na Cidade de Lisboa*<sup>74</sup> (1959); cujos objectivos se relacionavam com

---

<sup>73</sup> “Por um lado, o regime via-se obrigado a deixar cair o modelo da casa unifamiliar, substituindo as ‘aldeias que espalhava pela periferia das cidades’ por ‘grandes bairros, situados nas áreas de expansão imediata dos grandes centros urbanos (...), onde predominam habitações colectivas’” (Gonçalves, 1978: 65). Por outro lado, retirava-se estrategicamente para as cidades de Lisboa e Porto, principais centros receptores de população rural, procurando assim colmatar as situações de maior carência habitacional. Finalmente, face às restrições orçamentais decorrentes do crescimento das despesas com os sectores produtivos e com a defesa (sobretudo após o início dos conflitos coloniais), o Estado via-se forçado a reequacionar o sistema de financiamento da política de habitação” (pp. 191).

<sup>74</sup> Que deu origem aos bairros de Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas.



situações de: i) carências habitacionais de populações desfavorecidas; ii) sobreocupação de prédios de renda elevada; iii) realojamento de famílias devido a obras de urbanização e recuperação; iv) demolição de *bairros de lata* (*idem*: 192).

Não obstante, é com o I Plano de Fomento (1965/1970) e com aqueles que se lhe sucedem que a *“habitação passa a estar explicitamente inscrita nas estratégias públicas de planeamento do desenvolvimento económico e social”* (Serra, 2002: 196). É com estes projectos que se vai contribuindo para a mudança da política de habitação, evidenciando a *“desarticulação institucional e legislativa desde há muito vigente (...) e a necessidade de uma nova forma de intervenção do Estado (...), mais ampla e programada e menos fragmentada”* (Serra, 2002: 199).

Assinala-se que é com a realização de um *Colóquio sobre Política de Habitação* (1969), bem como com o *Congresso da Oposição Democrática*, que se alarga a discussão de intervenção do Estado no sentido da supressão das carências habitacionais, mas também da necessidade da concepção de uma política de habitação baseada *“nos princípios universalistas dos direitos sociais”* (*idem*: 208). No entanto, embora as orientações político-ideológicas relacionadas com a habitação tenham sofrido alterações, designadamente o reconhecimento da habitação enquanto política social (Serra, 2002: 211), a realidade é que as mudanças, na prática, foram reduzidas.

O período do pré-25 de Abril, por sua vez, é caracterizado pelo protagonismo da especulação imobiliária e do sector privado na habitação, excluindo os pequenos construtores e todos os agregados que não tivessem capacidade de aceder ao mercado (pp. 211), contribuindo para que se começa-se a desenvolver:

“Alternativamente (...) um mercado paralelo assente nos loteamentos ilegais e na construção clandestina, capaz de responder positivamente às necessidades de famílias cuja relativa capacidade de solvência era compensada pela participação no processo de construção ou pela aplicação das pequenas poupanças, constituídas sob diversas formas ao longo do tempo. E não seria a administração e a fiscalização camarárias a abrandar esses processos, mas sim os efeitos da recessão económica do início da década de 70 e as consequentes restrições ao crédito bancário, que

provocariam a retracção tanto do mercado formal como, embora em menor escala, das estratégias informais” (Serra, 2002: 212).

De acordo com N. Serra, ao contrário do que seria de esperar, a transição de um regime ditatorial para um regime democrático, com a revolução de Abril, não coincide como transições relevantes nas políticas de habitação, salientando-se, no entanto, aquilo que o autor designa como o período de maior intervenção do Estado na habitação (1974-1976) (2002: 213) que corresponde ao desenho e à implementação do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) no campo das movimentações sociais do pós-25 de Abril. Este Programa procurou, através da “descentralização de facto” e da participação directa das populações (Serra, 2002: 219):

“(…) interligar a noção de direito à habitação com o direito à cidade, defendendo a manutenção nesta de moradores pobres, que deviam permanecer nos bairros localizados nos centros da cidade e não serem expulsos para bairros periféricos” (Baía, 2012: 17).

Destaque-se também o Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (1976), no qual as Câmaras e os privados negociariam com o Fundo de Fomento à Habitação (Serra, 2002: 223) cuja gestão, em 1983, é transferida para as Instituições Especiais de Crédito e para o Instituto Nacional de Habitação (INH)<sup>75</sup>, tendo aí esmorecido (pp. 224). Esta transferência ilustra bem a mudança gradual do rumo da política de habitação que entre 1970-90 se caracteriza *“pela redução gradual da promoção directa e pela adopção crescente de medidas orientadas para o incremento e diversificação dos mecanismos de crédito”* (Serra, 2002: 225), substituindo gradualmente a intervenção directa do Estado, no sector da habitação, pela possibilidade de contratualização de *“empréstimos bonificados para edificar ou ampliar habitações a custos controlados, para aquisição ou arrendamento, ou tendo em vista a realização de obras de reparação e conservação”* (idem: 227) e ao estímulo de aquisição de casa própria (idem: 228).

Assim, pode afirmar-se que a promoção directa de habitação, em Portugal, é tardia e efémera, reconduzida rapidamente a um estímulo de procura (Serra, 2002:

---

<sup>75</sup> Criado pelo Decreto-lei nº177/84, substituindo o Fundo de Apoio ao Investimento Habitacional.

229), que desencadearia “o aumento especulativo do custo dos fogos, o acentuar do declínio (...) [do] sector do arrendamento, o desequilíbrio financeiro do sistema bancário e a sobrecarga do orçamento de Estado” (Serra, 2002: 231-232). É neste quadro de desvalorização da promoção directa do Estado, de liberalização do mercado de arrendamento (Serra, 2002: 232) e de uma transferência gradual de responsabilização para o espaço autárquico (*idem*: 235) que surge o Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP), em 1987.

Em 1993, é editado o *Livro Branco da Habitação*, um marco na história das políticas de habitação, uma vez que ao referir-se ao final da década de 80, afirma que “*não se conseguiu definir, muito menos, realizar, uma política de habitação coerente e produtiva (...)*” (Ferreira, 1993: 23 *apud* Ávila, 2012: 145). É, segundo R. Ávila, deste trabalho, apresentado, no mesmo ano, no *Primeiro Encontro da Habitação*, que é retirado um conjunto de sugestões para “o lançamento de um “pacote” de medidas de promoção directa da habitação” (Serra, 2002: 235), em particular, a necessidade do lançamento de uma Lei Quadro da Habitação – concertada territorial e institucionalmente, designadamente, através da responsabilização dos municípios (Ávila, 2012: 145). O PER seria legislado 3 meses mais tarde.

A autora faz, por fim, notar que é também no início de 1993 que as franjas da cidade de Lisboa, “*pontilhada de bairros de barracas*” (Ávila, 2012: 146), saltam para o pequeno ecrã a propósito do início do segundo mandato de Mário Soares como Presidente da República. A imagem que é dada dos espaços a ser intervencionados no âmbito do programa, será explorada no capítulo III. Não obstante, sublinhe-se que os “*bairros de barracas*”, serão caracterizados como espaços de segregação, guetização e marginalização. Interessa portanto perceber do que se fala, quando se fala sobre isto.

## II) Guião de Entrevista Semi-directiva Académicos/as

1. Que momentos mais relevantes salienta do seu percurso académico? E do seu percurso profissional?
2. De que forma começou a interessar-se pelas questões relacionadas com as políticas sociais de habitação? Qual era o contexto que se vivia em Portugal na altura, designadamente neste sector?
3. Gostaria que me fizesse uma breve descrição sobre o seu envolvimento no Plano Especial de Realojamento?
4. Como analisaria o processo de implementação do Plano Especial de Realojamento e quais considera serem as questões mais problemáticas em torno da aplicação do Programa?
5. **Recentemente li um artigo que afirmava que “O PER permitiu um cruzamento entre conhecimentos científicos e técnicos. Os cientistas sociais operaram em diversos ‘terrenos’: ora produzindo estudos a pedido de instituições estatais; ora implicados na colocação em prática dos processos de realojamento, ora chamados a intervir em conferências” (Ávila, 2013: 136).** Como analisa a relação estabelecida entre a produção do conhecimento académico e a implementação de políticas públicas? (Considera que os trabalhos académicos/técnicos foram essenciais na implementação do PER?)
6. Através dos documentários “Via de Acesso” de Nathalie Mansoux e “Aqui tem gente”, de Leonor Areal, denota-se que uma grande parte da população que habitava e habita os ditos “bairros degradados” é migrante, negra e cigana o que me leva a questionar o papel desempenhado pelo factor “racial/étnico” na exclusão sócio-económica e habitacional destas populações. Porque é que acha que isto acontece? O que acha que poderia ser feito?
7. Como analisa os desalojamentos recentes no Casal de Santa Filomena? Considera que o facto de se tratarem, muitas vezes, de “minorias étnicas” e imigrantes tem um papel na construção social da indiferença política e pública (media e sociedade civil) face a estas situações?
8. No contexto político, em Portugal, nacionalidade e cidadania aparecem muitas vezes como sinónimos (e.g. direito de voto). De que forma analisa a relação entre a construção da narrativa da “nação” (e de quem é nacional) e a criação de discursos de legitimidade à ocupação do espaço?
9. Considera que parte dos o(s) projecto(s) de urbanismo e habitação social em Portugal podem ser considerados projectos de segregação espacial e racial?

### III) Guião de Entrevista Semi-directiva Associação pelo Direito à Habitação

1. Que momentos mais relevantes salienta no teu percurso académico e profissional?
2. De que forma começou a interessar-se pelas questões relacionadas com o direito à habitação (e à cidade)? Qual era o contexto que se vivia em Portugal na altura?
3. Podes contar como se originou e desenvolveu a associação?
4. Como analisa o processo de implementação do Plano Especial de Realojamento e quais considera serem as questões mais problemáticas em torno da aplicação do Programa?
5. Dada a extensão do PER, foi elaborado um conjunto de outros programas – de certa forma complementares – como o PER-Famílias e o ProHabita. Qual é a sua opinião sobre a pertinência e a viabilidade destes projectos?
6. Ten noção de quantas pessoas ficaram sem casa e sem alternativas devido a não estarem abrangidas pelo PER? Em particular, como analisa os acontecimentos recentes no Casal de Santa Filomena e, conseqüentemente, as especificidades da implementação do PER na Amadora?
7. Concorde que existe uma invisibilidade pública face a estas questões? Considera que o facto de se tratarem, muitas vezes de “minorias étnicas” e imigrantes acaba por ser um factor determinante na construção social da “indiferença” política e pública face a estas situações?
8. Durante os processos de realojamento e desalojamento, recordas-se de ocasiões em que o facto de as pessoas serem negras, ciganas ou imigrantes tenha ditado diferença de tratamento por parte das autoridades (e.g. polícia) ou dos seus representantes?
9. Acha que existe um jogo de (in)visibilidade do papel da “questão racial” uma vez que, embora ela esteja sempre presente, nunca é tomada/discutida como categoria de pensamento e acção?
10. Qual é a sua opinião sobre a abordagem que tem sido feita pelos media quando produzem notícias sobre os bairros, tanto que estão em processo de desalojamento como os de realojamento? Considera que esta instituição tem contribuído para a criminalização e a *racialização* destes bairros?
11. Considera que parte dos o(s) projecto(s) de urbanismo e habitação social em Portugal podem ser considerados projectos de segregação espacial e racial?

\* Perguntas: Mobilização das Associações de Moradores/ Lei das rendas (quem tem direito ou não a aceder a habitação social).

#### IV) Guião de Entrevista Semi-directiva Associação Anti-racista

1. Que momentos mais relevantes salientam do percurso da associação?
2. Podem contar-me como e em que momento começou o interesse/trabalho da associação relativamente às questões da habitação e do direito à cidade?
3. Uma vez que o Plano Especial de Realojamento é considerado a política pública habitacional mais ambiciosa do pós-25 Abril, como analisam a sua implementação (e.g. questões mais problemáticas na concepção e aplicação do Programa; descrição de situações que consideram ter sido mais complicadas)?
4. Como descreveriam a situação da habitação em Portugal antes e após a aplicação do programa PER?
5. Durante os processos de realojamento e desalojamento, recordam-se de situações de discriminação racial que tenham levado a um tratamento distinto por parte das autoridades ou dos seus representantes? Foram apresentadas algum tipo de queixas na CICDR?
6. Concordam que existe uma invisibilidade pública face a estas questões? Consideram que o facto de se tratarem, muitas vezes, de “minorias étnicas” e imigrantes acaba por ser um factor determinante na construção social da “indiferença” política e pública face a estas situações? De que forma?
7. Acham que existe um jogo de (in)visibilidade do papel da “questão racial” uma vez que, embora ela esteja sempre presente, nunca é tomada/discutida como categoria de pensamento e acção? Designadamente, qual tem sido o papel da Academia a este respeito?
8. Qual é a vossa opinião sobre a abordagem que tem sido feita pelos media quando produzem notícias sobre os bairros, tanto que estão em processo de desalojamento como os de realojamento? Consideram que esta instituição tem contribuído para a criminalização e a *racialização* destes bairros?
9. Consideram que parte dos o(s) projecto(s) de urbanismo e habitação social em Portugal pode ser considerada de segregação espacial e racial? Em que medida?
10. Qual consideram que tem vindo a ser o papel do ACIDI face a estas questões (PII)?

## V) Guião de Entrevista Semi-directiva Associação de Imigrantes

1. Que momentos mais relevantes salienta do percurso da associação?
2. Pode contar-me como e em que momento começou o trabalho da associação relativamente às questões da habitação e do direito à cidade?
3. Como descreveria a situação da habitação em Portugal antes e após a aplicação do programa PER?
4. Durante os processos de realojamento e desalojamento, recorda-se de situações de discriminação racial que tenham levado a um tratamento distinto por parte das autoridades ou dos seus representantes?
5. Concorde que existe uma invisibilidade pública face a estas questões? Consideram que o facto de se tratarem, muitas vezes, de “minorias étnicas” e imigrantes acaba por ser um factor determinante na construção social da “indiferença” política e pública face a estas situações? De que forma? E como evoluiu ao longo do tempo?
6. Acha que existe um jogo de (in)visibilidade do papel da “questão racial” uma vez que, embora ela esteja sempre presente, nunca é tomada/discutida como categoria de pensamento e acção? Designadamente, qual tem sido o papel da Academia a este respeito?
7. Qual é a vossa opinião sobre a abordagem que tem sido feita pelos media quando produzem notícias sobre os bairros, tanto que estão em processo de desalojamento como os de realojamento? Consideram que esta instituição tem contribuído para a criminalização e a *racialização* destes bairros?
8. Consideram que parte dos o(s) projecto(s) de urbanismo e habitação social em Portugal pode ser considerada de segregação espacial e racial? Em que medida?
9. A propósito dos despejos no Lar Panorâmico de Camarate levantou-se a questão de haver um Decreto-Lei (797/76) que reservava o direito do acesso às habitações a nacionais. Qual era a aplicação desse decreto e de que maneira conseguiu o PER contorná-lo, uma vez que este só foi revogado em Fevereiro de 2011 ou não?
10. O Decreto-Lei 79/96 de 20 de Junho prevê que “casos há, também, em que o abandono e consequente erradicação das respectivas barracas se pode conseguir pelo retorno de famílias às suas terras de origem ou outros locais onde apenas necessitem de reabilitar a casa que aí possuam”. **Que lhe parece revelar esta medida?**

## VI) Guião de Entrevista Semi-directiva Técnico Instituto Habitação

1. Que momentos mais relevantes salienta do seu percurso académico e profissional? (Descreva os termos de colaboração com o instituto e com o departamento onde trabalha).
2. Em que contexto surge o Departamento e quais são os seus principais objectivos e actividades?
3. Gostaria que me fizesse uma breve descrição sobre o seu envolvimento no Plano Especial de Realojamento?
4. Como analisaria o processo de implementação do Plano Especial de Realojamento e quais considera serem as questões mais problemáticas em torno da aplicação do Programa?
5. Qual considera que foi e tem vindo a ser o papel do IHRU no acompanhamento e monitorização do Programa Especial de Realojamento?
6. A propósito dos despejos no Lar Panorâmico de Camarate levantou-se a questão de haver um Decreto-Lei (797/76) que reservava o direito do acesso às habitações a nacionais. Qual era a aplicação desse decreto e de que maneira conseguiu o PER contorná-lo, uma vez que este só foi revogado em Fevereiro de 2011?
7. Como é que foram tratadas as situações em que as pessoas que habitavam nos bairros não tinham papeis e eram recenseadas no PER?
8. O Decreto-Lei 79/96 de 20 de Junho prevê que “casos há, também, em que o abandono e consequente erradicação das respectivas barracas se pode conseguir pelo retorno de famílias às suas terras de origem ou outros locais onde apenas necessitem de reabilitar a casa que aí possuam”. **Que lhe parece revelar esta medida?**
9. **Através dos documentários “Via de Acesso” de Nathalie Mansoux e “Aqui tem gente”, de Leonor Areal, denota-se que uma grande parte da população que habitava e habita os ditos “bairros degradados” é migrante, negra e cigana o que me leva a questionar o papel desempenhado pelo factor “racial/étnico” na exclusão sócio-económica e habitacional destas populações.** Porque é que acha que isto tem vindo a acontecer? O que acha que poderia ser feito? (Considera que o facto de se tratarem, muitas vezes, de “minorias étnicas” e imigrantes tem um papel na construção social da indiferença política e pública (media e sociedade civil) face a estas situações?)
10. De acordo com o Observatório dos Direitos Humanos, estas demolições constituem uma violação dos direitos humanos, qual tem vindo a ser o papel do instituto, nomeadamente através do departamento?
11. Considera que parte dos o(s) projecto(s) de urbanismo e habitação social em Portugal podem ser considerados projectos de segregação espacial e racial?



## **VII) Guião de Entrevista Semi-directiva Técnico/a de Instituto Imigração**

1. Que momentos mais relevantes salientaria da história do instituto?
2. Em que medida acredita que a criação da instituição e a publicação de um conjunto de trabalhos académicos contribui para a abertura de um debate sobre imigração, minorias étnicas e (anti-)racismo?
3. Como analisa a situação habitacional das minorias étnicas e dos imigrantes em Portugal e, em particular, na Área Metropolitana de Lisboa?
4. Quais considera que têm vindo a ser as medidas mais relevantes de apoio à habitação implementadas pelo Estado português relativamente às populações imigrantes e às minorias étnicas? E especificamente através da instituto?
5. Têm algum conhecimento sobre o que aconteceu às pessoas que foram recenseadas no âmbito do PER e não tinham a documentação regularizada?
6. Recordo-me que o ano passado, um conjunto de moradores do Bairro de Santa Filomena foi recebido pelo instituto a propósito das demolições em curso no Bairro? Como é que o instituto tem acompanhado este processo? Que originalidades destacaria neste caso específico? Que problemas identifica como centrais? E que dimensões considera transversais aos outros projectos que o instituto acompanha/ou?
7. Agora que o II Plano para a Integração dos Imigrantes se encontra perto do seu final, qual é o balanço que faz das principais medidas e os resultados de ambos os Planos?
8. Qual considera ter sido a contribuição dos PI e do PII para a melhoria do acesso das populações imigrantes à habitação?
9. Uma vez que o Plano Especial de Realojamento (PER) é considerado a política pública habitacional mais ambiciosa do pós-25 Abril, como avaliam a sua implementação? E os seus resultados concretos? Qual tem vindo a ser o papel desempenhado pelo instituto no acompanhamento e monitorização deste processo? Este papel é o desejável, ou poderia haver maior envolvimento? A que níveis são pedidas eventuais colaborações ao instituto no desenho e gestão dos projectos?
10. Ao comparar ambos os Planos para a Integração dos Imigrantes notei que no sector da habitação tinham sido realizadas algumas alterações. Enquanto que algumas medidas foram acrescentadas do primeiro para o segundo plano, outras foram subtraídas. Considerando o âmbito do meu trabalho, sublinho as medidas que contemplavam a aceleração da conclusão do Programa PER (Medida 19) e o reforço de soluções alternativas para habitantes de bairros intervencionados no âmbito do PER mas que não constem no recenseamento inicial (Medida 20) que constavam no primeiro plano e que não figuram no segundo. Como vê estas alterações?
11. Através de um conjunto de documentários como o “Via de Acesso” (Nathalie Mansoux) e “Aqui tem gente” (Leonor Areal) denota-se que uma grande parte da

peessoas que habitavam e habitam os ditos “bairros degradados” são imigrantes e portugueses negros e ciganos. Na sua opinião, porque é que acha que isto acontece?

12. A instituição tem conhecimento de queixas apresentadas em Portugal relativas a fenómenos de discriminação racial no acesso à habitação? Se sim, poderia disponibilizar-me algum tipo de informação (número de queixas e exposição de motivos)?
13. Considera que parte dos o(s) projecto(s) de urbanismo e habitação social em Portugal têm contribuído para a segregação espacial dos imigrantes e das minorias étnicas? Se sim, em que medida?

## **VIII) Guião de Entrevista Semi-directiva Moradores/as**

1. Pode contar-me aquilo que se lembra da história do Bairro? Coisas que lhe contam, coisas que considera importantes...
2. Recorda-se de como começou a implementação do PER, em Santa Filomena? E o processo de ameaça e efectivação das demolições?
3. Neste procedimento qual foi o procedimento da Câmara Municipal? Que tipo de alternativas foram apresentadas?
4. Alguma vez vos foi proposta a possibilidade de retorno como medida habitacional? Qual é a sua opinião sobre esta medida?
5. Perante a ameaça de desaparecimento do bairro, como reagiram os moradores? Como é que as pessoas se têm organizado?
6. Pode fazer-me uma espécie de descrição do protesto de contestação levado a cabo pelos moradores do bairro?
7. E legalmente, o que é que tem vindo a ser feito? Será que me pode falar um pouco sobre a estratégia?
8. Tem conhecimento de processos de intimidação de moradores para que estes deixem o bairro? Se sim, de que tipo?
9. Tem conhecimento de casos de discriminação racial?
10. Como é que imagina o futuro do bairro?
11. Como é que acha que os bairros são retratados pela Comunicação Social?

## **IX) Carta à Câmara Municipal da Amadora**

Carta dos Moradores ao Presidente da Câmara

Ao cuidado do Presidente da Câmara Municipal da Amadora,

Dizem-nos os senhores que vão arrasar as nossas casas e que, por não estarmos incluídos no recenseamento do PER, não temos direito a ser realojados/as. Fazem assim tábua rasa dos direitos sociais e humanos mais elementares, reconhecidos pela Constituição da República Portuguesa, e oferecem-nos como “alternativa” o passarmos a viver na rua. Porque é mesmo disso que se trata quando nos dizem que só alguns de nós terão direito a uma esmola de três meses de renda para casas que temos que encontrar e cujo valor da renda será por certo um valor que, passados esses três meses, não teremos depois forma de suportar.

O PER não pode ser o único critério que importa à Câmara Municipal da Amadora. Viver ou não numa barraca há 20 anos atrás não pode continuar a ser o único factor que obriga ao realojamento. É já um absurdo. A vida das pessoas é que tem de ser o critério.

A Constituição diz-nos que todos e todas têm direito a ter acesso à habitação e que o Estado tem obrigação de desenvolver os mecanismos para que esse acesso seja possível. Tal não está a ser cumprido: temos milhares de casas vazias e um mercado de compra ou arrendamento inacessível com os nossos rendimentos, o que se agrava ainda mais agora com a situação de desemprego generalizado no bairro.

Ao contrário do que a Senhora Vereadora com o pelouro de habitação, Carla Tavares , nos disse ontem – quarta feira 21 de Junho – em reunião na Câmara Municipal, nós não nadamos em dinheiro, não temos bons ordenados, não “andámos a viver acima das nossas possibilidades” e são poucas as pessoas do bairro que ainda conseguem arranjar trabalho. A esmagadora maioria de nós nem o salário mínimo recebe e está desempregada, e não são poucos os que padecem de uma qualquer daquelas doenças que costumam afetar quem sofre privações.

Por isso, recusamos a esmola de três meses de renda, que nem sequer é para todos, pela simples razão de que isso não nos deixa outro destino que a rua, a extrema vulnerabilidade, a insegurança total.

Exigimos que nenhum de nós seja desalojado e que nenhuma habitação seja destruída sem que esta garantido o realojamento de quem lá vive.

A Câmara Municipal da Amadora tem uma situação económica razoável. É do conhecimento público e o mesmo foi-nos confirmado na reunião de quarta-feira. Deverá também desenvolver esforços com outras entidades, no sentido de encontrar soluções, e colocar em primeiro lugar a segurança das pessoas. É apenas uma questão de vontade política, justiça social e respeito pelos nossos direitos encontrar soluções de realojamento que respeitem a nossa dignidade como seres humanos.

**Queremos continuar o diálogo agora iniciado. Pelo que ficamos a aguardar uma resposta da Câmara e do seu Presidente a estas questões, dentro de uma semana, que pensamos ser um prazo razoável.**

Amadora, 21 de Junho de 2012

Os moradores e as moradoras do bairro de Santa Filomena

A plataforma pelo Direito à Habitação

## **X) Carta de solidariedade**

**A demolição de habitações sem alternativas adequadas e sem política de habitação para todos e todas é um atentado à vida das pessoas.**

Presidente da Câmara Municipal da Amadora

Joaquim Moreira Raposo,

Portugal atravessa hoje uma das mais severas crises da sua história recente. Elevados níveis de desemprego, precariedade laboral e incerteza relativamente ao nosso futuro coletivo exigem que ajamos em conformidade, designadamente, através da salvaguarda de um conjunto de direitos fundamentais, tais como o direito à habitação e urbanismo (artigo 65º da Constituição da República Portuguesa).

A demolição do bairro de Santa Filomena – sem que sejam colocadas em cima da mesa alternativas viáveis e realistas para os seus moradores e moradoras, quer para as pessoas que estão fora do recenseamento, feito há 20 anos atrás, como para as que estando viram, pelo passar do tempo, alterada a sua estrutura e/ou agregado familiar –, demonstra tanto insensibilidade relativamente à situação de vulnerabilidade social e económica que muitos/as deles/as atravessam, como desprezo pela dignidade inerente a qualquer humano (obrigado a viver num espaço sobrelotado, em promiscuidade, etc), e constitui, por isso, um ataque inaceitável a um dos mais elementares direitos da democracia portuguesa. Dezenas de crianças e pessoas idosas, pessoas com problemas de saúde e/ou desempregadas serão colocadas, pela Câmara Municipal da Amadora, numa posição de vulnerabilidade extrema que pode colocar em risco a sua própria sobrevivência.

Venho por isso demonstrar a minha indignação relativamente à opção tomada pelo actual executivo e solidariedade para com os moradores e as moradoras do bairro de Santa Filomena, exigindo a suspensão imediata do processo de demolição actualmente em curso. A construção de cidades socialmente justas e territorialmente coesas não pode ser feita à margem das necessidades e dos direitos daqueles e daquelas que lhes dão vida.

Assinatura

## **XI) Comunicado nº 3**

### COMUNICADO À IMPRENSA

**Hoje, pelas 17h deputados/as, activistas, investigadores/as e representantes de várias ONG's de direitos humanos**

**visitam o Bairro de Santa Filomena**

*18 de Julho de 2012*

**Hoje, pelas 17h, realizar-se-á uma visita ao bairro visando dar conhecimento da situação vivida no bairro de Santa Filomena, na Amadora, onde as pessoas que aí vivem estão a ser ameaçadas de despejo em massa, sem que alternativas viáveis sejam apresentadas. A visita contará com a participação de deputados/as, activistas, investigadores/as e representantes de várias ONG's de direitos humanos,**

Lembramos que, no passado dia 16 de Julho, **este colectivo apresentou queixa a vários organismos internacionais de defesa dos direitos humanos denunciando a forma como a Câmara Municipal da Amadora, com a cumplicidade do Governo Português (através da Segurança Social e das forças policiais), está a desrespeitar direitos fundamentais e violar de forma grosseira legislação nacional e internacional ratificada pelo Estado Português, à qual está obrigado.**

Os despejos programados não só violarão o direito à habitação, como também o direito a não ver-se submetido/a a trato desumano e/ou degradante, o direito à vida privada, bem como direitos da criança, direitos das mulheres e direitos das pessoas com deficiência. Consideramos que **a Câmara Municipal da Amadora, não tendo capacidade de resolver sozinha o problema, não pode ameaçar a vida das pessoas, nem a sua segurança pessoal, expulsando e destruindo o único tecto que as abriga.**

## **XII) Comunicado sobre as Demolições no Bairro de Santa Filomena**

A Plataforma Gueto vem por este meio denunciar a forma racista e desumana como, no Bairro de Santa Filomena, está a ser conduzido o processo de demolição de casas e de desalojamento dos moradores. Declaramos que:

1- Uma parte da população do bairro está a ser deliberada e criminosamente desconsiderada neste processo.

O recenseamento do PER, de 1993, anterior às últimas vagas de importação de mão-de-obra barata, nos períodos extraordinários de regularização de 1996 e 2002, que vieram preencher as necessidades da explosão do mercado de construção e de serviços, fruto dos subsídios da U.E., e que permitiram a Portugal levantar pontes, centros comerciais, estádios, estradas, linhas de metropolitano, condomínios fechados e tantas outras infra-estruturas. Hoje, 19 anos mais tarde, esse recenseamento é obsoleto, ignorando os moradores que se instalaram após 1993 e tanto contribuíram económica, social e culturalmente para este país.

2- Este é um processo de higienização urbana e, como tal, não estão a ser respeitados os direitos humanos da população que a Câmara Municipal da Amadora pretende deslocar. Estes trabalhadores, altamente vulneráveis perante a crise económica, são, na conjuntura actual, considerados mão-de-obra supérflua. É por isso que estão a ser expulsos dos seus lares, deslocados como objectos e afastados do centro da cidade. Este fenómeno tem contornos de:

- Especulação imobiliária – existe pressão dos residentes do empreendimento de Vila Chã para remover o Bairro de Santa Filomena da vizinhança, dado que o valor dos apartamentos é reduzido pela proximidade do bairro;
- Campanha eleitoral – os votos dos residentes adversos à existência do Bairro de Santa Filomena estão aqui em causa. Enquanto isto, os direitos da população do bairro, constituída maioritariamente por imigrantes (pessoas sem direito ao voto), são negligenciados;
- E evidente racismo ambiental – assistimos à expulsão dos moradores negros e imigrantes para as zonas periféricas da cidade, mal servidas de transportes e serviços básicos, e onde a única presença institucional são as forças policiais e órgãos dos serviços sociais.

3- Através de mentiras, estão a ser feitos esforços por parte da Câmara Municipal da Amadora e da Santa Casa da Misericórdia para neutralizar qualquer resistência da população, alegando terem sido prestados apoios e alternativas aos moradores.



Os técnicos sociais da Câmara Municipal da Amadora e da Santa Casa de Misericórdia estão a tentar prevenir uma resposta colectiva dos moradores do bairro, servindo-se de dados pessoais compilados durante a prestação de serviços sociais. Oferecem soluções individuais de curto prazo, como a “caução e renda”, disponibilizadas através do fundo de emergência social. Esta “caução e renda” consiste no pagamento de 2 meses de renda no mercado de arrendamento livre, após o qual os visados não terão qualquer auxílio. Face à frágil situação económica e às dificuldades na obtenção de emprego, após os 2 meses de “apoio”, nenhuma das famílias terá condições de sustentar o pagamento de uma renda. Portanto, aquilo que, nos meios de comunicação social, foi chamado de “soluções propostas que alguns moradores recusaram” é uma forma de ludibriar os moradores para levá-los a sair das suas casas de maneira a que estas possam ser demolidas e, simultaneamente, a Câmara Municipal seja ilibada de todas as suas responsabilidades.

4- Está a ser levada a cabo uma campanha de chantagem e pressão sobre os moradores do Bairro de Santa Filomena.

Assistentes sociais e outros técnicos da Câmara Municipal e Santa Casa de Misericórdia estão a ceder à polícia, fiscais e outras entidades envolvidas neste processo, dados pessoais sigilosos, recolhidos anteriormente para efeito de apoios sociais. Agora, toda essa informação serve para chantagear e pressionar os moradores que recusarem os apoios supracitados, de modo a que estes abandonem os seus lares.

5- Todo este processo está a ser assegurado pela violência física e psicológica das forças policiais.

O Bairro de Santa Filomena está ocupado por agentes de forças paramilitares da polícia que intimidam os moradores, violentando-os física e psicologicamente. Esta presença policial, tal como os assistentes sociais, demonstra o seu carácter racista no trato que dispensa aos moradores, chegando a apontar-lhes armas de fogo como forma de coacção. Alguns exemplos podem ser dados:

- Os acima referidos técnicos estão a sugerir a moradores negros que abandonem Portugal e regressem “à sua terra”. Fazem isto até a pessoas que já possuem nacionalidade portuguesa, residem neste país há mais de duas décadas e aqui construíram as suas vidas e os seus relacionamentos humanos.
- Um morador que recusou abandonar as suas posses após a demolição da sua habitação, foi detido violentamente. Isto ocorreu após assistentes sociais, em forma de retaliação, terem alertado agentes policiais para a “situação irregular” do morador;

- Perante a entrega duma carta, por parte dos moradores, com a exposição da dramática situação à entrada da Câmara Municipal da Amadora, a polícia respondeu com agressões físicas.

Face a tudo isto, os movimentos abaixo-assinados vêm exigir à Câmara Municipal da Amadora:

- A suspensão imediata das demolições;
- O realojamento imediato das pessoas que ficaram sem casa por causa das demolições já realizadas;
- O recenseamento de todas as pessoas que ficaram fora do PER.
- Uma solução colectiva, ou seja, que responda ao problema do Bairro de Santa Filomena enquanto comunidade.

Vêm ainda exigir ao Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural que tome uma posição pública sobre este processo (e outros processos de desalojamento/realojamento), uma vez que a maioria dos moradores do bairro são imigrantes ou seus descendentes e têm no A.C.I.D.I. a sua maior representação institucional. Devemos recordar o Decreto de Lei 167/2007, à luz do qual o A.C.I.D.I. tem a obrigação de “Promover o acolhimento e a integração dos imigrantes e das minorias étnicas (...)”, como referido na alínea a), “Combater todas as formas de discriminação em função da raça, cor, nacionalidade, origem étnica ou religião (...)”, como referido na alínea d), e “Contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos imigrantes (...)”, como referido na alínea g).

Estranhamos o silêncio do A.C.I.D.I. e das várias organizações e entidades, que se identificam ou são identificadas como defensoras dos direitos dos imigrantes e podiam, em conjunto, fazer pressão para que este processo fosse conduzido de forma digna e respeitosa para os imigrantes e população negra nacional, garantindo aquilo que é um direito humano altamente mercantilizado nos dias de hoje: o direito à habitação.

PLATAFORMA GUETO

### XIII) Resposta à Alta Comissária (A.C.I.D.I.)



“Por uma vez, os negros servir-se-ão das palavras de que têm vontade de se servir, e não já somente das palavras que os brancos estão dispostos a ouvir.”

Kwame Ture (Stokely Carmichael), 1967.

No primeiro dia em que casas foram arrastadas por pás de bulldozers e os pertences dos moradores, cheios de pó, foram levados em carrinhas de caixa aberta para um depósito qualquer, como se de sucata se tratassem, vários moradores de Santa Filomena – acompanhados pela Plataforma Gueto, Colectivo Habita, SOS-racismo, entre outros – tentaram ser novamente recebidos pela Alta Comissária para a Imigração e Diálogo intercultural. Inicialmente, ela recusou-se.

Após alguma pressão à porta do ACIDI, a comissária disponibilizou-se a receber apenas os moradores num acto de desrespeito profundo pelos movimentos sociais. Esses Movimentos que são os únicos que estão presentes nas situações em que é o próprio funcionamento do Estado que está em causa e não há fotos para tirar com um alto representante qualquer e uns pretos de serviço ungidos líderes.

Os Movimentos estiveram presentes para reclamar ao ACIDI a sua pretensa independência política e a defesa dos imigrantes. Aqueles imigrantes que não ganham medalhas nem marcam golos por Portugal, não cantam rap higienizado, não tocam instrumentos de música

clássica, não fazem teatro, não falam bonito, não são bons exemplos de inclusão na sociedade portuguesa. Mas são imigrantes, ou já descendentes de imigrantes, negros. Portugueses negros. São a maioria! São aqueles que chegaram no que a literatura académica chama vagas de imigração, mas que não foi mais do que importação de mão-de-obra barata. Gente para vir construir, a baixo custo, a EXPO98, os estádios do Euro 2004, os túneis do metropolitano, as auto-estradas e os centros comerciais que Portugal vendeu ao mundo com fotos do Mourinho e da Mariza.

Não foi diferente da importação dos nove mil negros escravizados que, há quatro séculos, constituíam 10% da população de Lisboa, plantavam os campos nos arredores da cidade e faziam todo o tipo de tarefas desprestigiadas, face à escassez de mão-de-obra, apenas para serem depois escoraçados para Alcácer do Sal pelo Marquês de Pombal. Não foi diferente da importação dos que, já no século XX, foram levados de Cabo-Verde para São Tomé e Príncipe, através da figura dos Contratados, para as roças de cacau de Salazar, tendo como pagamento apenas um pouco de peixe seco e xerém, porrada e abandono. A esmagadora maioria dos imigrantes portugueses – sim, portugueses – são estas pessoas que, após terem contribuído tanto para as contas, imagem, cultura e valores deste país, entrando pela porta dos fundos de Lisboa, são agora escoraçados para os Alcáceres do Sal dos nossos dias. São aqueles que, do fundo das senzalas de Portugal, são brutalmente agredidos e/ou assassinados pela polícia, sem que o ACIDI arranque uma única condenação. São aqueles negros e negras que, invisibilizados por estatísticas sobre imigração onde a raça não é tida em conta, estarão, certamente, com mais de 50% da sua população desempregada – muito acima dos 15% da média nacional. São aqueles que ficaram fora do casting do programa Nós! Mas Nós quem?

No momento em que escrevemos estas palavras, a P.S.P. ocupa o bairro de Casal da Mira, com 200 paramilitares, tratando toda a população, maioritariamente negra e imigrante, como lixo. Para estes Nós, não há programa Nós.

Mas nós não somos apenas aqueles a quem o ACIDI aponta as spotlights, sempre com um guião escrito em jeito de relatório do sucesso das suas políticas. Aqueles a quem chama de líderes e coopta, arrancando das nossas comunidades uma importante parte do seu potencial e colocando-o ao serviço duma intervenção social que tresanda a supremacia branca.

A Alta Comissária insultou os movimentos sociais e aceitou receber apenas os moradores (talvez pensado que estes não têm consciência política ou são facilmente manipuláveis pelas

palavras de ordem do fala-escreve editado pelo ACIDI), mas deparou-se com um morador, membro da Plataforma Gueto, que a confrontou com o seu silêncio perante todas as questões aqui expostas. E a resposta da Alta Comissária foi acusar os movimentos sociais de estarem a politizar a questão do Bairro de Santa Filomena. Como se o direito à Habitação e à Propriedade, a pobreza e o racismo não fossem questões políticas!

Sim, senhora Alta Comissária, nem todos os negros imigrantes estão presos às grilhetas dos seus subsídios e cargos. Há nego fujão também, e os negros da plantação são mais numerosos do que os da Casa Grande.

Fechamos como abrimos deixando-a com as palavras de Kwame Ture (Stokely Carmichael) em 1967:

“Tínhamos a obrigação pela política, visto que os negros americanos são gente sem propriedade num país onde a propriedade sobreleva tudo. Tínhamos a obrigação de procurar obter o poder, visto que não são nem a moralidade, nem o amor, nem a não-violência que fazem funcionar este país, mas sim o poder...”

Queremos Integridade, não Integração! E a Integridade está nas nossas mãos. Agradecemos por ter deixado isso bem escuro neste processo.

#### **XIV) Os/as habitantes do Bairro de Santa Filomena**

*19 de Julho de 2012*

O bairro de Santa Filomena é um bairro degradado, construído por centenas de pessoas, maioritariamente famílias de trabalhadores/as imigrantes que ao longo de muitos anos trabalharam sobretudo na construção civil e nas limpezas, com salários extremamente baixos e sem estabilidade e que agora, estando em situação ainda mais vulnerável, porque o trabalho escasseia e o desemprego sobe rapidamente, se vêm também ameaçados de despejo em massa, por parte da Câmara Municipal da Amadora, sem que alternativas viáveis sejam apresentadas. Estamos a falar de um universo de cerca de 285 pessoas, em 84 famílias, das quais 105 são crianças até aos 18 anos (73 têm 12 ou menos anos) várias nascidas em Portugal e escolarizadas. Das cerca de 285 pessoas, 80 pessoas estão desempregadas, 88 estão a estudar/são escolarizadas, 14 pessoas sofrem de invalidez permanente, deficiência ou doença crónica. Mais de 55 famílias contam com pelo menos uma pessoa desempregada; existem mais de 20 famílias monoparentais, na sua grande maioria compostas por uma mãe e filhos/as. A média dos rendimentos destas famílias é muito baixa, situando-se entre os 250 e os 300 euros. Referir ainda que metade destas famílias vivem há mais de 10 anos no Bairro, havendo algumas famílias inclusive que vivem no bairro há mais de duas ou três décadas.

*Esta caracterização foi feita com base em inquérito realizado pelo Colectivo Habita.*







**XVI) Edital de Despejo PER**



CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA

**POLÍCIA MUNICIPAL**  
**AVISO**

Avisam-se os ocupantes da construção com a Referência /PER, sita no Bairro de Santa Filomena, Freguesia da Mina, que, nos termos da alínea b) do art.º 5º do DL 163/93, de 7 de Maio, irá esta Câmara proceder, **BREVEMENTE À DEMOLIÇÃO DA CONSTRUÇÃO**, não se responsabilizando por quaisquer objectos e bens que se encontrem no interior da mesma, aquando da sua demolição.

Mais se informa que, a efectivação desta diligência visa dar cumprimento ao disposto no Edital n.º 27/2000, afixado nos lugares públicos do costume em 2000.

Data: 17 de Julho 2013

O Fiscal Municipal:





XVII) Imagens do Casal de Santa Filomena















SANTA FILOMENA – Outubro 2013